



Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-Graduação em Literatura

Ana Cristina de Castro

**Remição de pena nas prisões do DF: leitura de literatura como política
pública e direitos humanos para minorias**

Brasília

2022



Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-Graduação em Literatura

Ana Cristina de Castro

Remição de pena nas prisões do DF: leitura de literatura como política pública e direitos humanos para minorias

Tese de Doutorado para apreciação da banca de defesa, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Literatura, na linha de pesquisa: Políticas e Poéticas do Texto (PPT).

Orientador: Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco

Brasília

2022

DE CASTRO, ANA CRISTINA
REMIÇÃO DE PENA NAS PRISÕES DO DF: LEITURA DE LITERATURA
COMO POLITICA PUBLICA E DIREITOS HUMANOS PARA MINORIAS / ANA
CRISTINA DE CASTRO; orientador ROBSON COELHO TINOCO. -
Brasília, 2022.
148 p.

Tese(Doutorado em Literatura) -- Universidade de
Brasília, 2022

1. REMIÇÃO DE PENA NO DF: LEITURA DE LITERATURA. 2.
POLITICA PUBLICA E DIREITOS HUMANOS PARA MINORIAS. I.
COELHO TINOCO, ROBSON , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO/ DEFESA

ANA CRISTINA DE CASTRO

Remição de pena nas prisões do DF: leitura de literatura como política pública e direitos humanos para minorias

Projeto/tese para defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Instituto de Letras da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Doutora à Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco – IL/ TEL -UnB
(Presidente)

Prof. Dr.
(Membro Externo)

Prof. Dr. Alexandre Simões Pilati – IL/ TEL - UNB
(Membro Interno)

Prof. Dr.
(Membro Externo)

Prof. Dra. Ormenzinda Maria Ribeiro – IL/LET - UnB
(Membro Interno)

Especialmente, à minha mãe, Maria José de Castro (*In Memoriam*/2022) e aos meus dois filhos, Wellington Júnior e Willian Castro, todo o meu amor, dedicação e respeito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jesus Cristo, o grande profeta filho de Deus, pela luz e oportunidade até aqui. Essa caminhada foi constituída por dias pandêmicos difíceis em que sobrevivemos: à morte, à fome, à miséria, ao desemprego, aos preconceitos étnico-raciais e de gênero, à polarização e violência social, às desigualdades sociais, à corrupção, à inflação, sobretudo ao des(governo). Em todo este cenário social estive ligada a incessantes dias de leitura e escrita, estudos e discussões que resultaram em novas aprendizagens e amadurecimento no campo pessoal e profissional.

Meus sinceros agradecimentos, ao meu Professor Dr. Robson Coelho Tinoco, primeiro por acreditar no desenvolvimento das minhas potencialidades, fator marcante durante o processo seletivo em 2018. Em segundo lugar, por sua condução nos processos de orientação, construção de novos conhecimentos com as famosas ajeitadas nos textos marcadas por um olhar analítico e crítico. Além disso, seu potencial humano, acolhedor, um ciclista ímpar refletidos em força, brilho e energia. Neste ano de 2022, justamente na reta final dos meus estudos, quase desisti, entre a exaustão de trabalho e de estudos, somadas às perdas, ausências emocionais, causaram profundo sofrimento e fraqueza na alma. Entretanto, o diálogo incentivador do meu orientador promoveu algumas reflexões e ações de retorno à pesquisa usadas em três pequenas palavras, mas grandiosas em significados “tenha *força, foco e fé*, pois reconheço seus esforços durante as etapas desse curso de doutoramento”, palavras sentidas, posicionamentos determinantes traduzidos pela sensibilidade de um mestre.

Agradeço aos professores que participaram das bancas examinadoras de qualificação, em especial, o Professor Dr. Alexandre Pilati pela orientação, reorientação dos processos da pesquisa na etapa de qualificação. Como também, aos professores que compõem a banca de defesa pela possibilidade de debate e construção de novos conhecimentos.

Em parcerias de trabalho, agradeço à Profa. Dra. Ormenzinda Maria Ribeiro – do Instituto de Letras (IL), Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – UnB pela caminhada acadêmica e grande contribuição na Educação Básica da rede pública de ensino - SEEDF e na Educação Superior Privada sempre ligada à formação de leitores, escritores e letramentos em Língua Portuguesa.

Às duas instituições que impulsionaram a minha trajetória para a Universidade de Brasília (UnB). Sentia sede e necessidade de estudar mais, a fim de compreender e aplicar os

saberes e fazeres que requer o exercício da profissão docente em meus espaços de atuação como professora e gestora pública.

Primeiramente, agradeço aos companheiros professores e gestores da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) que muito contribuíram para o entendimento das demandas e necessidades educacionais nas escolas públicas do Distrito Federal como professora e gestora pública. Em 2015, o desafio na minha carreira profissional em coordenar o pedagógico das cinquenta escolas públicas, vinculadas à Unidade Regional de Educação Básica (UNIEB/So). O último trabalho realizado em 2017, destaca-se minha passagem na Diretoria da Educação de Jovens e Adultos (DIEJA/SEEDF), a qual vincula minha participação direta e interesse ao meu objeto de estudo “Remição de Pena por leitura no DF”. Aprendi em nível macro da educação a importância da implementação das políticas públicas educacionais. Além disso, meu respeito e admiração aos gestores e professores do Centro Educacional 01 de Brasília em momentos de reuniões pedagógicas e discussões, compreendi a realização um trabalho de excelência num espaço de dificuldades e desafios que envolvem a profissão docente nas prisões. Nesse sentido, vejo-os como os guardiões do direito à educação nos presídios, visto que desenvolvem práticas pedagógicas diversificadas e aprendizagens significativas nas salas-celas, possibilitando a transformação e a emancipação dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional do Distrito Federal.

Seguindo minha caminhada profissional agradeço ao Centro Universitário UNIPROJEÇÃO, lugar de diálogos, produção de conhecimento e de estímulo à formação continuada aos docentes. Em 2010, iniciei minha trajetória como docente da Educação Superior privada nos cursos de licenciaturas e bacharelados. Este novo desafio trouxe novas exigências e descobertas acadêmicas, científicas, aprendi a apreender, tornei-me uma “professora-pesquisadora”.

Mais recentemente, agradeço à Mestre Isabel Cristina P. Dantas de Almeida a parceria e novas aprendizagens no âmbito da educação nacional, com ênfase na implementação de políticas públicas educacionais, no programa de formação continuada para professores, na utilização de financiamento público da Educação (FUNDEB), bem como seus impactos nos estados e municípios em prol de uma educação pública de qualidade.

Meus sinceros agradecimentos, à Excelentíssima Juíza de Direito Leila Cury – Tribunal de Justiça Distrito Federal e Territórios – TJDFT pela regulação do projeto de leitura no Distrito Federal com a publicação da Portaria da VEP/2016, a qual, além disso, apoia e potencializa práticas envolvendo parceiros como estudantes e professores das universidades públicas, a fim

de contribuir com a melhoria da qualidade da educação nas prisões do DF, com ênfase na ressocialização do reeducando para um retorno social, justo, útil e produtivo.

Aos parceiros de trabalho e participantes da Comissão Intersetorial instituída entre a Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF) e a Secretaria de Segurança Pública e Paz Social (SESIPE), os representantes: Marcos Aurélio Sloniak e Bruno Amaral Machado pelos debates, diálogos, ações estabelecidas no período de elaboração do projeto de remição de pena por leitura em 2017, sobretudo por efetivarmos no coletivo, um projeto de tamanha grandeza social, visando implementar uma política pública de fomento à leitura e literatura no cárcere que atendesse às reais demandas do Sistema Prisional do DF, meus agradecimentos para minha contribuição profissional e acadêmica nessa jornada tão desafiadora.

Aos estabelecimentos penais visitados, agradeço a atenção, bem como a recepção dos policiais penais que atuam nos Núcleos de Ensino (NUENS) pela dedicação diária quanto à questão da segurança dos professores nas atividades pedagógicas, sobretudo as ações para garantir a legitimidade do direito “à educação” aos internos. A eles, admiração e respeito profissional e maior valorização profissional.

Em especial, gratidão e agradecimento ao meu amigo e grande parceiro desde à época de estudos na graduação em 1995, o Prof. Mestre Sandro de Carvalho Teles – revisor dessa tese, que me acompanhou, incentivou para ingressar no curso doutoramento em 2018, sempre com carinho, afetividade e acolhimento, nossas jornadas, desafios e dificuldades valem a pena, sobretudo, “*quando a alma não é pequena*” (Guimarães Rosa).

Igualmente, agradeço a minha família pelo incentivo diário regados pelo amor, compreensão, respeito e dedicação aos meus filhos Júnior e Willian, o amor é incondicional. Além disso, dedico integralmente a construção desta tese à minha mãe Maria José de Castro (*In memoriam*), uma mulher determinada, trabalhadora e guerreira, não teve a oportunidade de estudar, mas sempre me orientou sobre a importância dos estudos para emancipação da mulher em todos os espaços de atuação na sociedade. Infelizmente, não houve tempo de vivenciar essa passagem acadêmica, estava muito orgulhosa com meus avanços profissionais e acadêmicos, grande parceira, motivadora, muito presente em toda a minha vida. Hoje, encontra-se no plano espiritual, entretanto seus ensinamentos marcaram a minha essência humana.

Ao grupo de ciclismo Rebas do Cerrado com seu jeito Rebas de Ser compartilha o lema nas trilhas e na vida “*Solidariedade, Amizade, Liberdade, Diversão e Respeito*”. Aos coordenadores e amigos ciclistas a minha admiração, respeito, amizade, muita diversão regada

à adrenalina, hidratação e boas resenhas. Todos os domingos nos encontramos para praticarmos Mountain bike.

Um grupo diferenciado que há dezenove anos dedica-se a uma prática transformadora, humanizada, proativa que nos permite a conexão com a natureza e grande conexão com Deus.



Fonte: Rebas do Cerrado – Trilha Taboquinha (agosto/2022)

Por isso, *“Viver é como andar de bicicleta, É preciso estar em constante movimento para manter o equilíbrio.” (Albert Einstein)*

“Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”. (CANDIDO, 1988)

RESUMO

Esta tese apresenta um estudo sobre os impactos do projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal, conforme determinação da Vara de Execuções Penais (VEP/DF), com base na Portaria VEP nº 010, de 17 de novembro de 2016, a qual visa atender, prioritariamente, aos custodiados não classificados para estudo ou qualificação profissional e abarcou a população carcerária de dezessete mil privados de liberdade. Defende-se nesta tese, a formação leitora no cárcere como caminho para ressocialização do indivíduo encarcerado, pelo acesso à leitura geral, leitura literária e práticas de textos, visto que a remição de pena por leitura precisa ser entendida e assegurada como política pública socioeducacional. Assim, este estudo teve como objetivo geral investigar em que medida as práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões podem influenciar na formação leitora do privado de liberdade como instrumento de ressocialização do privado de liberdade. E como desdobramentos os objetivos específicos: a) descrever o perfil e a formação do privado de liberdade em espaços de extremo confinamento; b) analisar e descrever o projeto de remição de pena por leitura, quanto à fundamentação legal e as estratégias de mediação, bem como sua execução em três presídios do DF; c) relacionar e analisar os indicadores de adesão, da produção do resumo crítico, resultado da avaliação entre aprovados e reprovados nos textos por unidade prisional; e, d) investigar se o acesso ao livro e à literatura promove a ressocialização na vida dos privados de liberdade. Como aporte teórico, os principais balizadores deste estudo estão fundamentados à Estética da recepção e à Sociologia da Leitura, bem como articulados aos estudos contemporâneos sobre educação nas prisões. Quanto ao percurso metodológico foi realizado um estudo de caso com doze sujeitos privados de liberdade. Adotaram-se métodos mistos, empregando-se a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas. O instrumento utilizado para coleta de dados foi a aplicação de um questionário. Além disso, este estudo utilizou uma pesquisa de campo desenvolvida nas três penitenciárias do DF, a saber: Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI), Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). Foram selecionados os internos, por nível de escolarização: 1º nível (alfabetizados e Ensino Fundamental incompleto), 2º nível (Ensino Fundamental completo), 3º nível (Ensino Médio completo ou incompleto), 4º nível (Ensino Superior Completo ou incompleto e pós-graduado), conforme Portaria VEP nº 010/NOV-2016. Para tratamento e análise dos dados, realizou-se a análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (2009). Os resultados apresentaram como perfil, uma massa carcerária de 30 a 39 anos de idade

entre homens e mulheres, com predominância da raça negra (pardos e pretos). Identificou-se, também, baixo nível de escolarização, visto que os internos participantes desse estudo possuem em grande maioria, apenas o Ensino Fundamental I (Anos Iniciais completo ou incompleto). Quanto à leitura e literatura no cárcere, as obras mais lidas por níveis de ensino foram, respectivamente: no nível I (Ensino Fundamental I) destacando-se os livros “ O Santo e a Porca”, do autor Ariano Suassuna, e o livro “ As cores da Escravidão”, da autora Ieda de Oliveira. Em seguida, no Nível II (Ensino Fundamental II) as obras mais lidas foram: “O homem que calculava (Malba Tahan), A História de amor de Fernando e Isaura (Ariano Suassuna) e Capitães de Areia (Jorge Amado). Na sequência, no nível III (Ensino Médio) os internos leram “Hamlet”, de William Shakespeare. Por último, no nível IV (Ensino Superior ou Pós-graduação), destacaram-se duas obras literárias: Dom Casmurro. do autor Machado de Assis e Hamlet, de William Shakespeare. Constatou-se ainda, que há grande limitação e repetição do acervo literário nos níveis 1 e 2, como também ocorre nos níveis 3 e 4, fator que reduz e prejudica o tempo de participação do interno no projeto para fins de remição de pena por leitura. Além disso, identificou-se que a literatura e a leitura no cárcere possibilitam o processo de ressocialização do interno, sendo compreendida em duas dimensões, a saber: a primeira, como um direito fundamental e um estado de direito o qual precisa ser assegurado e garantido o bem-estar físico, material, econômico e social do preso. A segunda, relacionada à modificação do comportamento do preso, à medida que viabiliza maior acesso ao livro, a literatura e a leitura como instrumento potencializador da formação leitora no cárcere, pode tornar o indivíduo mais harmônico, aceito e produtivo nas vivências sociais nos intramuros das prisões. Faz-se urgente melhorar a eficácia da gestão pública educacional quanto à distribuição e à aplicação dos recursos públicos provindos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para efetivar as políticas públicas educacionais previstas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Plano Distrital de Educação (PDE 2014-2024) para os estabelecimentos penais do DF.

Palavras-chave: Remição de pena; Política pública; Direitos Humanos; Leitura literária; Minorias.

ABSTRACT

This thesis presents a study on the impacts of the penalty redemption project by reading in the Federal District, Brazil, as determined by the Federal District Trial Courts (FD/TC), based on the Ordinance TC n. 010, November 17, 2016, which priority aims to meet inmates that are unclassified for studies or professional qualification, and it covered the prison population of seventeen thousand people who are deprived of freedom. In this thesis, it is defended the reading formation in prison as a way to the resocialization of the incarcerated individual by means of the access to general reading, literary reading, and textual practices, since the penalty redemption by reading needs to be understood and ensured as a socio-educational public policy. Thus, this study had as a general objective: to investigate to what extent reading practices as a public policy to encourage reading in prisons can influence the reading formation of the people deprived of freedom as a resocialization tool for them. And as its consequences, there were the specific objectives: a) to describe the profile and formation of the deprived of freedom in spaces of extreme confinement; b) to analyze and describe the penalty redemption project by reading, as to the legal basis and the mediation strategies, as well as its execution in three prisons of the Federal District; c) to relate and analyze the indicators of adhesion, of the critical summary production, and the evaluation result between the approved and failed texts per prison unit; and d) to investigate whether the access to books and literature promotes resocialization in the lives of people who are deprived of freedom. As a theoretical contribution, the main guidelines of this study are based on the Aesthetics reception and the Reading Sociology, as well as they are articulated to contemporary studies on education in prisons. As for the methodological path, a case study was carried out with twelve deprived of liberty subjects. Mixed methods were adopted, using a combination of qualitative and quantitative approaches. The tool that was used for data collection was the application of a questionnaire. In addition, this study used a field research which was developed in the three Federal District penitentiaries, namely: Penitentiary of the Federal District I, Penitentiary of the Federal District II, Female Penitentiary of the Federal District. The inmates were selected by level of education: 1st level (literate people and those with incomplete elementary school), 2nd level (those with complete elementary school), 3rd level (those with complete or incomplete high school), 4th level (those with complete or incomplete higher education and postgraduate), according to the Ordinance n. 010/NOV-2016. For treatment and analysis of the data, a content analysis was performed, based on Bardin (2009). The results presented as profile: a prisoner bulk of 30 to 39 years of age among men

and women, with a predominance of the black race (brown and black). It was also identified a low level of education, since mostly of the inmates participating in this study have only the Elementary School I (complete or incomplete early years of Elementary School). As for reading and literature in prison, the most read books by level of education were, respectively: at Level I (Elementary School I), the most popular books were: "The Saint and the Sow", by Ariano Suassuna; and "The Colors of Slavery", by Ieda de Oliveira. Next, at Level II (Elementary School II), the most read books were: "The man who counted" (by Malba Tahan); "The love story of Fernando and Isaura" (by Ariano Suassuna); and "Captains of the Sands" (by Jorge Amado). In sequence, at level III (High School), the inmates read "Hamlet", by William Shakespeare. Finally, at level IV (Higher Education or Post-graduation), two literary works stood out: Dom Casmurro, by Machado de Assis; and Hamlet, by William Shakespeare. It was also found that there is a great limitation and repetition of the literary collection at levels I and II, as well as at levels III and IV, a factor that reduces and damages the inmate time of participation in the project for purposes of penalty redemption by reading. Moreover, it was identified that literature and reading in prison enable the process of the inmate re-socialization, being understood in two dimensions, namely: the first as a fundamental right and a state of law which needs to be ensured and guaranteed the physical, material, economic and social well-being of the prisoner. The second, related to the alteration of the inmate's behavior, as it enables greater access to books, literature and reading as a tool to enhance reading education in prison, and it can make the individual more harmonious, accepted and productive in social experiences within the prison walls. It is urgent to improve the effectiveness of public educational management regarding the distribution and application of public resources from the Fund for Development of Basic Education (FUNDEB) to implement the educational public policies provided in the National Education Plan (NEP 2014-2024) and the District Education Plan (DEP 2014-2024) for penal establishments in the Federal District.

Keywords: Public policy; Human Rights; Literary Reading; Minorities.

RESUMEN

Esta tesis presenta un estudio sobre los impactos del proyecto de remisión de la pena por la lectura en el Distrito Federal, según lo determinado por el Tribunal de Ejecuciones Penales (VEP/DF), con base en la Ordenanza VEP No. 010, del 17 de noviembre de 2016, que tiene como objetivo cumplir, de manera prioritaria, los encarcelados no clasificados para estudio o calificación profesional y abarcó la población carcelaria de diecisiete mil privados de libertad. En esta tesis, se defiende la formación lectora en prisión como una vía para la resocialización del individuo encarcelado, mediante el acceso a la lectura general, la lectura literaria y las prácticas de textos, ya que la remisión de la pena por la lectura necesita ser entendida y asegurada como una política pública socioeducativa. Así, este estudio tuvo como objetivo general: investigar en qué medida las prácticas de lectura como política pública de estímulo a la lectura en las cárceles pueden influir en la formación lectora de los privados de libertad como instrumento de resocialización de los mismos. Y como ramificaciones, los objetivos específicos: a) describir el perfil y la formación de los privados de libertad en espacios de confinamiento extremo; b) analizar y describir el proyecto de remisión de la pena por la lectura, en cuanto a la fundamentación legal y las estrategias de mediación, así como su implementación en tres cárceles del DF; c) relacionar y analizar los indicadores de adhesión, de la producción del resumen crítico, resultado de la evaluación entre aprobados y reprobados en los textos por unidad penitenciaria; y d) investigar si el acceso a los libros y la literatura promueve la resocialización en la vida de los privados de libertad. Como contribución teórica, los principales lineamientos de este estudio se fundamentan en la Estética de la recepción y la Sociología de la lectura, así como se articulan con los estudios contemporáneos sobre la educación en las prisiones. En cuanto a la trayectoria metodológica, se realizó un estudio de casos con doce sujetos privados de libertad. Se adoptaron métodos mixtos, utilizando la combinación de enfoques cualitativos y cuantitativos. El instrumento utilizado para la recolección de datos fue la aplicación de un cuestionario. Además, este estudio utilizó una investigación de campo desarrollada en las tres penitenciarías del Distrito Federal, a saber: Penitenciaría del Distrito Federal (PDFI), Penitenciaría del Distrito Federal (PDFII), Penitenciaría de la Mujer del Distrito Federal (PFDF). Los pasantes fueron seleccionados por nivel de escolaridad: 1º nivel (alfabetizado y Escuela Primaria incompleta), 2º nivel (Escuela Primaria completa), 3º nivel (Escuela Secundaria completa o incompleta), 4º nivel (Educación Superior completa o incompleta y posgrado), de acuerdo con la Ordenanza N.º 010 / NOV-2016. Para el tratamiento

y análisis de los datos, se realizó el análisis de contenido, basado en Bardin (2009). Los resultados presentaron como perfil una masa carcelaria de 30 a 39 años de edad entre hombres y mujeres, con predominio de la raza negra (pardos y negros). También se identificó un bajo nivel de educación, puesto que los internos participantes en este estudio tienen, en su mayoría, sólo la Escuela Primaria I (Primeros años completos o incompletos). En cuanto a la lectura y la literatura en prisión, las obras más leídas por niveles docentes fueron, respectivamente: en el nivel I (Escuela Primaria I), destacaron los libros: "El Santo y la Cerda", del autor Ariano Suassuna; y "Los colores de la esclavitud", de la autora Ieda de Oliveira. Luego, en el nivel II (Escuela Primaria II), las obras más leídas fueron: "El hombre que calculaba" (Malba Tahan); La historia de amor de Fernando e Isaura (Ariano Suassuna); y Capitanes de la arena (Jorge Amado). En la secuencia, en el nivel III (Escuela Secundaria), los presos leen "Hamlet", del autor William Shakespeare. Finalmente, en el nivel IV (Educación Superior o Postgrado), destacaron dos obras literarias: Dom Casmurro, del autor Machado de Assis; y Hamlet, del autor William Shakespeare. También se constató que existe una gran limitación y repetición de la colección literaria en los niveles 1 y 2, así como en los niveles 3 y 4, factor que reduce y perjudica el tiempo de participación del preso en el proyecto con el propósito de remitir la sentencia por lectura. Además, se identificó que la literatura y la lectura en la cárcel permiten el proceso de resocialización del recluso, entendiéndose en dos dimensiones, a saber: la primera, como un derecho fundamental y un estado de derecho que necesita ser asegurado y garantizado el bienestar físico, material, económico y social del recluso. La segunda, relacionada con la modificación del comportamiento del recluso, a medida que permite un mayor acceso a los libros, a la literatura y a la lectura como instrumento potenciador de la formación lectora en la cárcel, puede hacer que el individuo sea más armonioso, aceptado y productivo en las vivencias sociales dentro de los muros de la prisión. Se hace urgente mejorar la eficacia de la gestión pública educativa en lo que respecta a la distribución y la aplicación de los recursos públicos procedentes del Fondo de Desarrollo de la Educación Básica (FUNDEB), para hacer efectivas las políticas públicas educativas previstas en el Plan Nacional de Educación (PNE 2014-2024) y en el Plan Distrital de Educación (PDE 2014-2024) para los establecimientos penales del DF.

Palabras clave: Política pública; Los Derechos Humanos; Lectura literaria; Minorías.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia – Rebas do Cerrado – Trilha Taboquinha (agosto/2022)	8
---	---

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Livros de Literatura do 1º Nível.....	58
Quadro 2 – Livros de Literatura do 2º Nível.....	61
Quadro 3 – Livros de Literatura do 3º Nível.....	64
Quadro 4 – Livros de Literatura do 4º Nível.....	67
Quadro 5 – Total de textos aprovados para remição de 2018-2021.....	76
Quadro 6 – Indicadores geral de adesão, resumo crítico, aprovação e reprovação dos internos (2018 a 2021)	101
Quadro 7 – Respostas dos internos às questões 8A e 8B.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quanto ao gênero dos internos.....	90
Gráfico 2 – Faixa Etária dos internos presos.....	91
Gráfico 3 – Sobre a cor ou raça dos presos.....	91
Gráfico 4 – Quanto à formação escolar.....	92
Gráfico 5 – Quanto tempo de cumprimento da sentença	93
Gráfico 6 – Quanto à tipificação criminal segundo Código Penal Brasileiro.....	93
Gráfico 7 – Literatura Nível 1 – Ensino Fundamental I (Completo ou Incompleto).....	94
Gráfico 8: Literatura Nível 2 - Ensino Fundamental II – Anos Finais (Completo ou Incompleto).....	95
Gráfico 9: Literatura Nível 3 - Ensino Médio (Completo ou Incompleto).....	96
Gráfico 10: Literatura Nível 4 – Ensino Superior – Graduação ou Pós-graduação (Completo ou Incompleto)	96
Gráfico 11 – Manual do candidato à remição de pena por leitura – Orientações Gerais.....	102
Gráfico 12 – Quanto ao tempo e divulgação dias/horários destinados à realização da prova presencial nos estabelecimentos penais.....	103
Gráfico 13 – Estrutura física e materiais disponíveis para realização da prova presencial nos estabelecimentos penais.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor anual por aluno (VAAF)	74
Tabela 2 – Quadro de referência para correção do resumo crítico: a avaliação por competência e nível.....	79
Tabela 3 – Relação entre população carcerária e quantitativo inicial de vagas no projeto	83
Tabela 4 – 10% da população carcerária/escolaridade/UP.....	84
Tabela 5 – Quantidade de exemplares por título/UP.....	84
Tabela 6 – Cronograma de Trabalho.....	88
Tabela 7 – Dados da Implementação do Projeto de Remição – PDFI.....	97
Tabela 8 – Dados da Implementação do Projeto de Remição – PDFII.....	98
Tabela 9 – Dados da Implementação do Projeto de Remição – PFDF.....	100

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Material de Divulgação do Projeto Ler Liberta	80
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATP	Ala de Tratamento Psiquiátrico
BSB	Brasília
CDP	Centro de Detenção Provisória
CED	Centro Educacional
CIR	Centro de Internamento e Reeducação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPP	Centro de Progressão Provisória
CRE	Coordenação Regional de Ensino
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DF	Distrito Federal
DIEJA	Diretoria da Educação de Jovens e Adultos
DLLB	Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
EDA	Escritório de Direitos Autorais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FE	Faculdade de Educação
FIC	Formação Inicial e Continuada
IL	Instituto de Letras

INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, (+) demais orientações sexuais e identidades de gênero
ONU	Organização das Nações Unidas
PDF I	Penitenciária do Distrito Federal I
PDF II	Penitenciária do Distrito Federal II
PFDF	Penitenciária Feminina do Distrito Federal
PNE	Plano Nacional de Educação
PPT	Políticas e Poéticas do Texto
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SESIPE	Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal
SUBEB	Subsecretaria de Educação Básica
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNIEB	Unidade de Educação Básica
VEP	Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

1.	A gênese e a historicidade do objeto de estudo.....	22
1.1	<i>A justificativa do projeto e o problema de pesquisa</i>	31
1.2	<i>Delineando os objetivos da pesquisa</i>	32
1.2.1.	Objetivo geral.....	33
1.2.2.	Objetivos específicos	33
1.3	<i>Leitura, literatura e remição de pena: um panorama das pesquisas desenvolvidas em cursos de pós-graduação no brasil</i>	33
2.	Pressupostos e concepções teóricas.....	41
2.1	<i>Direito a literatura: uma questão de políticas públicas nas prisões do df</i>	42
2.2	<i>Políticas públicas de ressocialização, reinserção ou reintegração social: conceitos em disputa</i>	48
2.3.	<i>Literatura como direitos humanos para as minorias</i>	51
2.4.	<i>Letramento literário, recepção e ensino nas prisões do DF</i>	53
3.	Da concepção à implementação do projeto de remição de pena por leitura no DF	57
3.1.	<i>Seleção das obras literárias do 1º ao 4º níveis de ensino</i>	58
3.1.1.	Livros de literatura – 1º nível: ensino fundamental I	59
3.1.2.	Livros de literatura – 2º nível: ensino fundamental II.....	62
3.1.3.	Livros de literatura – 3º nível: ensino médio.....	65
3.1.4.	Livros de literatura – 4º nível: ensino superior	68
3.2.	<i>Da metodologia aplicada ao projeto remição pela leitura</i>	76
3.3.	<i>Dos critérios de avaliação</i>	78
3.4.	<i>Do processo de homologação para remir a pena pela leitura</i>	82
4.	Procedimentos metodológicos	84
4.1	<i>Contextualização da pesquisa</i>	84
4.2	<i>Lócus e os sujeitos da pesquisa</i>	85
4.3	<i>Percurso metodológico</i>	86
4.4.	<i>Análise dos dados e resultados</i>	90
5.	Considerações finais.....	110

Referências.....	115
Apêndices.....	124
Anexos.....	142

1. A gênese e a historicidade do objeto de estudo

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo”.* (Paulo Freire)

Minhas trajetórias acadêmicas e profissionais traduzem vivências e aprendizagens significativas, contudo desafiadoras entre os saberes e os fazeres da prática docente no campo da educação pública e privada. Sou mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Brasília, desenvolvi um estudo intitulado *“Mediação pedagógica do tutor: um estudo de caso no contexto semipresencial de uma faculdade privada”*, apresentado ao Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília em 2014, na área de concentração – Educação, Tecnologia e Comunicação. Na Educação a Distância, ministrei oficinas de formação pedagógica aos tutores, além disso participei como supervisora das disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial na rede privada de educação superior do Distrito Federal, atuei como tutora no curso de Letras na Universidade Aberta do Brasil (UAB – UnB).

Licenciada em Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e Língua Espanhola no (UNICEUB), iniciei minha caminhada como servidora pública na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/SEEDF, professora e gestora pública com experiência nos mais diversos segmentos da educação no cenário educacional do Distrito Federal atuando como diretora, vice-diretora e supervisora pedagógica na rede pública de ensino.

Em 2015 e 2016, fui convidada a assumir a chefia da Unidade Regional de Educação Básica (UNIEB), vinculada à Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho (CRE SOBRADINHO/SEEDF). À época, essa experiência permitiu constituir um diálogo epistemológico com a práxis docente, por meio de uma parceria firmada entre a Universidade de Brasília – UnB, especificamente, a Faculdade de Educação (FE), o Instituto de Letras (IL) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Esta parceria objetivou promover a formação continuada para professores da Educação Básica do DF. Dentre os eventos formativos: fóruns, simpósios e seminários realizados, participaram cerca de seis mil professores no processo de formação continuada que resultou no fortalecimento das práxis docentes nas escolas públicas e nos processos de ensino-aprendizagem para a sala de aula.

Em outro momento, ainda em cargo de gestão pública na Unidade Regional de Educação Básica de Sobradinho (UNIEB/SEEDF), desenvolvi, em parceria com a Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (FE/UnB), uma proposta-piloto e inovadora na Educação de

Jovens e Adultos, implementando a EJA integrada à Educação Profissional, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em cinco escolas públicas da região que foram mapeadas e selecionadas por atender à comunidade escolar em áreas de grande vulnerabilidade social e econômica.

Em 2017, recebi outro convite ainda mais desafiador, assumi a Diretoria da Educação de Jovens e Adultos (DIEJA) vinculada à Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB/SEEDF), com a finalidade de realizar a expansão da educação profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio da oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs), nas quatorze Coordenações Regionais de Ensino do DF, das quais doze Coordenações Regionais de Ensino (CREs) do Distrito Federal participaram dessa ação e atingiu, aproximadamente, cinco mil estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino. Os desdobramentos e as dificuldades vivenciadas pela pesquisadora foram publicados na Revista Com Censo/SEEDF (2017), em seu artigo intitulado “*Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional: um panorama da implementação de políticas públicas educacionais na rede pública de ensino do Distrito Federal*”, especificamente, minhas inquietações quanto ao objeto de estudo: *Remição de pena por leitura nas prisões do Distrito Federal*, enquanto estive à frente da Diretoria da Educação de Jovens e Adultos (DIEJA/SEEDF). O primeiro desafio foi a minha participação como membro da comissão intersetorial, publicada pela Portaria Conjunta nº 01, de 19 de abril de 2017 e da construção da proposta pedagógica e do delineamento do projeto de remição de pena por leitura para o Distrito Federal, elaborado, estritamente, para atender às determinações judiciais da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP/DF), instituída pela Portaria VEP nº 010 de novembro de 2016.

Em decorrência disso, estabeleci um diálogo mais direto com os gestores e os professores que atuam no Centro Educacional 1 de Brasília, em que pude conhecer e aprender sobre as especificidades do trabalho docente nas prisões. Ao visitar os seis presídios do Distrito Federal, senti-me provocada a estudar e pesquisar este campo fértil e minado sobre a educação nas prisões, com ênfase nas execuções das políticas públicas que norteiam o processo educativo, na docência no cárcere e nas aprendizagens dos privados de liberdade, seja no modelo formal ou informal, no Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

Em 2018, depois das conclusões dos trabalhos relativos ao projeto de remição de pena por leitura fui exonerada do cargo de forma súbita e desrespeitosa, após retornar de um período de quinze dias de férias e reconduzida para a Biblioteca Rui Barbosa, vinculada ao gabinete da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho/SEEDF. Esse período marcou um tempo

difícil, mas de profundo amadurecimento pessoal e profissional, permitindo-me seguir em direção a novos caminhos. Submeti, para fins reconhecimento de autoria, o projeto de remição de pena por leitura, no Ministério da Cultura – Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, registrado em 27/03/2018, EDA/DLLL/BSB nº 453 – Escritório de Direitos Autorais – FBN/Ministério da Cultura. Atualmente, o projeto de remição de pena por leitura no DF está sob domínio e execução da Secretaria de Educação do DF. Em paralelo, estudei e escrevi o pré-projeto para participar do processo seletivo em nível de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas na Universidade de Brasília (UnB).

Como professora-pesquisadora, participo do grupo de pesquisa “Os significantes e os significados do ensino e da produção de texto: pesquisa, ação e reflexão” orientado pela professora Dra. Ormenzinda Maria Ribeiro, coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras – IL/UnB. Além disso, ministro aulas na Educação Superior privada em cursos de licenciaturas e bacharelados numa instituição de educação superior privada no DF.

Assim, ingressei em 2019, no Programa de Pós-graduação em Literatura na Universidade de Brasília, na linha de pesquisa – Políticas e Poéticas do Texto (PPT) – eixo: Literatura e sociedade: texto literário, educação e leitura. Em continuidade aos estudos, publiquei o livro *Remição de pena no Distrito Federal: Leitura e literatura para minorias*. A obra traz um questionamento sobre como a leitura pode transformar a vida de um indivíduo privado de liberdade, levando em consideração o alto índice de pessoas encarceradas no país, tendo como reflexo, prisões superlotadas e a ressocialização praticamente não acontece.

Vale ressaltar a importância da leitura no cárcere como fomento de uma política pública afirmativa, assegurada no Plano Nacional de Educação/PNE (2015-2024), com foco na meta 10, estratégia 10.21, que prevê a garantia do acesso aos estudantes em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade, no sistema prisional, às bibliotecas, sobretudo ampliar e atualizar os acervos, priorizando os livros paradidáticos e materiais de pesquisa.

Nessa direção, a pesquisadora desenvolveu um artigo intitulado “*Professoralidade docente na EJA: Cadeados que se abrem e fecham para os processos de leiturização como prática de letramento nas prisões do DF*”. Este estudo teve como objetivo analisar os problemas e as dificuldades da práxis docente nas prisões. Além disso, investigou a ação docente em relação aos processos de leiturização e letramento dos estudantes privados de liberdade, regularmente matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional. Identificou que há grande desvalorização e precarização do trabalho docente nas

prisões, visto que os recursos pedagógicos como livros didáticos e acervos paradidáticos são escassos e inadequados. Constatou que há grandes dificuldades de acesso à leitura e aos livros aos privados de liberdade, as bibliotecas encontraram-se em estado precário, acervos ultrapassados com catalogação artesanal dos livros pelos classificados, quando não estão desativadas. Além disso, há uma ausência de trabalho preventivo ao corpo docente que possibilite o atendimento periódico, clínico e/ou psicológico. (CASTRO, 2018).

Nos intramuros das prisões, a garantia do direito à educação foi legitimada, a partir da publicação da Lei de Execução Penal de nº 7.210/84, modificada recentemente, pela Lei nº 13.163/2015, que garante, em seu artigo 18-A, a universalização de Ensino Médio regular ou supletivo, com formação geral ou da educação profissional de nível médio nos presídios. Além disso, determina à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a inclusão de programas de Educação a Distância, bem como o uso das novas tecnologias de ensino para o atendimento educacional dos privados de liberdade, uma realidade ainda distante do cenário atual nas prisões brasileiras.

Nas prisões, o direito à educação aos privados de liberdade possui objetivos bem definidos, entretanto, muitas vezes entram em contradição sobre a finalidade do sistema penitenciário e da justiça penal, uma vez que a educação nas prisões: (1) mantém os privados de liberdade ocupados de forma útil e proveitosa; (2) promove a melhoria da qualidade de vida e das relações humanas na prisão; (3) possibilita a aquisição de novos conhecimentos, percepções de mundo; (4) provoca mudança de atitudes, de comportamento e de valores que possibilitam ao apenado, o acesso ao mercado de trabalho e à educação superior, como também, potencializa a formação do sujeito com base nos princípios éticos e morais. (JULIÃO, 2016).

Nesse sentido, as práticas educativas ofertadas à população carcerária são implementadas em dois grupos: as formais e as complementares. As atividades formais abrangem as modalidades de ensino: ensino fundamental I (Anos Iniciais), Ensino Fundamental II (Anos Finais), Ensino Médio, Ensino Superior, cursos técnicos com carga horária acima de 800 horas/aulas e os cursos de capacitação profissional com carga horária acima de 160 horas/aulas, sendo ofertados nas modalidades presencial ou a distância. As atividades educativas complementares são aquelas que abrangem projetos de remição de pena pela leitura, as práticas esportivas, os eventos culturais e de lazer. (TORRES, 2020).

A remição da pena é caracterizada como um instrumento jurídico que possibilita ao condenado, que esteja em cumprimento de pena no regime fechado ou no semiaberto, reduzir parte do tempo de sua execução da pena, por meio do estudo ou pelo trabalho, conforme a Lei

nº 12.433/11 a qual alterou os artigos 126, 127 e 128 da Lei de Execução Penal nº 7.210/84. Especificamente, o artigo 126, em seu § 1º, inciso I, determina a contagem do tempo do apenado por estudo, sendo a remição de 1(um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar em atividades de ensino fundamental, médio, inclusive profissional, superior, ou ainda requalificação profissional, divididas no mínimo em 3 (três) dias; e em seu inciso II, pelo trabalho, a remição de 1 (um) dia de pena para cada 3 (três) dias de trabalho.

Em especial, o marco inicial da remição de pena pela leitura no Brasil instituiu-se por meio da publicação da Portaria Conjunta de nº 276/2012 entre o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN e a Corregedoria-Geral da Justiça que regulamentou o projeto de remição de pena pela leitura no Sistema Penitenciário Federal. Por consequência, vários estados brasileiros e estabelecimentos penais passaram a implementar a remição de pena pela leitura que possibilitou a participação do custodiado, de forma voluntária, ao acesso ao livro e à leitura de obras de cunho literário, filosófico ou científico, com objetivo de produzirem resenhas ou relatórios, para fins de remição da pena.

Com base na Lei Estadual de nº 17.329/11, o estado do Paraná foi pioneiro na implementação da remição de pena pela leitura nos presídios brasileiros. E, na sequência, outras unidades da federação como: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Bahia (BA), Pará (PA), Sergipe (SE), Goiás (GO), Santa Catarina (SC), conforme divulgado na reportagem *“Remição pela leitura já é realidade em diversos presídios brasileiros”*, publicada no site oficial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e mais recentemente, no ano 2018, o Distrito Federal, implementaram a remição de pena pela leitura, trazendo como diferencial a organização pedagógica, de forma inovadora o DF, visto que é a única unidade da federação que trabalha com a modalidade textual resumo crítico. Esta proposta foi construída, especialmente, para atender à portaria VEP nº 010 de 17 de novembro de 2016, que apresenta em seu artigo 10: “Art. 10. Admitida a remição de pena pela leitura, na proporção de 4 (quatro) dias de pena para cada obra literária efetivamente lida e avaliada e até o limite anual de 48 dias, cujas atividades serão coordenadas e certificadas pelo Centro Educacional 1 de Brasília”.

Para fins de remição de pena pela leitura, a Resolução de nº 391, publicada em 10 de maio de 2021, que versa sobre o reconhecimento do direito à remição de pena em práticas sociais educativas, determina em seu inciso IV, que o sujeito privado de liberdade deverá registrar o empréstimo de obra literária do acervo da biblioteca da unidade prisional. A partir do registro, terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para ler a obra, devendo apresentar,

em até 10 (dez) subsequentes, um relatório de leitura a respeito da obra, de acordo com roteiro a ser fornecido pelo juízo competente ou pela comissão de validação.

Sendo assim, a leitura deve ser entendida, como uma prática discursiva da linguagem que está presente nas relações e em vários contextos, contudo exigirá do leitor um intercâmbio entre o texto/autor, não somente naquilo que está escrito, mas sim, nas referências culturais e linguísticas dos sujeitos. No mundo contemporâneo, as transformações e as mudanças promovem novos sentidos e significados às palavras que provocam múltiplas formas de apresentação e expressão para o uso da língua escrita. (COSSON, 2012). Nesse sentido, surgem reflexões e questionamentos sobre o papel social da leitura, literatura e as práticas de escrita, sobretudo seus impactos quando os sujeitos que a praticam estão em estado de encarceramento.

Estruturado como uma política pública de Estado, o Plano Distrital de Educação para pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (2021-2024) prevê diretrizes, metas e estratégias que regulam a educação nas prisões. Tem por objetivo a retomada dos sujeitos encarcerados aos processos educacionais que possibilitem novas visões de mundo, sobretudo, a (re)inserção social. No Distrito Federal, a oferta da educação básica ao privado de liberdade é de competência da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF). Esse atendimento educativo de natureza especial acontece por meio da modalidade da Educação de Jovens e Adultos e da remição de pena pela leitura. (DISTRITO FEDERAL, 2021).

Levantar a bandeira de uma sociedade menos violenta e mais igualitária, esquecendo-se de que o processo de ressocialização do apenado é de fundamental importância, não passa de um ato de ignorância, como também, demonstra um descuido do Estado. Sendo assim, faz-se necessária a compreensão do direito a todo ser humano ter uma vida digna, sem qualquer distinção. Nessa direção, a educação pode transformar o apenado e recuperar sua humanidade roubada, cabendo à sociedade colaborar para que de fato e de direito, aconteça. (MORAES et al., 2017).

Nota-se que os custos crescentes do encarceramento no país e a falta de investimento nesse setor por parte do Estado reflete a superlotação carcerária e estão no topo das dificuldades dos problemas existentes no sistema penitenciário brasileiro como: 1) a falta de condições mínimas para sobrevivência (falta de higiene, deficiência no sistema alimentar, ausência de leitos); 2) deficiência no atendimento médico e odontológico; 3) alto índice de consumo de drogas, corrupção, reiterados abusos sexuais, propensão à violência física e/ou psicológica e quase ou nenhuma perspectiva de reintegração social, marcada pela inexistência de uma política ampla para as prisões. (SILVA, 2003).

De acordo com a Lei de Execução Penal nº 7.210/84, o seu artigo 1º determina que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado ou do internado”, uma realidade bem diferente quanto a sua aplicabilidade nas prisões brasileiras, marcadas por condições desumanas que não contribuem para a ressocialização do apenado, mas sim para a reincidência criminal.

Nesse sentido, ressocializar significa possibilitar ao preso o suporte necessário para a sua reintegração no meio social, buscando compreender os motivos que o levou à prática de crimes ou delitos e promover condições para que o apenado possa mudar sua vida, a fim de potencializar um futuro melhor ao retorno social. Entretanto, constantes problemas vividos no cárcere dificultam e limitam esse processo de ressocialização, questões relacionadas à saúde, à higiene e à alimentação, à superlotação carcerária e à violência física e/ou psicológica. (ROSSINI, 2015).

Com o retrato do sistema penitenciário brasileiro, amplia-se a problemática de cunho social e educacional, principalmente a questão do hiperencarceramento nas unidades prisionais. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN de 2019, o total das pessoas privadas de liberdade é de 758.676, o total de vagas nas prisões brasileiras é de 423.242, o déficit de vagas de é 303.112, tendo como taxa de ocupação 171,62% e a taxa de aprisionamento é de 346,78%. ou seja, os dados demonstram que o Brasil é o terceiro país de maior índice de encarceramento no mundo.

Em se tratando do Distrito Federal, o total de pessoas privadas de liberdade é de 15.764; o total de vagas distribuídas nos seis presídios é de 7.395; a taxa de ocupação é de 2,15% e a taxa de aprisionamento é de 522,03% (idem). Os dados apresentam um déficit de vagas de pelo menos 5.400 vagas, colocando o DF, no ranking nacional, como o terceiro maior estado com percentual de superlotação carcerária no país.

Em nossa sociedade, a literatura representa um poderoso instrumento de instrução e educação presente nos currículos escolares e apresentada a cada indivíduo como um poderoso equipamento intelectual e afetivo. A relação entre os valores que a sociedade preconiza ou os considerados prejudiciais manifestam-se na literatura por meio da ficção, da poesia e da ação dramática. Neste viés, a literatura tem papel fundamental, capaz de confirmar ou negar, propor ou denunciar, apoiar e combater, ao mesmo tempo, que possibilita vivenciarmos de forma dialética os problemas. (CANDIDO, 1989).

Diante do contexto apresentado, na pesquisa desenvolvi estudos sobre a remição de pena por leitura no DF, defendendo a tese de que a formação leitora no cárcere pode apontar caminhos de ressocialização do indivíduo, por meio do acesso à leitura geral, leitura literária e práticas de textos nas prisões e a remição de pena pela leitura deve ser entendida e assegurada como política pública socioeducacional no país. (CASTRO; TINOCO, 2019). Nesta direção, busquei responder à questão central: *Como as práticas de leitura nas prisões como política pública de estímulo à leitura podem influenciar na ressocialização do privado de liberdade?*

Este estudo teve como objetivo geral investigar em que medida as práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões podem influenciar na ressocialização do privado de liberdade. E é composto de quatro objetivos específicos, a saber: (1) Descrever o perfil e a formação do privado de liberdade em espaços de extremo confinamento; (2) analisar e descrever o projeto de remição de pena por leitura, quanto à fundamentação legal e às estratégias de mediação, bem como sua execução em três presídios do DF; (3) relacionar e analisar os indicadores de adesão, da produção e avaliação do resumo crítico e da aprovação e reprovação dos textos por unidade prisional; (4) investigar se o acesso ao livro e à leitura promove a ressocialização na vida dos privados de liberdade.

A minha pesquisa indica a necessidade da formação leitora no cárcere como caminho e perspectiva para ressocialização do indivíduo privado de liberdade, por meio das práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões, sobretudo entender como o acesso ao livro, à leitura e à literatura podem influenciar nas vivências do privado de liberdade e em sua rotina carcerária. Para a construção dessa trajetória, esta tese foi organizada em cinco capítulos.

No capítulo 1 – *A gênese, a historicidade do objeto de estudo* é a relação com a minha vida, bem como apresento na introdução, uma linha do tempo sobre as atividades acadêmicas e profissionais para que o leitor entenda a minha caminhada na educação pública e privada.

No capítulo 2 – *Nos pressupostos e concepções teóricas* chamo ao diálogo os autores em destaque, que tratam das temáticas, a saber: O direito à literatura: uma de política pública nas prisões do DF, fundamentou-se em Antônio Cândido, 1988; Michel Foucault, 1997; Leyla Perrone-Moisés, 1990; Antonie Compagnon, 2009; Tzvetan Todorov, 2014; Eloisa Mattos de Holfling, 2001; na Literatura como direitos Humanos para minorias estão presentes nas discussões epistêmicas os seguintes autores: Regina Dalcastagne, 2012; Carlos Lisandro Calegari, 2012; Conceição Evaristo, 2009; para entender o Letramento literário, recepção e

ensino nas prisões do DF, a abordagem dialética presente em Rildo Cosson,2012; Jacques Rancière,2012; Hans Robert Jaus, 1979; Regina Zilberman,1999; Vera Candau,2013 et al.

No capítulo 3 – *Da concepção à implementação do projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal* apresento o delineamento sobre a concepção, a elaboração do projeto, a metodologia, a gestão e o acompanhamento da remição de pena por leitura, a composição do acervo literário em quatro níveis de ensino, a avaliação e as formas de execução nos presídios, bem como os indicadores de participação e de homologação da remição de pena por leitura no DF em três presídios, a saber: Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI), Penitenciária do Distrito Federal II (PDF II) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF).

No capítulo 4 – *Nos Procedimentos Metodológicos* aponto o percurso metodológico a ser percorrido como pesquisadora por meio de argumentos a favor dessa pesquisa mista (qualitativa e quantitativa), análise de conteúdo com base em Bardin (2011), quanto à remição de pena por leitura nos presídios do DF, de forma a comprovar sua importância e contribuição social, apresentando também a contextualização, os lócus e os sujeitos envolvidos, e, posteriormente, a análise dos dados e os resultados deste estudo.

No último capítulo 5, abordo, nas *considerações finais* da minha tese, propostas que marcarão um itinerário possível, a fim de fomentar a construção e a execução das políticas públicas de estímulo à leitura, à literatura e às práticas de texto no cárcere, tendo o livro como um instrumento poderoso para a ressocialização do privado de liberdade.

Escrever uma tese de doutorado foi uma experiência ímpar e quero aplicá-la nas práticas sociais. Além de desafiadora, possibilitou o meu reencontro com a literatura, descobri novos conceitos, outrora engessados que diminuiram as lacunas do entre “o ser leitor” e o estudo puramente reprodutivista sobre “o cânone literário” vivenciado da escola básica ao curso de graduação. Compreender a literatura e sua relação com os direitos humanos (CANDIDO, 1988), percebê-la como forma de resistência humana (COMPAGNON, 2009), bem como um instrumento de afirmação da identidade nacional de diferentes grupos sociais e minoritários que buscam sob todos os gêneros e expressão literária, espaços de poder e de fala, muitas vezes traduzidos pela ausência do Estado, retroalimentadas das desigualdades sociais. (DALCASTAGNÉ, 2012). Essas leituras provocaram em mim grandes inquietações, análises e reflexões sobre a importância da literatura como um direito educacional inalienável e indiscutível quanto à execução das políticas públicas afirmativas de estímulo à literatura e de formação de leitores no cárcere. Comprovadamente, o acesso ao livro, à leitura e às práticas de

textos são instrumentos poderosos para a re(construção) e modificação do comportamento do privado de liberdade, para que possa retornar à sociedade de forma mais justa, equânime, inclusiva e ressocializadora.

1.1 A justificativa do projeto e o problema de pesquisa

O Sistema Penitenciário do Distrito Federal possui uma massa carcerária de, aproximadamente, 15.400 (quinze mil e quatrocentos) custodiados, que estão distribuídos nos seis estabelecimentos penais cumprindo pena em regimes fechado, semiaberto ou com prisão provisória, conforme dados produzidos pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário – SESIPE, de acordo com a resenha diária, referente ao dia 08 de junho de 2017. Fazem parte do sistema penitenciário no Distrito Federal, os estabelecimentos penais, a saber:

- Centro de Detenção Provisória (CDP);
- Centro de Internamento e Reeducação (CIR);
- Penitenciária do Distrito Federal I e II (PDFI e PDFII);
- Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), onde também funciona a Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP); e
- Centro de Progressão Penitenciária (CPP).

Quatro dessas instituições encontram-se no Complexo Penitenciário da Papuda (CDP, CIR e a PDFI e PDFII). Já a PFDF está localizada na Área Especial nº 02, no Setor Leste do Gama. Quanto ao CPP, encontra-se no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Trecho 04, Lotes 1600/1680.

A implementação da remição de pena por leitura no Distrito Federal surgiu da necessidade de cumprir a determinação da Vara de Execuções Penais (VEP/DF), conforme a Portaria VEP nº 010, de 17 de novembro de 2016, a qual regulamenta a remição de pena por leitura no âmbito do DF.

Conforme os dados da Subsecretaria do Sistema Penitenciário de Distrito Federal (SESIPE, 2016), há 1300 (mil e trezentos) indivíduos privados de liberdade no Sistema Penitenciário beneficiados com a remição de pena pelo estudo e atendidos pelo Centro Educacional 1 de Brasília, garantindo assim, o direito à educação como possibilidade de elevação da escolaridade e da cidadania.

No Brasil, a média nacional da oferta da educação nas prisões é de 13%, conforme os dados do Ministério da Justiça. Isto significa que o processo de ressocialização do apenado

precisa ser qualificado. Conforme previsto na Lei de Execução Penal (LEP), a educação e o trabalho são instrumentos de ressocialização, visto que a prática de leitura é uma atividade fundamental a qualquer área do conhecimento, como também essencial para a vida do ser humano. (SILVA, 1981).

Para o mestre Paulo Freire, “o ato de ler não se limita à decodificação pura e simples da palavra ou da linguagem escrita, mas sim se alonga e antecipa na inteligência do mundo.” (FREIRE, 1989, p. 11). Nesse sentido, entende-se que ler promove conhecimento, novos significados, amplia a visão de mundo, a partir de como o leitor se organiza, a partir da relação dialógica com a obra e suas vivências e experiências de mundo.

No campo das políticas públicas previstas no Plano Distrital de Educação (2015-2024), a meta 10, estratégia 10.21, prevê a garantia do acesso, dos estudantes em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade, no sistema prisional, às bibliotecas, como também ampliar e atualizar os acervos, priorizando os livros paradidáticos e materiais de pesquisa.

A ação preventiva do Estado, mesmo de forma austera e vigilante, como garantia do cumprimento da pena, quando oferece nas prisões melhores condições laborais e de aprendizagem, possibilita um ambiente de menor trauma e de maior aprendizagem. Desta forma, Ribeiro (2012) entende que a prática de leitura nas prisões possibilita um caminho para a ressocialização e retorno do indivíduo ao meio social.

Diante do exposto, esta pesquisa apresenta a questão central do estudo: *Como as práticas de leitura nas prisões como política pública de estímulo à leitura podem influenciar na ressocialização do privado de liberdade?* Essa questão se direciona, também, ao momento político, social e educacional, e teve como marco a implementação do projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal no ano de 2018, um caminho possível para a ressocialização e redução da pena do privado de liberdade, desde que o acesso ao livro, à literatura e às práticas de textos sejam acessíveis à população carcerária nos intramuros dos presídios.

1.2 Delineando os objetivos da pesquisa

No que diz respeito à temática da remição de pena por leitura, com ênfase na implementação das políticas públicas, como proposta de ressocialização aos privados de liberdade, este projeto apresenta:

1.2.1. Objetivo geral

Investigar em que medida as práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões pode influenciar na ressocialização do privado de liberdade.

Considerando que a referida proposta implica um estudo aprofundado sobre a remição de pena por leitura em âmbito nacional, mais especificamente no âmbito do Distrito Federal, em relação aos objetivos específicos.

1.2.2. Objetivos específicos

- a) Descrever o perfil e a formação do privado de liberdade em espaços de extremo confinamento;
- b) Analisar e descrever o projeto de remição de pena por leitura, quanto à fundamentação legal e as estratégias de mediação, bem como sua execução em três presídios do DF;
- c) Relacionar e analisar os indicadores de adesão, da produção do resumo crítico, resultado da avaliação entre aprovados e reprovados nos textos por unidade prisional;
- d) Investigar se o acesso ao livro e à leitura promove a ressocialização na vida dos privados de liberdade.

1.3 Leitura, literatura e remição de pena: um panorama das pesquisas desenvolvidas em cursos de pós-graduação no Brasil

“O conteúdo de um livro guarda o poder da educação é com esse poder que conseguimos moldar o futuro e mudar vidas.” (Malala Yousafzai)

Aqui, nesta subseção, apresentamos um breve panorama das pesquisas em programas de Pós-graduação nas universidades brasileiras relacionadas ao objeto de estudo, tendo como recorte os períodos de 2014 a 2022. Neste sentido, foram selecionadas as palavras-chave “*remição de pena por leitura no Brasil*”. Para o levantamento bibliográfico, utilizou-se a base de dados no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Biblioteca virtual da UnB. Foram selecionados para leitura, dez dissertações de mestrado e duas teses de doutorado,

perfazendo um total de doze trabalhos científicos publicados no Brasil que pontuaram informações mais recentes acerca da temática *Remição de Pena por leitura*.

Silva (2014) desenvolveu seus estudos no Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A pesquisa intitulada *O projeto de Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal – o caso da Penitenciária Federal de Porto Velho – RO*, teve como objetivo incentivar a leitura de obras literárias na prisão para a produção textual de resenhas, baseada na Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012. O pesquisador investigou o projeto de remição de pena pela leitura no presídio de segurança máxima, tendo como sujeitos participantes cerca de cento e vinte privados de liberdade com baixa escolarização, visto que a grande maioria não possuía Ensino Fundamental ou Ensino Médio completos. Além disso, usou como fundamento epistemológico a Teoria da Distância Transacional, baseada em Michael Moore o qual considera três eixos importantes no processo de ensino-aprendizagem: a estrutura, o diálogo e a autonomia. Constatou que a equipe pedagógica do presídio elaborou um guia de Elaboração de Resenhas, a fim de orientar os privados de liberdade para os processos da escrita e produção textual. Identificou alguns pontos importantes, a saber: (1) o ambiente físico, presídio de segurança máxima, interferiu nos diálogos do professor e aluno; (2) a estrutura do projeto de remição de pena pela leitura executado por meio de Guia de Elaboração de Resenhas apresentou rigidez quantos aos objetivos educacionais; (3) somente o Guia não atendeu às necessidades individuais dos privados de liberdade, mesmo apostando na capacidade de desenvolvimento de sua própria autonomia; (4) o estudante privado de liberdade aceitava um alto grau de responsabilidade sobre seus processos de aprendizagens; (5) o privado de liberdade desejava um apoio adicional com uma orientação presencial que pudesse ampliar as aprendizagens, para além do material impresso (Guia de Elaboração de Resenhas) recebido.

Proença (2015) desenvolveu seu estudo intitulado *Remição pela Leitura: o letramento Literário Ressignificando a Educação na Prisão*, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O lócus do estudo ocorreu em dois presídios: a Penitenciária Estadual de Londrina I e o Centro de Ressocialização de Londrina. A pesquisadora analisou as práticas pedagógicas propostas no Projeto de Remição em suas práticas sociais de leitura e de escrita como caminho para ressocialização do privado de liberdade, por meio da literatura e do ensino da escrita, com ênfase no resgate da autoestima e da reintegração social do apenado. Aplicou-se uma sequência didática, partindo da obra *O meu pé de Laranja Lima*, do autor José Mauro de Vasconcelos. Os resultados da pesquisa apontaram a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas

direcionadas a um trabalho flexível, partindo das práticas sociais da leitura e da escrita no contexto das prisões.

Em 2017, Oliveira Júnior desenvolveu sua pesquisa intitulada *As vozes das grades e a remição da pena de prisão pela leitura na Penitenciária Federal de Mossoró/RN*, na Universidade do Rio Grande do Norte, no programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação. Teve como objetivo analisar o Projeto de Remição pela Leitura, baseado na Lei nº 12.433/11 e na Portaria nº 276/12, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), e na Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como forma de efetivação da política pública na Penitenciária Federal em Mossoró/RN. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se abordagem qualitativa nos momentos em que foram analisadas as narrativas dos privados de liberdade, a partir da pesquisa (Auto)biográfica e das experiências de vida, com base nas leituras realizadas nas “celas de aula”. Constatou-se que as práticas da remição de pena pela leitura nas prisões contribuem para a reflexão do privado de liberdade. Além disso, identificou-se que a participação do privado de liberdade no projeto de remição de pena por leitura motivou os participantes para realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ainda neste mesmo ano, Rodrigues (2017) realizou uma pesquisa com título *Letramento Literário: uma perspectiva de humanização da literatura no espaço prisional*, por meio da parceria instituída pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. A pesquisa objetivou desenvolver uma prática de intervenção pedagógica com ênfase no letramento literário para os estudantes privados de liberdade do 9º ano do Ensino Fundamental II, no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos, escola Professora Tomires Moreira de Carvalho – EFM que funciona no interior da Penitenciária Estadual de Maringá (CCM), onde neste espaço é desenvolvido o projeto de remição de pena por leitura. No percurso metodológico, usou-se abordagem qualitativa em que buscou além das leituras das obras, o aprofundamento para a construção das narrativas. Como resultado, observou-se dificuldades pontuais quanto a compreensão em relação aos enunciados polifônicos que precisam de maior atenção para apreensão dos sentidos. Além disso, a pesquisadora constatou que as práticas literárias no sistema prisional estão diretamente relacionadas à educação possui um papel fundamental para a ressocialização do privado de liberdade, legitimada no direito constitucional CF/88 que trata da obrigatoriedade do Estado e um direito de todos o acesso à educação. Nesse viés, não deve

ser entendida como um privilégio, mas sim como um dever a ser cumprido, independente da condição humana.

Posteriormente, Sperandio (2017) desenvolveu sua dissertação de mestrado em Direito na Faculdade Meridional de Passo Fundo – RS, com o título *Direito, Literatura e Cárcere: uma análise crítica do projeto de remição de pena pela leitura*. Teve como objetivo central analisar as dicotomias, com foco na discussão sobre as finalidades do projeto de remição de pena pela leitura nos estabelecimentos penais. Durante o percurso metodológico, utilizou a pesquisa bibliográfica fenomenológico-hermenêutica, como também, as legislações e as jurisprudências pertinentes ao tema, dividindo o estudo em duas etapas: na primeira, realizou a revisão bibliográfica sobre políticas penitenciárias da remição de pena pela leitura; na segunda, abordou a importância dos estudos na área do Direito e Literatura, apresentando as controvérsias sobre as escolas edificantes e científicas em relação às potencialidades das narrativas literárias. Constatou que existem ausências de pressupostos teóricos norteadores ao projeto de remição de pena pela leitura.

No Distrito Federal, Ribeiro (2012), iniciou a discussão sobre o estímulo à leitura, à literatura e à formação de leitores no cárcere, por meio do estudo “*O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal*”, desenvolvido no programa de Pós-Graduação em Literatura pelo departamento de Teoria Literária e Literatura (TEL), na Universidade de Brasília. Teve por objetivo investigar o perfil do leitor em estado de privação de liberdade, baseado na leitura de Antônio Cândido e a conceituação de mundo como prisão e vice-versa. Este estudo de caráter qualitativo e quantitativo, a partir da perspectiva teórico-relacional do ato de ler e a caracterização do ambiente prisional. Em relação aos procedimentos metodológicos realizou entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, oficinas literárias no âmbito local e nacional. Os resultados apontaram que há existência de comunidades leitoras no sistema prisional do DF, como também, a experiência do escritor Graciliano Ramos, autor da obra *Memórias do Cárcere*, foi considerada para análise do ato da leitura como espaço de liberdade e de revitalização do tempo e do espaço na sociedade encarcerada. Além disso, o estudo evidenciou a necessidade de efetivação de políticas públicas de incentivo à leitura como forma de auxílio no resgate da identidade do sujeito encarcerado e de sua reinserção social.

Em nível de doutoramento, ainda a mesma autora, desenvolveu seu estudo intitulado *Uma Teia de Relações: o livro, a leitura e a Prisão – um estudo sobre a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais Brasileiras*, na Universidade de Brasília, Instituto de Letras

– Departamento de Teoria Literária e Literaturas pelo programa de Pós-Graduação em Literatura e Práticas Sociais no ano de 2017. Estudou o projeto de remição de pena pela leitura, realizado nas Penitenciárias Federais Brasileiras de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), pautado na Portaria nº 276/2012 que trata da prática de leitura como remição de pena. A pesquisadora defende a prática de leitura nas prisões como política pública de incentivo à leitura, podendo contribuir para a ressocialização do privado de liberdade. O estudo objetivou descrever o perfil do leitor, além disso, estudou de forma bem detalhada, as etapas do processo de leitura desenvolvidas entre os anos 2009 a 2016. Usou como aporte teórico autores relacionados à Estética da Recepção e à Sociologia da Leitura e realizou entrevista semiestruturada como instrumento de validação do estudo na Coordenação do Tratamento Penitenciário (CGTP) na qual foram analisados depoimentos e resenhas produzidas por quinze privados de liberdade. Constatou que o projeto de Remição de pena aplicado em todas as etapas contribuiu para o estímulo a prática de leitura no cárcere. No entanto, considera necessário repensar o gênero literário e as estratégias de mediação para a produção textual. Os resultados desse estudo apontaram ser inegável os impactos e reflexos positivos que a prática de leitura exerce sobre o leitor em estado de encarceramento.

Em 2019, a pesquisadora Gabriella Viroli Cavalcanti Correia apresentou sua dissertação de Mestrado intitulada “*Remição da pena pela leitura: importância da Biblioteca prisional*” no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGINFO) da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Em seu estudo, identificou que o acesso à informação e a educação no cárcere tratam da garantia de direitos por lei, como também são fatores que influenciam a vida e a ressocialização dos privados de liberdade, visto que são pessoas à mercê das condições do Estado. Além disso, investigou as contribuições das bibliotecas prisionais nas penitenciárias do Estado de Santa Catarina. Constatou que há uma baixa quantidade de material produzido quanto ao objeto de estudo (formação acadêmica dos profissionais de biblioteconomia e Ciências da Informação) quando realizou o levantamento bibliográfico. Além disso, identificou a inexistência do cargo de bibliotecário nas bibliotecas prisionais do Estado de Santa Catarina.

Dumont (2020) desenvolveu seus estudos na Universidade Federal do Ceará no Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – Mestrado Profissional, a pesquisa intitulada “*Avaliação da política de ressocialização do preso no Ceará: a remição da pena pelo incentivo à leitura*”. O estudo teve como objetivo central avaliar e compreender a política de ressocialização do preso no estado do Ceará, com ênfase na percepção dos professores

integrantes do projeto Livro Aberto. Nessa direção, foi avaliado o projeto de remição de pena com incentivo à leitura no cárcere. Teve por objetivos específicos compreender o conceito da ressocialização pela leitura, utilizando como sujeitos participantes os professores do Projeto Livro Aberto. Além disso, verificou em que medida o acesso à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica dos privados de liberdade foram atingidos. Na sequência, realizou um resgate histórico e sociológico do caráter ressocializador que envolvem as fragilidades e as potencialidades, partindo do acesso ao livro e a leitura. Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa teve abordagem qualitativa. Utilizou um estudo de caso a fim de compreender a complexidade do fenômeno investigado. Além disso, realizou a pesquisa bibliográfica e documental. Utilizou como instrumento de coleta de dados entrevistas com os professores. Constatou que há uma atuação limitada da leitura para fins de ressocialização, tendo em vista as condições precárias nas prisões e a falta do comprometimento dos agentes de segurança para o acesso ao livro e a leitura ao privado de liberdade.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Centro de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, a pesquisadora Corrêa (2021) desenvolveu sua dissertação de mestrado intitulada *“Discricionariedade e arbitrariedade: o programa de ressocialização de remição de pena pela leitura”*. A partir de um trabalho teórico-empírico teve como objetivo analisar as intenções morais por meio da discricionariedade e da possível arbitrariedade que envolvem a execução da política de remição de pena pela leitura no sistema prisional em Santa Catarina. A pesquisa fundamentou-se nos seguintes eixos estruturantes: tratamento dos trâmites jurídico-políticos quanto ao reconhecimento legal dos direitos e benefícios em relação à remição de pena pela leitura; revisão de literatura, bem como aprofundamento da discussão sobre a temática “ressocialização” investigando suas intenções e implicações, partindo da aplicação de entrevistas semiestruturadas para contextualizar com as bases teóricas pertinentes. Utilizou como material de pesquisa as informações e os discursos obtidos na pesquisa de campo, partindo da entrevista realizada com coordenadores dos seis projetos de remição de pena pela leitura selecionados com base num recorte geográfico específico, com ênfase numa análise estruturada em modelos típicos-ideais dos projetos selecionados. Os resultados apontaram uma arbitrariedade não só dos agentes envolvidos nas políticas de remição, mas também do próprio Estado compreendendo como uma política de entrada de direitos e benefícios no cárcere produzindo um efeito de responsabilidade individual, mas também, ainda que de forma indireta, contribui para legitimidade institucional.

Dal Bosco (2021) desenvolveu seus estudos na Universidade Federal do Tocantins – Campus de Porto Nacional, no Programa de Pós-Graduação em Letras – curso de Mestrado Acadêmico. Sua pesquisa intitulada “*A Leitura dialógica em contexto penitenciário: vozes femininas que ecoam responsabilmente na construção de sentidos*” objetivou investigar a prática da leitura dialógica na penitenciária feminina de Palmas – Tocantins, com ênfase na produção de conhecimento crítico, reflexivo e de formação identitária, buscando criar um espaço de aprendizagem em que mulheres em estado de encarceramento pudessem vislumbrar sua voz sendo ouvida e legitimada. Como aporte teórico, dialogou com autores no campo dos letramentos (STREET, 2014), como também a perspectiva da leitura dialógica e epistemológica da educação emancipadora, fundamentada em Freire (2019, 2020). Como percurso metodológico a pesquisa teve abordagem qualitativo-interpretativa na área da Linguística Aplicada. Os instrumentos utilizados foram uma inspiração no Pensar Alto em Grupo (ZANOTTO, 2014), partindo de uma entrevista e aplicação de duas vivências de leitura. Os sujeitos participantes foram cinco mulheres encarceradas na penitenciária feminina da capital de Tocantins. Constatou que é possível encontrar letramentos no presídio, como também identificou que as participantes descobriram suas vozes subjetivas e dialógicas por meio do acesso à leitura, confirmando que a leitura no cárcere promove a emancipação e a libertação. Além disso, apontou que as reeducandas se emancipam a partir do momento em que tomam consciência de seu estado de encarceramento, buscando transformá-lo de maneira crítica e reflexiva.

Em nível de doutoramento, a pesquisadora Lorenset (2021) desenvolveu seus estudos na Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Comunicação e Expressão no Programa de Pós-Graduação em Linguística, em sua tese intitulada “*Leitura e cárcere:(entre) linhas e grades, a constituição do sujeito-leitor pelo dispositivo de remição de pena*”. Teve como objetivo analisar o funcionamento discursivos das condições de produção, bem como os efeitos de sentido da leitura como dispositivo de remição de pena, a fim de compreender como se constituem, nesse processo, os sujeitos-leitores na prisão. Utilizou como aporte teórico a Análise do Discurso (AD) e, metodologicamente, tomou como objeto para análise o Projeto de Extensão do curso de graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina, formando uma parceria com o Presídio Regional de Xanxerê/SC. Constatou que as relações de poder associadas às coerções engendradas pelo sistema prisional delimitam o modo como os privados de liberdade devem (com)formar suas narrativas acerca da leitura, como também limitam o que pode ser falado e determinam o (im)possível do que é dito. Além disso,

identificou que os privados de liberdade, suplicam por olhares e escutas remetendo o que lhes foi negado do corpo social em que a leitura (re)clama para travessia dos muros.

Em 2022, o pesquisador Eduardo Mateus Ferreira Lopes desenvolveu seus estudos de mestrado em Direito na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, Franca. O estudo intitulado “*Cárcere, Expressão e Liberdade: as experiências de um projeto universitário de remição de pena por leitura*”, teve como objetivo central descrever e compreender as relações e experiências do Projeto de pena por leitura “Me Livro”, desenvolvido pelo grupo de extensão universitária “Cárcere, Expressão e Liberdade” no presídio masculino de Franca – SP. Optou por uma ferramenta empírica em Direito, a observação dos participantes. No ano de 2019, realizou vinte e cinco encontros extensionistas na prisão. As observações foram transcritas para cadernos de campo, os quais serviram de objeto de análise. Complementou as visitas a partir de uma entrevista presencial e seis remotas, envolvendo sete estudantes universitários integrantes do projeto. Realizou um breve histórico da extensão universitária no Brasil. Discutiu sobre a criação e consolidação do instituto jurídico da remição de pena por leitura nas unidades prisionais e tribunais brasileiros em meio à ausência de legislação federal específica sobre a temática. Baseando-se nos marcos teóricos das Criminologias Críticas e da Clínica Social, buscou compreender os entraves e as potencialidades de diálogos abertos pelo Projeto “Me Livro” no estabelecimento penal de Franca, especificamente, como possível instrumento de promoção da “Reintegração Social” entre os estudantes privados de liberdade e os estudantes universitários. Como resultado apontou sobre a atuação do coletivo como mecanismo de questionamento das prisões, bem um vetor de uma construção política e autônoma dos sujeitos envolvidos nesse estudo.

2. Pressupostos e concepções teóricas

“A teoria sem a prática vira “verbalismo”, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”.
(Paulo Freire)

No cenário internacional, o Brasil se apresenta como um país violador das regras estabelecidas pelas Nações Unidas no que diz respeito ao tratamento de pessoas reclusas, tornando-se, cada vez mais, alvo de denúncia de importantes organizações de Direitos Humanos que registram ausências de providências quanto às condições desumanas, à violência, à superlotação carcerária e, principalmente, à ausência dos de direitos humanos nas prisões brasileiras. (ZACKSESKI, 2016).

A partir da criação das Nações Unidas e da adoção de princípios da Carta da ONU, como também da Declaração Universal do Direitos Humanos, dentre tantos instrumentos internacionais, o ano de 1945 marca um período de reconhecimento da universalidade e inclusão, como também, um momento de reivindicações dos povos e da democratização da descolonização, da emancipação, das lutas contra a discriminação racial, sobretudo pela garantia do direito sociais quanto à vida humana e à integralidade física e moral dos indivíduos. (MBAYA, 1997).

Os direitos sociais, que abarca a educação, especificamente, a educação no sistema prisional, a qual, ainda que tenha passado quase dez anos da aprovação das primeiras diretrizes no campo educacional, ainda não reflete grandes avanços. Este fator exige a investigação sobre as incongruências no âmbito dos debates, das conquistas legais, sobretudo da implementação e execução das políticas públicas e dos contextos vivenciados nos intramuros das prisões. (LAFFIN, 2019).

Abrir caminhos para a discussão das políticas de inclusão nos espaços prisionais imbrica na problematização de questões invisíveis, conforme os paradigmas de segurança dos presídios. Nesse viés, é necessário ver a educação nas prisões sobre o prisma dos direitos humanos, visto que constitui um valor em si mesma, por meio de um conjunto de ferramentas e de capacidades que aumentam as possibilidades de implementar projetos educacionais que possam contribuir para a inclusão social, cultural e econômica dos privados de liberdade. (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

Cabe ao Estado a responsabilidade em promover as práticas de controle e o fortalecimento das políticas públicas para a garantia dos direitos humanos e de forma igual a todos indivíduos, inclusive, àqueles que se encontram em estado de privação de liberdade. Tais políticas devem ser implementadas e executadas no cotidiano prisional, tornando essa instituição como um espaço educativo, no qual a educação é um dos pilares fundamentais do processo de ressocialização do privado de liberdade (idem).

O processo de educação baseado nos Direitos Humanos constitui uma perspectiva pedagógica fundamental e prioritária, ao pensar no modelo educativo adotado nas unidades prisionais, visando desenvolver as potencialidades dos sujeitos, baseada em valores, princípios de liberdade, integridade, igualdade, tolerância, participação, justiça, solidariedade, respeito aos combinados, escuta ativa, exercício da crítica e da reflexão sobre a vida no cárcere. (SCARFÔ, 2006).

Nesta perspectiva da educação e dos Direitos Humanos, este capítulo traz uma discussão sobre a importância da implementação das políticas públicas de fomento à literatura, à leitura e às práticas de textos como garantia dos Direitos Humanos nas prisões do DF, bem como aborda a importância do letramento literário, a estética da recepção e as estratégias para o ensino nas prisões brasileiras como caminho possível à ressocialização do privado de liberdade.

2.1 Direito a literatura: uma questão de políticas públicas nas prisões do df

“A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”. (CANDIDO, 1989)

Do ponto de vista histórico, até o século XVII, encarcerar pessoas não julgadas era uma prática comum, visto que a prisão era um meio para obtenção de provas e, não necessariamente, um lugar de punição. Neste cenário, o aprisionamento de pessoas era marcado por penas, ações cruéis e desumanas, utilizavam como recursos para punição penas dolorosas, tortura atroz, exposição pública que refletiam o ápice da justiça. (FOUCAULT, 1997)

Foucault reitera, também, que a punição pública desapareceu em meados do século XIX, ainda que tenha permanecido a prática da tortura. Para ele, o objetivo dessa mudança defendia que a certeza da punição deveria ser uma forma para desestimular as transgressões das normas legais e não a especularização dos castigos que eram impostos aos apenados. Neste sentido, a

reforma do sistema punitivo objetivava internalizar a crença de que o crime não compensava, tendo em vista que a aplicabilidade da pena seria mais expressiva do que os ganhos de qualquer delito ou atos punitivos.

Nessa perspectiva, a institucionalização da prisão como principal sanção do direito penal e não como medida preventiva provocou mudança radical no processo punitivo nas sociedades contemporâneas, visto que o estado de direito transformou o direito de punição, que na maioria dos casos liquidava o criminoso, numa instituição que ao mesmo tempo em que pratica a punição, também cuida. (ROCHA, 2006). Esta mudança na concepção de punição, impactou uma transformação em vários países que decidiram adotar, nas prisões, um modelo mais humanitário, como Espanha, Inglaterra, Irlanda dentre outros, que alteraram suas legislações e marcaram uma nova era à justiça penal.

Em relação ao Brasil, ao longo de quase quarenta anos, após o Código Penal de 1942, instituiu-se uma legislação voltada, exclusivamente, à questão penitenciária. Esta vitória ocorreu em 1984 com a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que tratou da Lei de Execução Penal (LEP), a qual buscou sedimentar o processo de humanização da pena no país. Esta lei é considerada, por estudiosos do direito penal brasileiro, a legislação precursora do reconhecimento legal da remição de pena no país.

Desde a aprovação da Constituição Federal brasileira no ano de 1988, o artigo 8º prevê a obrigatoriedade de o Estado para ofertar a educação, inclusive aos que não tiveram acesso à escolarização na idade prevista. A garantia deste direito educacional se amplia em seu parágrafo 1º, determinando que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo”. Isto significa a expansão das garantias legais no campo da educação, a qual é reforçada em seu parágrafo 2º estabelecendo que “o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”.

Dando continuidade ao movimento que se refere ao direito à educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, afirma, no artigo 37, o entendimento do acesso à educação como um direito garantido a todas as pessoas. Neste sentido, a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) assegura o direito à educação no sistema prisional.

Em se tratando do Distrito Federal, a primeira unidade prisional foi construída em 1967, situada na Velha Capital – Velhacap, próxima à região administrativa da Candangolândia e foi chamada de Núcleo de Custódia de Brasília. Depois de uma década, inaugurou-se o Centro de Internamento e Reeducação (CIR), localizado na Fazenda Papuda no ano de 1979. Este ano foi

marcado pela oferta à educação dentro do sistema prisional, com a participação a cargo de artistas, estudantes, educadores e pesquisadores voluntários. (GAUDAD, 2015, p. 37).

A oferta à educação nas prisões do Distrito Federal ampliou-se mediante um processo histórico em que outras unidades prisionais foram construídas: em 1981, o Núcleo de Custódia de Brasília – NBC, atual Centro de Detenção Provisória – CDP; em 1997, a Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF e o Centro de Progressão Penitenciária – CPP; em 2000, a Penitenciária do Distrito Federal I – PDF I e, em 2006, a Penitenciária do Distrito Federal II – PDF II. (GAUDAD, 2015, p. 38). E mais recentemente, conforme o Departamento Penitenciário (DEPEN), do Ministério da Justiça (MPDFT), a Penitenciária Federal de Brasília inaugurada em 2018 dentro do Complexo Penitenciário da Papuda.

É importante ressaltar que a construção de mais presídios no país não resolve o problema de hiperencarceramento adotado pela política brasileira como a principal arma de combate ao crime. Entretanto, identifica-se uma realidade cada vez mais cruel e desumana, o problema da superlotação, que fomenta uma selva de pedras nas prisões brasileiras, tendo em vista que a massa carcerária é formada, em grande maioria, por negros, pobres e com baixo grau de instrução. (BRASIL, 2015).

Ora, diante do contexto da superlotação, da ineficácia e/ou ausência de políticas públicas, a preocupação com a segurança institucional provocou a criação de medidas que reduzissem a tensão, bem como o favorecimento de maior controle nas prisões brasileiras. Neste sentido, Ribeiro (2017) entende que o livro se tornou um poderoso instrumento para entreter e acalmar o indivíduo. Portanto, com maior tempo na cela e as poucas horas do banho de sol, a prática de leitura é uma das poucas alternativas autorizadas. Por consequência, legitimou-se o projeto federal de remição de pena por leitura, podendo ser pensado enquanto política pública.

Sabe-se que a literatura pode formar o homem, assim como a vida o ensina na proporção que atua com toda sua essência, fica superficial querer seu funcionamento como os manuais de virtude e de boa conduta ou tratada ideologicamente como veículo da tríade – o Verdadeiro, o Bom, o Belo – definidos de acordo com interesses de grupos dominantes para reforçar sua concepção de vida. Do ponto de vista mais amplo, ela age com os impactos indiscriminados da própria vida e educa com ela, mostrando-nos altos e baixos, luzes e sombras que leva a um processo de formação e humanização. (CANDIDO, 1972, p. 803-809).

Neste viés humanizador, a literatura busca envolver as pessoas e confortá-las, permite abrir novas possibilidades para a compreensão de sua própria vida. Tem por objetivo a libertação de nossa carga humana, podendo trazer suavidade em relação à evasão, à exclusão e

pelas vivências do nosso imaginário. Os acessos aos textos, às narrativas, aos romances permitem a reflexão das fugas e lutas vividas e sentidas no cotidiano. Além disso, a literatura possibilita o reencontro, a renovação quando a história lida, ouvida ou assistida traduz relato de problemas e de fatos dolorosos. (BARBOSA, 2009), muitas vezes marcados pela exclusão familiar e social na trajetória de vida dos sujeitos encarcerados.

A literatura origina-se numa dupla falta: uma falta sentida no mundo, a qual se pretende ser suprida pela linguagem, ela mesma sentida, e segue para aquilo que falta em cada um de nós. Esta falta é vivenciada por todos, no mundo físico ao qual denominamos real. O mundo ao qual vivemos e tropeçamos diariamente, não é satisfatório. Nesse sentido, a literatura possibilita o encontro com o imaginário, funcionando como objeto de fuga ou de compensação, como um prêmio ou um prazer, exercida por todos os indivíduos, especialmente, quando alguns ousam externar sua imaginação, escrevendo sobre objetos que serão lidos e expostos à percepção de outras pessoas. (PERRONE-MOISÉS, 1990).

Mas, a literatura no cárcere serve para quê? A literatura deve ser entendida como oposição ou como forma de contestação à submissão sob as formas de poder, resultando num paradoxo inquietante, num espaço em que a liberdade não lhe é propícia, por isso a literatura tem o poder de privação das servidões e ao mesmo tempo, caracteriza-se como uma forma de resistência humana. (COMPAGNON, 2009). Nesta direção, é urgente ampliar o acesso ao direito à literatura, às leituras literárias e às práticas de textos nos intramuros dos presídios, por meio da execução das políticas públicas sociais e educacionais, visto que indica um caminho potencializador para ressocialização dos privados de liberdade.

A literatura, e sua relação com os direitos humanos, abrange dois pontos distintos. Primeiro, porque corresponde a uma necessidade universal, devendo satisfazer as condições humanas sob pena de mutilação à personalidade. Além disso, pode transformar sentimentos e percepções do homem em relação ao mundo, organiza-o e liberta do caos, portanto negar sua fruição é ato mutilador ao processo de humanidade. Segundo, é entendida como um poderoso instrumento consciente ao desmascaramento, porque enfatiza e torna em evidência situações de restrições aos direitos, ou a negação deles como: a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Nesse sentido, a luta pelos direitos humanos envolve um estado de coisas que todos possam ter acesso aos diversos espaços e níveis de cultura. (CANDIDO, 1988). Em se tratando dos presídios, o acesso ao livro, à literatura e à leitura é um instrumento de humanização e transformação do privado de liberdade.

Nesse sentido, pensar na importância do ato de ler como objeto de transformação do sujeito, Freire (1989) entende que a leitura de mundo precede a leitura da palavra; este movimento contínuo da leitura de mundo à palavra ao mundo traduz as experiências e vivências do sujeito nos processos de leitura, criando a possibilidade de “escrevê-lo” e “reescrevê-lo”, ou seja, de transformá-lo, por meio de uma prática consciente. Nas prisões, esta prática transformadora por meio da leitura possibilita ao privado de liberdade um caminho para ressignificar sua história e suas vivências, de forma crítica e emancipadora.

Em regra geral, o leitor no cárcere busca na literatura e na leitura compreender os sentidos e os significados que lhes permitam se entender melhor como sujeito, sobretudo refletir sobre suas percepções e suas reais vivências entre dois mundos: o mundo interno – intramuros dos presídios e o mundo externo – a sociedade, exclusão e marginalidade. Neste viés, o conhecimento da literatura não é apenas um fim em si mesmo, mas sim aponta caminhos para que possa conduzir e ressignificar a realização pessoal de cada indivíduo. (TODOROV, 2014).

Nessa perspectiva, a formação leitora está diretamente relacionada às vivências e à trajetória de vida do indivíduo, sendo a escola, em sua função social, promotora dos processos de leitura. Aliada ao fato de que a escola se tornou mais acessível a todas as classes populares, tem surgido um grande número de leitores em potencial. Este é o quadro ideal para a formação leitora de massa, observando fatores sociais que contribuem para surgimento de novos textos que partem da necessidade crítica e a emergência das vozes minoritárias como das mulheres, dos negros e das classes marginalizadas. (AGUIAR, 1996).

Quanto à prática de leitura e de escrita nas prisões, podem trazer resultados positivos, visto que implica o processo de não-dependência do ócio inútil produzido na cela. Tal prática, quando aplicada, representa um campo fértil para ações solidárias, em que o sujeito tem mais autonomia consciente e privacidade produtiva, num ambiente o qual se reforça as sensações de desconfianças dos gestores, de individualismo exagerado e, em especial, um clima de alta tensão. (TINOCO, 2015).

No campo das políticas sociais são as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, com finalidade de redistribuir benefícios sociais, com foco na diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, a educação é entendida como uma política pública de corte social e de responsabilidade do Estado. Parte-se do princípio de que as políticas sociais e a educação estão situadas no interior particular de Estado, como forma de interferências que visam manter as relações sociais de determinada formação social. (HOFLING, 2001, p. 31).

Quanto aos espaços das prisões, ainda há grandes impasses quanto à implementação e a execução das políticas públicas penais. Sendo assim, as políticas são formuladas e implementadas sobre o discurso ideológico sustentados pela tríade trabalho-profissionalização/educação/assistência como caminhos para a recuperação e a ressocialização dos sentenciados. Grandes são os obstáculos que levam ao confronto sistemático entre estruturas formais e informais, ligados ao complexo prisional. Estes estabelecimentos penais manifestam sua baixa capacidade de “reforma da clientela”, além de reconhecer que a realidade das prisões constitui agências que produzem a delinquência e o agravamento da reincidência criminal. (ADORNO, 1991).

Diante do contexto apresentado, a remição de pena por estudo, trabalho ou leitura nas prisões, além de uma política pública, deve ser entendida como princípio educativo. Ciavatta (2009) entende que a relação trabalho e educação caracteriza o caráter formativo como ação humanizadora, por meio das potencialidades do desenvolvimento humano. Este campo específico fundamenta-se na corrente teórica do materialismo histórico-dialético, em que se parte do princípio de que o trabalho é fio produtor dos meios de vida, tanto em relação aos aspectos culturais como os de conhecimento material ou simbólico e de forma sociável.

No Brasil e no Distrito Federal, ainda existe uma carência de avanços nos modelos de educação, que diz respeito ao desenvolvimento de uma metodologia pedagógica específica que fomente a implementação de políticas públicas educacionais no sistema prisional. Rêses e Pínel (2016) reiteram que a mesma sociedade exigente em penas cada vez mais severas, de cumprimento integral e em regime fechado, parece não se preocupar com a garantia dos direitos básicos ao indivíduo duplamente condenado: a sentença na prisão e a estigmatização social, após o seu estado de encarceramento.

Diante do contexto apresentado, a discussão que se faz até aqui é a necessidade de o Estado e de seus governantes compreenderem a importância da implementação e execução das políticas públicas de remição de pena nos intramuros dos presídios do país e do Distrito Federal, para que sejam efetivadas, seja por meio da leitura, do estudo ou do trabalho, como caminhos potencializadores do número da massa carcerária do país. Para além disso, parte-se da adoção de medidas e estratégias mais “humanizadoras” nas prisões, com foco na ressocialização e na reintegração útil do indivíduo, de forma mais produtiva, ao retorno social. (CASTRO; TINOCO, 2020).

Por fim, a partir da implementação do projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal, este estudo buscou investigar em que medida as práticas de leitura como política

pública de estímulo à leitura nas prisões pode influenciar na formação leitora do privado de liberdade como instrumento de ressocialização, distanciando-se das tendências criminais estereotipadas, mas não se esquecendo do seu estado e condição de encarceramento nos estabelecimentos penais do DF.

2.2 Políticas públicas de ressocialização, reinserção ou reintegração social: conceitos em disputa

“A prisão não rouba apenas sua liberdade, ela tenta privá-lo de sua identidade. Todos vestem o mesmo uniforme, comem a mesma comida, seguem o mesmo emprego do tempo”. (Nelson Mandela)

Nesta subseção, continuaremos o debate buscando o entendimento sobre a importância das políticas públicas que consiste num campo do conhecimento cujo objetivo é ação ou inação governamental. Nesse sentido, necessita de uma análise e avaliação a fim de verificar em momentos futuros a possibilidade de manutenção ou implementação de mudanças no curso das ações ou inações. Partindo desse viés, precisa-se de um olhar holístico sobre essa temática, considerando uma visão ampla e diferenciada em que se elege a importância do todo, não somente das partes, seja relativa a tão somente os interesses dos indivíduos, os interesses pessoais ou até mesmos as questões de cunho ideológico e/ou partidários. (SOUZA, 2006).

Vale ressaltar que a execução de uma política pública está fortemente ligada ao desenho adotado em cada país. Ressalta-se que os fatores institucionais impactam na ação do Estado, no sistema de governo, nas variáveis partidárias-eleitorais, nas características burocráticas, sobretudo no papel do judiciário nesse processo. (ABRUCIO; FRANZESE, 2007). Essas variáveis refletem os problemas do sistema carcerário no Brasil como superlotação, condições precárias de higiene e saúde, violência física e psicológica, processos de desumanização que reafirmam a reincidência criminal pós-cárcere.

Diante do contexto apresentado, insere a importância da política pública como objetivo central dar racionalidade quanto ao uso dos recursos escassos para que sejam cumpridas as atividades estatais em cada uma das partes que integram seu ciclo de vida, cabendo ao Estado a execução das políticas públicas de forma efetiva. Considera-se como parte do processo de racionalidade e de análise, definidas como os ciclos da política pública, compostos por seis processos: entrada do problema na agenda pública; estruturação do problema; conjunto de

soluções possíveis; análise dos pontos positivos e negativos; tomada de decisão, implementação e avaliação. (VASQUÉS; DLAPLACE, 2011).

Em se tratando do sistema prisional brasileiro reflete a escolha política pública em que o Estado tem adotado. Nessa direção, tem como objetivo de combater as desigualdades sociais e econômicas referente a uma parte específica da sua população, a massa carcerária. Ao mesmo tempo em que há investimentos massivos para o encarceramento daqueles que já sofrem com este processo, diminuem-se os investimentos em políticas sociais voltadas às áreas da educação e saúde que poderiam contribuir para o processo de ressocialização do apenado. (DUMONT, 2021).

Ainda o mesmo autor, reitera o conceito acerca da ressocialização, bem como outros ligados à reinserção ou à reintegração do apenado, conceitos comumente usados no cotidiano da prática jurídica, entretanto, não parecem ser suficientemente compreendidos pelos profissionais que atuam diretamente na execução da pena, como: os advogados, os promotores, os juízes, os profissionais que participam das políticas de ressocialização, os professores, os agentes penitenciários, os diretores dos presídios, como também, seus próprios beneficiários, os internos.

Considera-se que a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/84 tem como princípio básico promover a recuperação do privado de liberdade. Sendo assim, a forma de tratamento ao condenado deve possibilitar e desenvolver a capacidade de conviver em conformidade com a lei penal, buscando dentro do possível, o desenvolvimento do senso de responsabilidade individual e social do preso, como também, o respeito à família, às pessoas e à sociedade.

Nessa direção, Albergaria (1987) compreende que o processo de ressocialização consiste num direito fundamental do preso e está diretamente vinculado ao estado social de direito o qual possui o papel de assegurar a todos os indivíduos o bem-estar material, físico, econômico e social. Nessa perspectiva, Dotti (1991) afirma que a ressocialização é a modificação do comportamento do preso a fim de que seja mais harmônico e aceito nas vivências sociais, sobretudo não nocivo à sociedade.

Ampliando a discussão conceitual, Falconi (2002) diz que a ressocialização tem como meta a reinserção do privado de liberdade no meio social. Sendo assim, a reinserção social é entendida como um instituto de Direito em que se insere o espaço específico da Política Criminal (estado pós-cárcere) que visa a reintrodução do apenado no contexto social.

Sobre o olhar da ressocialização nas prisões, Cunha (2010) afirma que, atualmente, representa uma configuração de espaço onde o Estado consolida e legitima sua política pública

voltada ao controle e a repressão dos desviantes. Entretanto, para a sociedade, a ótica das prisões legitima espaços pedagógicos fundamentais de punição, de proteção da segurança do sujeito encarcerado e, sobretudo, de sobrevivência.

Nessa disputa conceitual, a reintegração social é entendida como um método em que cabe ao Estado a correção do seu próprio erro em não ter prestado as devidas assistências, a saber: a material, a saúde, a jurídica, a educacional, a social e a religiosa ao seu cidadão condenado. Nessa direção, a Lei de Execuções Penais deve garantir aos seus condenados meios eficazes que possibilitem a sua recuperação a fim de integrá-lo novamente ao meio social. Destaca-se que no campo teórico muito se discute sobre a ressocialização para fins de reinserção social do apenado, entretanto, na prática, percebemos um sistema penal precário, incapaz de ressocializar o privado de liberdade para devolvê-lo ao meio social. (CABRAL, 2021).

Para além de uma disputa conceitual, é válido ressaltar que essa discussão na prática das vivências carcerárias sobre a execução das políticas públicas que podem contribuir para o processo de ressocialização no sistema penitenciário não é nova. Por isso, devem ser fundamentadas em defesa dos direitos dos cidadãos com foco na dignidade da pessoa humana, inserindo-as em programas e projetos que possam garantir as assistências legitimadas na Lei de Execução Penal, podendo ser um melhor investimento tanto de controle como de participação, organização e fiscalização dos órgãos competentes. Senso assim, as políticas públicas voltadas para a ressocialização dos presos devem dar ênfase para diminuir ou minimizar os níveis de vulnerabilidade decorrentes do estado de aprisionamento. Nesta vertente, urge a necessidade de união entre as políticas sociais e as de segurança pública com objetivo de efetivar a ressocialização dos apenados. (BRASIL, 2008).

Diante do exposto, entende-se a importância da política pública como instrumento ressocializador nos ambientes prisionais. Observa-se a ausência e o descuido do Estado quanto à execução e implementação das políticas públicas educacionais e/ou sociais nos intramuros dos presídios brasileiros. Encarcerar, controlar e punir são práticas prisionais antigas, porém ainda existentes no cotidiano penitenciário que não contribuem para o processo de ressocialização do privado de liberdade. A tríade verbal (RE)SOCIALIZAR, (RE)INSERIR, RE(INTEGRAR) devem fomentar mais aplicabilidade das políticas públicas cabendo uma ação governamental com investimentos públicos para que o Estado amplie, nas prisões, o acesso ao estudo, à literatura, à leitura e ao trabalho, como elemento potencializador do desenvolvimento humano, independente do tempo de cumprimento de sentença ou estado de encarceramento do

indivíduo. É necessário promover ações e estratégias relativas à leitura, ao trabalho e ao estudo para que o reeducando possa se reconhecer em sua essência como sujeito ativo e produtivo e, sobretudo, (DES)estigmatizado ao retorno social.

2.3. Literatura como direitos humanos para as minorias

“A arte que liberta não pode vir da mão que escraviza”. (Manifesto da Antropofagia Periférica)

Para iniciarmos o diálogo é preciso entender a literatura como instrumento de afirmação e identidade nacional que diferentes grupos sociais buscam a apropriação de seus recursos, sendo a literatura brasileira um território contestado. Para além dos estilos ou escolhas repertoriais, a grande questão é a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, especificamente de se fazer visível dentro dele. Atualmente, mais autores e críticos se movimentam no cenário da literatura buscando espaço de poder e de fala com legitimidade em que novas vozes, “vozes não autorizadas”, pela abertura de novas abordagens e enquadramentos para se pensar na função da literatura. (DALCASTAGNÉ, 2012).

Essas vozes são encontradas nas margens do campo literário, cuja legitimidade para produzir literatura é colocada em questão, em muitos casos tensionados por sua presença em relação ao que é ou pode ser considerado literatura. Cabe-nos a reflexão sobre novos critérios da valorização, sobretudo entender suas origens, a que e a quem os servem. Neste viés, o significado do texto literário, bem como a crítica que fazemos, é estabelecido por um fluxo de tradições seguidas, quebradas ou reconquistadas, mas também a maneira de interpretar e falar permanecem em aberto. Restringir ou ignorar essa abertura é um reforço ao papel da literatura como mecanismo de distinção e hierarquização social, em que se deixa para trás suas potencialidades frente ao discurso desestabilizador e, principalmente, contraditório (idem).

Nesta perspectiva de análise, Calegari (2012) enfatiza que o conceito de literatura deve ser pensado numa perspectiva dialógica, seja a partir de um conjunto de obras literárias consideradas canônicas que são definidas pelo cânone ditando o que é ou não considerado literatura. Além disso, a produção minoritária permaneceu cada vez mais distante e excluída a um determinado cânone, visto que não é concebida como literatura, por sua vez não está inserida neste conceito. Nesse sentido, ao conceituar o termo literatura estão propondo modelos e definições fechadas aos aspectos sociais, culturais e históricos, e conseqüentemente, excludentes. Sendo assim, a importância da produção de alguns grupos minoritários abrange:

as mulheres, os negros, os presidiários, os LGBTQIA⁺ dentre outros. Esses grupos são marginalizados não apenas no campo social, mas também estão à margem do cânone literário, dado a partir de determinados grupos intelectuais considerados “elite”.

Em se tratando do fazer literário como algo reconhecível e pertencente para determinados grupos ou sujeitos representativos desses grupos, cabe-nos os seguintes questionamentos: Por que na diversidade de produções que constitui a escrita brasileira, torna-se difícil a legitimidade e o reconhecimento e até mesmo a exclusão de textos e de autores que querem afirmar suas relações de pertencimentos, identidades étnicas em seus processos de escrita? Sem a pretensão de restringir ou limitar essa temática, percebe-se a busca de um discurso literário que, ao construir suas personagens e histórias, faz diferentemente daquilo que é supostamente previsível na literatura canônica, veiculada pelas classes dominantes do poder político e econômico. (EVARISTO, 2009).

Em contrapartida, na literatura contemporânea, alguns escritores ousam e desafiam essa tradição, dando prioridades a elementos narrativos contraditórios e, por que não dizer, “alheios” à tradição patriarcal brasileira. Nesta direção, parte-se das percepções de um prisioneiro, de um pai desafiado pela situação de vida do filho, de uma mulher africana no século XIX, de um templo religioso em que aflora a homoafetividade e de um perseguido político que nos levam a pensar num país em perspectivas renovadoras, tratando-se de uma quebra paradigmática e histórica em que se faz presente a voz de sujeitos, tradicionalmente, invisíveis, ignorados ou silenciados. (GINZBURG, 2012).

Entender o direito à literatura como instrumento humanizador e como forma de resistência para as minorias envolve processos que permite ao homem a (re)pensar sobre sua própria essência como, também, a possibilidade de exercitar a reflexão, a aquisição do conhecimento, a boa disposição para com o próximo, o refinamento das emoções, a capacidade de compreender os problemas da vida, o senso da beleza, a percepção e complexidades do mundo, dos seres, de cultivar o humor. Enfim, a literatura desenvolve nas pessoas a quota da humanidade e ao mesmo tempo as torna mais compreensivas e abertas à percepção mais fina da natureza, da sociedade e mesmo de nossos semelhantes. (CANDIDO, 1989).

2.4. Letramento literário, recepção e ensino nas prisões do DF

“O papel da Educação é extrair o melhor dos estudantes e nutrir a força deles, promovendo assim o crescimento de cada um”.
(IKEDA, 2017)

O letramento literário é entendido como um repertório cultural constituído por uma variedade de textos e de atividades que possibilitam uma maneira muito singular – literária – em relação à construção de sentidos. Sendo assim, parte da concepção da apropriação da literatura como linguagem a qual possibilita uma experiência única quanto à interação verbal, ao reconhecimento de mundo e do outro, sendo responsável pelo corpo simbólico dos indivíduos e das comunidades que pertencem. Portanto, não se restringe ao contexto escolar, ainda que se reconheça os impactos da escola e da academia como instituição central mantenedora dos protocolos de leitura, mas sim, é responsável pelo desenvolvimento sistemático da competência literária. (COSSON, 2015).

Ampliando o conceito, compreende-se o letramento literário como construção literária de sentidos que se faz a partir de questionamentos ao texto: quem e quando diz, o que e como diz, para que e para quem se diz, respostas que somente podem ser obtidas quando se examinam as especificidades do texto, configurando-se em um contexto que se constrói a partir do diálogo com a obra e também com outros textos. Nesse sentido, tais processos mostram que o objetivo da leitura perpassa pelo desvendar das informações desse texto e pelas estratégias de leituras para que se chegue à formação do repertório do leitor. (SOUZA; COSSON, 2011).

Sendo assim, pensar no trabalho que envolve a leitura e o processo de escrita tem como finalidade formar leitores competentes e, por consequência, a formação de escritores, visto que a possibilidade de produzir textos eficazes origina-se da prática de leitura, do espaço de construção intertextual e das fontes de referências modalizadoras. Nessa direção, a leitura, por um lado, fornece a matéria-prima para o ato de escrever, por outro, contribui para a constituição de modelos “como escrever”. (BRASIL, 1998, p. 53).

A leitura promove um grande encontro do texto com o leitor. Iser [1976] defendeu fortemente que um mesmo texto pode trazer possibilidade de diversas leituras, contrastes, não havendo uma única interpretação a qual podemos chamar de “correta”, visto que o texto é por definição polissêmico e ambíguo, trazendo uma riqueza de numerosos “potenciais de significação” que não se esgotam pelo leitor, visto que se nutre de múltiplas e variadas

possibilidades de interpretações. Neste viés, a leitura é um processo alternado pela liberdade de criação e coerção. A liberdade existe porque o texto é aberto e inacabado, contendo brancos que suscitam o trabalho imaginário do leitor e sua cooperação ativa, sendo capaz de entender que os mesmos textos foram interpretados por grupos sociais distintos, em contextos culturais e épocas diferentes. (CHANTAL, 2010).

No que diz respeito à recepção do texto ao leitor, a análise da experiência do leitor ou da “sociedade de leitores”, em determinada época ou tempo histórico, faz-se necessário estabelecer um processo de comunicação entre o texto e o leitor, sobretudo compreender o efeito como o momento condicionado pelo texto e a recepção, ao destinatário-leitor, pode concretizar a relação de sentidos em duas vertentes:

o interno literário, implicado pela obra, e o mundivivencial (lebensweltlich), trazido pelo leitor de uma determinada sociedade, a fim de discernir como a expectativa e a experiência se encadeiam para se saber se nisso se produz um momento de nova significação (JAUSS, 1979, p. 50)

A leitura literária é um ato formativo e deve ser vista como expressão de valores culturais. Parte-se de uma ideia que parece óbvia na medida em que se compreende a necessidade de abordagem quanto aos aspectos sociais em sua expressão textual dentro do corpus literário que garante a relevância da arte como forma de discutir a visão de mundo e dos valores culturais transmitidos e materializados socialmente. (PEREIRA, 2017). Sobretudo, ressalta-se a necessidade de ampliar o acesso aos livros e a literatura, bem como compreender seu papel e seus significados, quando se trata do sujeito-leitor em estado de privação de liberdade. Nesse sentido, Zilberman (1999) entende que:

(...) a estética da recepção pode ser utilizada quando se precisa dar a conhecer a realidade cotidiana, o dia-a-dia, os hábitos e costumes dos indivíduos. Quando assim procede, abre mão da pose institucional que a universidade às vezes confere à pesquisa; mas não abdica da seriedade interrogativa, fazendo com que seus resultados ajudem a nos conhecer melhor enquanto leitores, artistas e consumidores. (ZILBERMAN, 1999, p. 16).

Para se conhecer a realidade cotidiana sobre a prática da leitura e da literatura no cárcere, insere o conceito de intertextualidade como uma prática do sistema e multiplicidade textual que possibilita a interação livro-leitor sobre algumas questões importantes, a saber: 1) De que forma são analisados os movimentos e operações em relação ao livro e à literatura?; 2) Quais são as diferentes possibilidades de etapas e análise da obra?; 3) Como a intertextualidade se manifesta no momento da leitura do texto, visto que “o texto faz ouvir

várias vozes sem que nenhum intertexto seja explicitamente localizável”? (SAMOYAULT, 2008).

Neste viés, Genette (2010) entende a intertextualidade como uma relação de co-presença entre dois ou vários textos, ou seja, a essencial presença efetiva de um texto em outro texto. Primeiro, é definida em sua forma mais explícita e mais literal como uma prática tradicional da citação que envolve aspas, com ou sem referências precisas. Segundo, traz-nos uma compreensão de uma forma menos explícita e também menos canônica em forma de plágio, como um empréstimo não declarado, mas ainda literal, trazendo em sua forma menos explícita e menos literal, a alusão. Nesse sentido, a intertextualidade pode ser compreendida como um enunciado cuja compreensão plena supõe a percepção de uma relação entre um texto e outro.

Ribeiro (2004) considera a leitura como um processo interacional, podendo, assim, dizer que ao instituí-lo como sujeito do discurso, o indivíduo se constitui ao mesmo tempo, como interlocutor, o OUTRO, e conseqüentemente, é constituído pelo próprio EU; identificando-se como interlocutores (eu-outro), encontra-se o processo de identificação com o texto. Sendo assim, quando se pensa em leitura como processo de interação, exige-se da escola o uso social da linguagem que neste caso de abordagem, trata-se de uma escola de natureza especial, chamada de escola prisional. Deve-se levar em consideração os elementos constitutivos da produção de sentidos: o texto e sua relação com os sujeitos interlocutores em estado de encarceramento, sobretudo, o contexto histórico e social, o explícito e o implícito no texto e o intertexto, a fim de que o custodiado possa ser estimulado a se manifestar de forma crítica, criativa e ao mesmo tempo que se sinta capaz de ler e de escrever.

A autora ainda reitera que é importante trabalhar a leitura e práticas da escrita na perspectiva do letramento, podendo ser entendido como um estado ou condição em um processo que se insere diversas práticas sociais da leitura e da escrita. Entende-se que letrar é o estado ou condição do sujeito que interage com diversos gêneros e tipos de leitura e de escrita, com diversas funções que a leitura e escrita podem desempenhar em nossas vidas quanto ao processo de aquisição do conhecimento, por meio da leitura e da escrita (RIBEIRO, 2017), as quais potencializam caminhos para a ressocialização do privado de liberdade, desde que implementadas e executadas nos presídios como políticas públicas.

Parte-se da premissa de que um indivíduo ao entrar em contato com os livros e a literatura possibilita um diálogo em relação a seus valores culturais e às vivências sociais, por meio da interação com a obra literária, a qual possibilita uma avaliação individual, visto que

ao apresentar um texto literário de forma organizada e metodologicamente estruturado a tendência do leitor é a interação positiva em relação à leitura realizada, sobretudo pensar nos impactos da literatura como agente transformador crítico-reflexivo. (PEREIRA, 2019).

Em relação ao ensino nas prisões, Candau (2013) aborda que uma das estratégias privilegiadas desenvolvidas nos processos educativos são as chamadas oficinas pedagógicas, constituídas como espaços de interlocuções e construção coletivas de saberes, de análise da realidade, de confrontação de experiências, de criação de vínculos sociais e afetivos e, sobretudo, do exercício concreto que se insere os Direitos Humanos. Nesse sentido, atividades desenvolvidas com estímulo à participação, à socialização das palavras, às vivências de situações concretas, por meio das discussões de textos, vídeos-debates e trabalhos que envolvem a cultura popular, são elementos que possibilitam a transformação das mentalidades, dos comportamentos, das dinâmicas organizacionais e sociais e das práticas cotidianas dos diversos atores individuais e coletivos.

A prática da leitura possibilita a emancipação do sujeito quando, a partir da leitura, do contato com os livros e a literatura, é capaz de se questionar sobre olhar e o agir, quando é capaz de compreender que as evidências são elementos estruturantes entre as relações do dizer, do ver, do fazer são pertencentes à estrutura da dominação e da sujeição, da exclusão que são vivenciadas pelos grupos minoritários. Neste contexto a palavra “emancipação” traz novos sentidos e significados: o embaralhamento das fronteiras entre os que agem e os que olham, bem como indivíduos pertencentes a um mesmo corpo coletivo (RANCIÈRE, 2012), capaz de emancipar-se por meio do acesso aos livros e da leitura e da literatura.

Por fim, o acesso ao livro e à literatura para os privados de liberdade representa um objeto de emancipação, de libertação e de possibilidade para a ressocialização do indivíduo, visto que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. (FREIRE, 1989). Nesse viés, a prática da leitura intramuros como papel ativo do ser humano, fundamentado na (re)construção de sua identidade e de sua realidade pode trazer outros significados em sua história de vida, desde que as políticas públicas de fomento à leitura e à formação de leitores no cárcere sejam garantidas, sobretudo executadas nos estabelecimentos penais do Distrito Federal.

3. Da concepção à implementação do projeto de remição de pena por leitura no DF

*"A literatura torna o mundo real, dando-lhe forma e permanência".
(Fernando Pessoa)*

Nessa subseção, apresentaremos o cerne da elaboração do projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal. Inicialmente, a Vara de Execuções Penais (VEP), publicou a portaria VEP nº 010, de 17 de novembro de 2016 que versa sobre *o atendimento prioritário aos custodiados não classificados para o trabalho, estudo ou qualificação profissional na modalidade presencial ou que não estivesse matriculado em cursos a distância*. Nesse sentido, atribuiu-se a competência da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF) em diálogos e parcerias com a Secretaria de Segurança Pública e Paz Social (SSP/DF) para a elaboração de uma política pública intersetorial, para construir e instituir o projeto de remição de pena por leitura no DF.

Os trabalhos avançaram em 2017 a partir da publicação de da Portaria Conjunta nº 1, de 19/04/2017, a qual a autora desse estudo participou da comissão intersetorial formada por representantes da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF), especificamente, na Diretoria da Educação de Jovens e Adultos (DIEJA), vinculada à Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), O Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01 de Brasília – unidade executora) e membros da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social (SSP/DF), por meio da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE).

O objetivo central do projeto de remição de pena por leitura no DF contemplou, prioritariamente, os privados de liberdade, que não participavam de nenhum processo de remição, seja por leitura, trabalho ou estudo. Além disso, o acesso ao livro e à literatura no cárcere visou a formação leitora voltada ao processo de ressocialização dos privados de liberdade que cumprem penas no sistema penitenciário do DF.

Em 2017, a massa carcerária no do DF abarcava cerca de 15.500 privados de liberdade, distribuídos nos seis estabelecimentos penais: Centro de Detenção Provisória (CDP), Centro de Internação e Reeducação (CIR), Penitenciárias do Distrito Federal I e II (PDFI e PDFII), Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), onde também funciona a Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) e o Centro de Progressão Penitenciária (CPP). Ressalta-se que a Penitenciária Federal do DF não participou à época, por que estava em processo de construção.

Outro desafio importante, foi definir a oferta de vagas mensais nos seis presídios de forma que possibilitasse acesso aos livros e à literatura a todas as unidades penitenciárias,

garantindo assim, a implementação e execução de uma política pública no DF, em ampla escala e de forma equânime. Nessa direção, a comissão intersetorial definiu a oferta de vagas mensais em até 10% da população carcerária em cada presídio do DF. Este percentual justificou-se por questões de custos financeiros para compra de livros literários, bem como de recursos humanos como coordenadores e professores avaliadores, vinculados à Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), durante o processo de elaboração do projeto de remição de pena por leitura no ano de 2017, bem como, sua implementação e execução nos estabelecimentos penais no ano seguinte.

3.1. Seleção das obras literárias do 1º ao 4º níveis de ensino

Em agosto de 2017, a Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB/SEEDF) instituiu equipes de trabalho para a seleção das obras literárias. Essa equipe de trabalho foi composta por professores-pesquisadores da Diretoria da Educação de Jovens e Adultos (DIEJA) e pelos professores de Língua Portuguesa vinculados ao CED 01 de Brasília.

Em 16 de agosto de 2017, a Juíza titular da Vara de Execuções Penais do DF homologou a lista de obras literárias para composição do acervo bibliográfico relativo ao projeto de remição de pena pela leitura, como também determinou a comunicação aos órgãos envolvidos, SESIPE e SEEDF, dando assim, início à implementação do projeto de remição de pena pela leitura nos estabelecimentos prisionais do DF

Nesse sentido, o rol das obras literárias selecionadas foi composto por doze títulos, observando-se cada nível de ensino e totalizando 1.531 livros. Algumas obras foram classificadas para dois níveis de forma concomitante, entretanto observou-se as escolarizações: 1º nível (alfabetizados e Ensino Fundamental I completo ou incompleto); 2º nível (Ensino Fundamental II completo ou incompleto); 3º nível (Ensino Médio completo ou incompleto); 4º Nível (Ensino Superior e pós-graduação completo ou incompleto). Na sequência, apresento a lista de livros selecionados e homologados pela Vara de Execuções Penais (VEP) destinados ao projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal.

3.1.1. Livros de literatura – 1º nível: ensino fundamental I

Quadro 1 – Livros de Literatura do 1º Nível

Nº	Título	Autor (a)	Síntese da obra
1	Aqui tem coisa	Patativa do Assaré	A obra <i>Aqui tem coisa</i> teve sua primeira edição em 1994, sendo o penúltimo título do poeta de Assaré. De modo forte, a forma por excelência da poesia popular nordestina, o repente, em poemas magistrais, como Encontro de Patativa do Assaré com a alma de Zé Limeira, o poeta do absurdo. Assaré aborda coisas simples, como gostava de dizer histórias e anedotas do sertão nordestino com personalidades ilustres como o Padre Cícero, bem como suas próprias experiências de homem matuto capaz de enxergar o mundo com lentes de uma simplicidade que nos traz de volta ao mundo que precisamos em que cada coisa possui seu lugar de descanso e celebração.
2	O homem que calculava	Malba Tahan	As experiências e vivências no mundo matemático do calculista persa Beremiz Samir – <i>O homem que calculava</i> – tornaram-se lendas na antiga Arábia, encantando reis, poetas, xeques e sábios. No livro, o autor Malba Tahan aborda as incríveis aventuras de um homem singular e suas soluções fantásticas para problemas aparentemente insolúveis.
3	De quanta terra precisa um homem?	Liev Tolstói	O autor Lev Tolstói traz o tema da ambição e do orgulho do homem. O personagem principal é Pahóm, um destemido camponês que, ao ouvir sua mulher conversando com a irmã sobre as vantagens e desvantagens de viver no campo e não na cidade, chegou à conclusão de que para viver bem tem de possuir terras. Assim, testa o próprio diabo ao dizer: "Tivéssemos o suficiente, nem mesmo o diabo eu temeria. Afinal, de quanta terra precisa um homem? Este autor foi um especialista em criar enredos sóbrios e cheios de observações do comportamento humano, tecendo esse conto de maneira incrível.
4	A história do amor de Fernando e Isaura	Ariano Suassuna	Trata-se de uma história de amor entre Fernando e Isaura, uma espécie de versão brasileira de Tristão e Isolda (história imortalizada pela obra de Joseph Bédier). Essa história do amor de Fernando e Isaura representa uma

			paixão proibida. Um amor tão verdadeiro e intenso que, impedido de ser vivenciado em toda a sua plenitude, encaminha-se para um trágico desfecho. Seu contexto é Alagoas, com grande parte das ações ocorrendo nas proximidades do mar.
5	O Menino do Dedo Verde	Maurice Druon	O personagem Tistu era um menino diferente de todos. Possuía uma vidinha inteiramente sua; o pequeno de olhos azuis e cabelos loiros deixava impressões digitais que suscitavam o reverdecimento e a alegria. As proezas de seu dedo verde eram originais e um segredo entre ele e o velho jardineiro, Bigode, para quem seu polegar era invisível e seu talento, oculto, um dom do céu. A obra <i>O menino do dedo verde</i> , de Maurice Druon, tornou-se um clássico da literatura para crianças e jovens em todo o mundo e permanece atual há mais de cinco décadas, sendo adotado em escolas do Ensino Fundamental todos os anos, abordando o tema ecologia.
6	O Santo e a Porca	Ariano Suassuna	Uma comédia em três atos, escrita em 1957, traz todas as características do Movimento Armorial, criado por Suassuna. Aborda literatura de cordel e a cultura popular do Nordeste narrando a história de Eurício Árabe, um velho avarento devoto de santo Antônio que esconde em sua casa uma porca cheia de dinheiro.
7	Ruth Rocha conta a Odisseia	Ruth Rocha	É uma Odisseia que retrata um dos principais épicos da Grécia Antiga, atribuído a Homero. A autora faz uma sequência de outra grande narrativa: a Ilíada, que retrata os últimos dias da Guerra de Troia. Na Odisseia, temos relatado o regresso do protagonista, um dos heróis desta guerra, chamado Ulisses. Neste volume, Ruth Rocha – respeitando o espírito da narrativa original – reconta um dos mais emocionantes clássicos da literatura Universal.
8	As Cores da Escravidão	Ieda de Oliveira	Na obra, o menino Tonho vive o sonho de uma vida melhor. Embalado pelas histórias da avó, convence seu amigo João a seguirem um gato (homem que recruta trabalhadores, servindo de intermediário entre o empregador e o peão) que apareceu na cidade. A realidade encontrada pelos dois meninos é dura e triste, viveram uma inocência roubada, sonhos frustrados, infância escravizada. Mas também, ainda há esperança, compaixão, amizade e amor.

9	As Horas Nuas	Lygia Fagundes Telles	Rosa Ambrósio é uma atriz de teatro decadente, passa em revista, entre generosas doses de uísque, os amores de sua vida. O primo Miguel, sua paixão adolescente, morreu de overdose por volta dos vinte anos. Gregório, seu marido, virou um homem taciturno depois que foi torturado pela ditadura militar. Diogo, seu amante e último companheiro, trocou-a por moças mais jovens. Alternando vozes e pontos de vista, passando do fluxo interno de consciência à narrativa em terceira pessoa, Lygia Fagundes Telles aborda temáticas sobre o movimento feminista, a cultura de massa, a aids e as drogas.
10	O Quinze	Rachel de Queiroz	A obra <i>O Quinze</i> foi o primeiro e mais popular romance de Rachel de Queiroz. Ao narrar as histórias de Conceição, Vicente e a saga do vaqueiro Chico Bento e sua família, a autora expõe, de maneira única e original, o drama causado pela história seca de 1915, que assolou o Nordeste brasileiro, sem perder de vista os dilemas humanos universais, um clássico da nossa literatura.
11	A Hora da Estrela	Clarice Lispector	A história de Macabéa é contada passo a passo pelo escritor Rodrigo S. M., alter-ego de Clarice Lispector, de um modo que busca permitir aos leitores acompanhar o seu processo de criação. O autor faz o relato da vida triste e sem perspectiva da alagoana Macabéa, pontuada com as informações do 'Você sabia?' da rádio Relógio, sinistro metrônomo a comandar o ritmo de seus últimos dias de vida. Para a cartomante Carlota, a quem Macabéa procura em busca de um sopro de esperança, esses dias derradeiros deveriam ser coroados com o casamento com um estrangeiro rico. Macabéa termina sob as rodas de um automóvel de luxo Mercedes-Benz.
12	Quarto de despejo de uma favelada	Carolina Maria de Jesus	Uma obra indispensável para qualquer pessoa que se interessa sobre a literatura de autoria feminina, visto que permite a compreensão da conjectura social brasileira na década 50 a 60, a estender ao longo das outras décadas pelas permanências sociais históricas em relação ao racismo.

Fonte: (Quadro construído pela autora/ julho 2022 – com adaptação do Projeto de Remição de Pena: Ler liberta: uma perspectiva de ressocialização nas prisões do DF/2017)

3.1.2. Livros de literatura – 2º nível: ensino fundamental II

Quadro 2 – Livros de Literatura do 2º Nível

Nº	Livro	Autor (a)	Síntese da Obra
1	O homem que calculava	Malba Tahan	As experiências e vivências no mundo matemático do calculista persa Beremiz Samir – <i>O homem que calculava</i> – tornaram-se lendas na antiga Arábia, encantando reis, poetas, xeques e sábios. No livro, o autor Malba Tahan aborda as incríveis aventuras de um homem singular e suas soluções fantásticas para problemas aparentemente insolúveis.
2	A história do amor de Fernando e Isaura.	Ariano Suassuna.	Trata-se de uma história de amor entre Fernando e Isaura, uma espécie de versão brasileira de Tristão e Isolda (história imortalizada pela obra de Joseph Bédier). Essa história do amor de Fernando e Isaura representa uma paixão proibida. Um amor tão verdadeiro e intenso que, impedido de ser vivenciado em toda a sua plenitude, encaminha-se para um trágico desfecho. Seu contexto é Alagoas, com grande parte das ações ocorrendo nas proximidades do mar.
3	Quarto de Despejo – Diário de Uma Favelada.	Carolina Maria de Jesus	Uma obra indispensável para qualquer pessoa que se interessa sobre a literatura de autoria feminina, visto que permite a compreensão da conjectura social brasileira na década 50 a 60, a estender ao longo das outras décadas pelas permanências sociais históricas em relação ao racismo.
4	As Cores da Escravidão	Ieda de Oliveira	Na obra, o menino Tonho vive o sonho de uma vida melhor. Embalado pelas histórias da avó, convence seu amigo João a seguirem um gato (homem que recruta trabalhadores, servindo de intermediário entre o empregado e o peão) que apareceu na cidade. A realidade encontrada pelos dois meninos é dura e triste, viveram uma inocência roubada, sonhos frustrados, infância escravizada. Mas também, ainda há esperança, compaixão, amizade e amor.
5	O Quinze	Rachel de Queiroz.	A obra <i>O Quinze</i> foi o primeiro e mais popular romance de Rachel de Queiroz. Ao narrar as histórias de Conceição, Vicente e a saga do vaqueiro Chico Bento e sua família,

			a autora expõe, de maneira única e original, o drama causado pela história seca de 1915, que assolou o Nordeste brasileiro, sem perder de vista os dilemas humanos universais, um clássico da nossa literatura.
6	As Horas Nuas	Lygia Fagundes Telles	Rosa Ambrósio é uma atriz de teatro decadente, passa em revista, entre generosas doses de uísque, os amores de sua vida. O primo Miguel, sua paixão adolescente, morreu de overdose por volta dos vinte anos. Gregório, seu marido, virou um homem taciturno depois que foi torturado pela ditadura militar. Diogo, seu amante e último companheiro, trocou-a por moças mais jovens. Alternando vozes e pontos de vista, passando do fluxo interno de consciência à narrativa em terceira pessoa, Lygia Fagundes Telles aborda temáticas sobre o movimento feminista, a cultura de massa, a aids e as drogas.
7	Capitães de Areia	Jorge Amado	A narrativa apresenta a história da vida urbana de meninos pobres e infratores que moram num trapiche abandonado no areal do cais de Salvador, vivendo à margem das convenções sociais. A obra vai revelando os personagens, cada um deles com suas carências e suas ambições – do líder Pedro Bala ao religioso Pirulito; do ressentido e cruel Sem-Pernas ao aprendiz de cafetão Gato; do sensato Professor ao rústico sertanejo Volta Seca.
8	O Compadre de Ogum	Jorge Amado	A história inicia com a prostituta Benedita que, depois de longo tempo de ausência, aparece com um bebê nos braços. Entretanto antes de desaparecer novamente, entrega-o ao negro Massu, alegando ser o pai da criança. Massu, que vive de fretes, precisa batizar o menino antes que complete um ano. Escolhida a igreja e a madrinha, resta o problema maior: eleger o padrinho da criança. Massu consulta os orixás, e o próprio Ogum decide ser o padrinho. A situação põe em polvorosa a comunidade boêmia de Salvador. Mães e filhas de santo, prostitutas, jogadores, todos se mobilizam para o grande acontecimento, visto que nem sempre os planos ocorriam da maneira planejada.

9	Cora Coragem Cora	Vicência Bretas Tahan	Trata-se de uma homenagem da autora Vivência Brêtas Tahan ao centenário de nascimento de sua mãe, poetisa, doceira, 'tecelã' – Cora Coralina – que utilizando a vida como matéria-prima teceu uma indumentária capaz de envolver todos aqueles que procuram sensibilidade, simplicidade e beleza. Cada uma de suas obras deixa no ar 'saudades' de Goiás, de tempos antigos, de uma mulher sonhadora. Além disso, a autora desenvolveu a biografia romanceada da grande poetisa – retrato carinhoso da mulher comum, ligada aos afazeres domésticos, aos filhos sabendo redimensionar tudo em poesia.
10	Felicidade Autêntica	Martin E. P. Seligman	Na obra, Martin E. P. Seligman, psicólogo conceituado, apresenta um dos mais notáveis e reveladores estudos científicos feitos até os dias atuais. Foi baseada na ideia revolucionária da Psicologia Positiva diante de uma narrativa simples e direta. Seligman aborda passo a passo suas descobertas sobre felicidade e longevidade e de que maneira podemos dar nossa parcela de contribuição para um mundo melhor e alcançar níveis sustentáveis de alegria, gratificação e significado autênticos em nossas vidas.
11	Não Verás País Nenhum	Ignácio de Loyola Brandão	A narrativa, construída em 1981, apresenta o Brasil em um futuro indeterminado dominado por um governo medíocre (chamado de Esquema). O caos se instalou e a Amazônia virou um deserto, as metrópoles sofrem com a falta de árvores e com o calor intenso; não há comida, água ou moradia para todos. As pessoas estão divididas em catarse e os mais pobres sobrevivem do lixo acumulado ao redor das cidades. Nesse país, as cidades estão superlotadas, há mãos nas calçadas indicando a direção que se deve caminhar (igual às mãos existentes nas ruas). Manifestações populares são reprimidas com violência, assim como muitas palavras e expressões são proibidas e condenadas a qualquer momento, pois um fiscal do governo pode estar ao seu lado. O povo segue numa vida de gado.
12	A Hora da Estrela	Clarice Lispector	A história de Macabéa é contada passo a passo pelo escritor Rodrigo S. M., alter-ego de Clarice

			<p>Lispector, de um modo que busca permitir aos leitores acompanhar o seu processo de criação. O autor faz o relato da vida triste e sem perspectiva da alagoana Macabéa, pontuada com as informações do "Você sabia?" da rádio Relógio, sinistro metrônomo a comandar o ritmo de seus últimos dias de vida. Para a cartomante Carlota, a quem Macabéa procura em busca de um sopro de esperança, esses dias derradeiros deveriam ser coroados com o casamento com um estrangeiro rico. Macabéa termina sob as rodas de um automóvel de luxo Mercedes-Benz.</p>
--	--	--	---

Fonte: (Quadro construído pela autora/ julho 2022 – com adaptação do Projeto de Remição de Pena: Ler liberta: uma perspectiva de ressocialização nas prisões do DF/2017)

3.1.3. Livros de literatura – 3º nível: ensino médio

Quadro 3 – Livros de Literatura do 3º Nível

Nº	Livro	Autor (a)	Síntese da Obra
1	Os Espiões	Luís Fernando Veríssimo	<p>Na obra, o autor constrói uma alegoria híbrida de mitologia, humor e mistério. Ainda se curando da ressaca do final de semana, na manhã de uma terça-feira, o funcionário de uma pequena editora recebe um envelope branco, endereçado com letras de mãos trêmulas. Dentro dele, as primeiras páginas de um livro de confissões escrito por uma certa Ariadne, que promete contar sua história com um amante secreto e depois se suicidar. Atormentado por sonhos românticos, esse boêmio, frustrado com seu casamento e infeliz no trabalho, decide tomar uma atitude – descobrir quem é Ariadne e, se possível, salvá-la da morte anunciada. Na mitologia grega, ela ajuda Teseu a sair do labirinto. No entanto, o autor cria uma Ariadne ao contrário, que vai enfeitando o protagonista e seus amigos de bar, os espiões dessa história.</p>
2	A Metamorfose	Franz Kafka	<p>Franz Kafka teve uma vida breve em função da tuberculose. Sua obra literária marcada por romances e contos que destacam o homem angustiado, obrigado a levar uma vida aprisionada; o homem desesperado em relação à própria existência. Esta atmosfera é representada em <i>A metamorfose</i> com um tom realista surpreendente. Publicado em 1915, este livro é o mais conhecido, estudado e citado do autor. A história é</p>

			protagonizada pelo jovem Gregor Samsa, o qual trabalha como caixeiro-viajante e sustenta as despesas da família. Gregor acorda certa manhã transformado em um monstruoso inseto. Sua principal preocupação é como lidar com seu novo corpo metamorfoseado. Depois, porém, precisará enfrentar a repulsa e o medo, representando o que há de mais trágico na condição humana.
3	Triste Fim de Policarpo Quaresma	Lima Barreto	Um dos maiores clássicos da literatura brasileira e um dos mais importantes títulos do pré-modernismo, publicado pela primeira vez em folhetins. Ao fazer um retrato da vida tragicômica do major Quaresma, um nacionalista fanático, ingênuo e idealista, Lima Barreto revela as estruturas sociais e políticas do Brasil da Primeira República, dando ênfase em fatos históricos do governo de Floriano Peixoto.
4	O Cavaleiro Preso na Armadura	Robert Fisher	A fábula para adultos e jovens que buscam a 'Trilha da Verdade'. Um conto cativante traz sabedoria de vida ao estilo de Fernão Capelo Gaivota e O pequeno príncipe. O cavaleiro protagonista desta fábula vive em busca do seu verdadeiro eu, mas não encontra as verdades que procura por estar sempre preso em sua armadura pronto para guerrear. A narrativa funciona como uma orientação para os que estão presos em suas armaduras, prontos para guerrear, e acabam por se distanciar dos amigos e da família. No livro, a sabedoria de vida é que norteia os ensinamentos.
5	Hamlet	William Shakespeare	No clássico livro <i>Hamlet</i> , a tragédia da dúvida, do desespero do solitário príncipe, da violência do mundo, é a peça teatral deste autor mais representada e estudada até hoje. Preso na solidão e dúvida, imbuído pelo desejo de vingança, o jovem Hamlet procura respostas, sondando a alma humana.
6	O Príncipe	Nicolau Maquiavel	Diante da atmosfera agitada da Renascença e dominado pela ideia da unidade italiana, Nicolau Maquiavel escreveu <i>O príncipe</i> . No livro, que está entre as mais lidas da nossa literatura desde o século XVI, o autor tenta definir o poder, as formas de governo, as virtudes do soberano e uma nova ética do fazer político. Refletindo as condições da época, o combate às tradições medievais e uma abordagem livre de fatos históricos, esta obra é parte preponderante no legado essencial que Maquiavel deixou para a ciência política.

7	O Cortiço	Aluísio Azevedo	Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso que a punha ofegante... a tremer toda, como se fosse afundando num prazer grosso que nem azeite... Depois, como se voltasse à vida, soltava um gemido prolongado, estalando os dedos no ar e vergando as pernas... sem nunca parar com os quadris, e... freneticamente, erguendo e abaixando os braços, que dobrava, ora um, ora outro, sobre a nuca, enquanto a carne lhe fervia toda, fibra por fibra, titilando.
8	Dom Casmurro (Livro de Bolso)	Machado de Assis	Os personagens principais Bentinho e Capitu são criados juntos e se apaixonam na adolescência. Entretanto, a mãe dele, por força de uma promessa, decide enviá-lo ao seminário para que se torne padre. Lá o garoto conhece Escobar, de quem fica amigo íntimo. Algum tempo depois, tanto um como outro deixam a vida eclesiástica e se casam. Escobar com Sancha e Bentinho com Capitu. Os dois casais vivem tranquilamente até a morte de Escobar, quando Bentinho começa a desconfiar da fidelidade de sua esposa e percebe a assombrosa semelhança do filho Ezequiel com o ex-companheiro de seminário.
9	A Revolução dos Bichos	George Orwell	Na obra a revolução dos bichos traz uma fábula sobre o poder que se propõe a narrar a insurreição dos animais de uma granja contra seus donos. Progressivamente, a revolução degenera numa tirania ainda mais opressiva que a dos humanos.
10	O Processo	Franz Kafka	O livro <i>O processo</i> apresenta uma narrativa ao leitor sobre o drama de Josef K., funcionário respeitado de um banco que, na manhã do seu trigésimo aniversário, é acusado e detido, apesar de não precisar ir para a prisão. Partindo desse momento ele passa a ser um suspeito aos olhos de todos e começam a tratá-lo com desconfiança – inclusive no banco, onde seu trabalho é posto à prova. K. inicia então uma peregrinação burocrática na tentativa de descobrir por que o acusam. Josef K se embrenha em salas de difícil acesso, cartórios, tribunais com longos corredores, mas sua busca é em vão, pois o tempo passa e K. entra em contato com pessoas -mais ou menos influentes – que nada podem fazer para ajudá-lo. Ainda assim, continua sua busca, sem nunca chegar a saber onde está o juiz que ele jamais vê, qual é o alto

			tribunal ao qual ele nunca é chamado e, principalmente, sob qual acusação é julgado.
11	Inteligência Emocional	Daniel Goleman	O autor Daniel Goleman busca nesta obra examinar questões consideradas polêmicas por meio de uma viagem pelos labirintos da mente humana. Com o intuito de mostrar que o controle das emoções é fator essencial para o desenvolvimento da inteligência do indivíduo, a obra cita exemplos de casos do cotidiano que procuram demonstrar a incapacidade das pessoas em lidar com as próprias emoções, tendo como consequência a destruição de vidas e o abalo de carreiras promissoras. O objetivo central é saber lidar diretamente sobre a inteligência emocional para que problemas assim sejam evitados.
12	Vidas Secas	Graciliano Ramos	Em <i>Vidas Secas</i> , o autor se mostra mais humano, sentimental e compreensivo, acompanhando o pobre vaqueiro Fabiano e sua família com simpatia e uma compaixão indisfarçáveis. Além de ser o mais humano e comovente dos livros de ficção de Graciliano Ramos, <i>Vida Secas</i> contém maior sentimento da terra nordestina, daquela parte que é áspera, dura e cruel, sem deixar de ser amada pelos que a ela estão ligados teluricamente. O que impulsiona os seres desta novela, o que lhes marca a fisionomia e os caracteres, é o fenômeno da seca. <i>Vida Secas</i> representa ainda uma evolução na obra de Graciliano Ramos quanto ao estilo e à qualidade estritamente literária.

Fonte: (Quadro construído pela autora/ julho 2022 – com adaptação do Projeto de Remição de Pena: Ler liberta: uma perspectiva de ressocialização nas prisões do DF/2017)

3.1.4. Livros de literatura – 4º nível: ensino superior

Quadro 4 – Livros de Literatura do 4º Nível

Nº	Livro	Autor (a)	Síntese da Obra
1	Dom Casmurro	Machado de Assis	Os personagens principais Bentinho e Capitu são criados juntos e se apaixonam na adolescência. Entretanto, a mãe dele, por força de uma promessa, decide enviá-lo ao seminário para que se torne padre. Lá o garoto conhece Escobar, de quem fica amigo íntimo. Algum tempo depois, tanto um como outro deixam a vida eclesiástica e se casam. Escobar com Sancha e Bentinho com Capitu. Os dois casais vivem tranquilamente até a morte de Escobar, quando Bentinho começa a desconfiar

			da fidelidade de sua esposa e percebe a assombrosa semelhança do filho Ezequiel com o ex-companheiro de seminário.
2	A Metamorfose	Franz Kafka	Franz Kafka teve uma vida breve em função da tuberculose. Sua obra literária marcada por romances e contos que destacam o homem angustiado, obrigado a levar uma vida aprisionada; o homem desesperado em relação à própria existência. Esta atmosfera é representada em <i>A metamorfose</i> com um tom realista surpreendente. Publicado em 1915, este livro é o mais conhecido, estudado e citado do autor. A história é protagonizada pelo jovem Gregor Samsa, o qual trabalha como caixeiro-viajante e sustenta as despesas da família. Gregor acorda certa manhã transformado em um monstruoso inseto. Sua principal preocupação é como lidar com seu novo corpo metamorfoseado. Depois, porém, precisará enfrentar a repulsa e o medo, representando o que há de mais trágico na condição humana.
3	Vidas Secas	Graciliano Ramos	Em <i>Vidas Secas</i> , o autor se mostra mais humano, sentimental e compreensivo, acompanhando o pobre vaqueiro Fabiano e sua família com simpatia e uma compaixão indisfarçáveis. Além de ser o mais humano e comovedor dos livros de ficção de Graciliano Ramos, <i>Vida Secas</i> contém maior sentimento da terra nordestina, daquela parte que é áspera, dura e cruel, sem deixar de ser amada pelos que a ela estão ligados teluricamente. O que impulsiona os seres desta novela, o que lhes marca a fisionomia e os caracteres, é o fenômeno da seca. <i>Vida Secas</i> representa ainda uma evolução na obra de Graciliano Ramos quanto ao estilo e à qualidade estritamente literária.
4	Hamlet	William Shakespeare	No clássico livro <i>Hamlet</i> , a tragédia da dúvida, do desespero do solitário príncipe, da violência do mundo, é a peça teatral deste autor mais representada e estudada até hoje. Preso na solidão e dúvida, imbuído pelo desejo de vingança, o jovem Hamlet procura respostas, sondando a alma humana.
5	O Príncipe	Nicolau Maquiavel	Diante da atmosfera agitada da Renascença e dominado pela ideia da unidade italiana, Nicolau Maquiavel escreveu <i>O príncipe</i> . No livro, que está entre as mais lidas da nossa literatura desde o século XVI, o autor tenta definir o poder, as formas de governo, as virtudes do soberano e uma nova ética

			do fazer político. Refletindo as condições da época, o combate às tradições medievais e uma abordagem livre de fatos históricos, esta obra é parte preponderante no legado essencial que Maquiavel deixou para a ciência política.
6	O Processo	Franz Kafka	O livro <i>O processo</i> apresenta uma narrativa ao leitor sobre o drama de Josef K., funcionário respeitado de um banco que, na manhã do seu trigésimo aniversário, é acusado e detido, apesar de não precisar ir para a prisão. Partindo desse momento ele passa a ser um suspeito aos olhos de todos e começam a tratá-lo com desconfiança – inclusive no banco, onde seu trabalho é posto à prova. K. inicia então uma peregrinação burocrática na tentativa de descobrir por que o acusam. Josef K se embrenha em salas de difícil acesso, cartórios, tribunais com longos corredores, mas sua busca é em vão, pois o tempo passa e K. entra em contato com pessoas -mais ou menos influentes – que nada podem fazer para ajudá-lo. Ainda assim, continua sua busca, sem nunca chegar a saber onde está o juiz que ele jamais vê, qual é o alto tribunal ao qual ele nunca é chamado e, principalmente, sob qual acusação é julgado.
7	Inteligência Emocional	Daniel Goleman	O autor Daniel Goleman busca nesta obra examinar questões consideradas polêmicas por meio de uma viagem pelos labirintos da mente humana. Com o intuito de mostrar que o controle das emoções é fator essencial para o desenvolvimento da inteligência do indivíduo, a obra cita exemplos de casos do cotidiano que procuram demonstrar a incapacidade das pessoas em lidar com as próprias emoções, tendo como consequência a destruição de vidas e o abalo de carreiras promissoras. O objetivo central é saber lidar diretamente sobre a inteligência emocional para que problemas assim sejam evitados.
8	A Caverna	José Saramago	Saramago recebeu o prêmio Nobel de Literatura. De volta à ficção com este livro que é uma versão moderna do mito da caverna de Platão. Lançado simultaneamente no Brasil e em Portugal, <i>A Caverna</i> apresenta de forma sutil a face cruel do mundo capitalista e tecnológico. Inspirado num dos mais conhecidos mitos platônicos, a obra apresenta a narrativa de gente simples – um oleiro, um guarda, duas mulheres e um cão muito humano. Juntos,

			encontram a lucidez em um mundo onde os prisioneiros da modernidade, iludidos, confundem as sombras com o real.
9	Crime e Castigo	Fiódor Dostoiévski	A obra é um daqueles romances universais, concebidos no decorrer do romântico século XIX. Abriu caminhos ao trágico realismo literário dos tempos modernos. Contando nele a soturna história de um assassino em busca de redenção e ressurreição espiritual, Dostoiévski chegou a explorar, como nenhum outro escritor de sua época, as mais diversas facetas da psicologia humana sujeita a abalos e distorções e, desse modo, criou uma obra de imenso valor artístico, merecidamente cultuada em todas as partes do mundo. O efeito que produz a leitura de <i>Crime e Castigo</i> aponta angústia, revolta e compaixão renovadas a cada página com um desenlace aliviador — poderia ser comparado à catarse dos monumentais dramas gregos.
10	Guerra e Paz	Tolstói	A obra apresenta o conflito armado entre as nações e o modo como isso afeta a vida de seus habitantes: esse é o tema, tristemente atual, de <i>Guerra e Paz</i> . Voltando ao ano de 1805, Napoleão planeja ampliar seus domínios e, com um exército composto de 675 mil homens de quase vinte nacionalidades diferentes, inicia sua marcha em direção à Rússia. Mas a guerra está apenas começando.
11	Madame Bovary	Gustave Flaubert	O romance <i>Madame Bovary</i> é a obra fundamental de Gustave Flaubert (1821-80). Trata-se de uma raridade, mesmo em um clássico, um exercício meticuloso de escrita que igualmente desafiava as estruturas literárias e as convenções sociais. Não à toa, a época de lançamento o impacto foi duplo: um sucesso de público e a reação feroz do governo francês, que levou o autor a julgamento sob a acusação de imoralidade. O autor criou um estilo novo e moderno, praticando uma escrita que, ao longo dos cinco anos que levou para terminar o livro, literalmente avançou palavra a palavra. Cada frase devia refletir o esforço em obtê-la, sendo reescrita e reescrita <i>ad infinitum</i> . Mestre do Realismo, o autor documenta a paisagem e o cotidiano da metade do século XIX, ironizando os romances sentimentais e folhetins, gêneros que considerava obsoletos. A narrativa faz um ataque à burguesia, desmoralizando-a com a descrição exuberante de sua

			banalidade. Em um tempo em que as mulheres eram submissas, Emma Bovary encontra nos tolos romances dos livros o antídoto para o tédio conjugal e inaugura uma galeria de famosas esposas adúlteras atormentadas na literatura.
12	Globalização – As Consequências Humanas	Zigmunt Bauman	Na obra, o sociólogo Bauman mostra nesta detalhada história da globalização as raízes e as consequências deste processo, tentando dispersar um pouco da névoa e da banalização que cercam o termo 'globalização', numa análise instigante. Além disso, convida os leitores a uma reflexão sobre os efeitos da globalização – premissa supostamente inquestionável a respeito do nosso modo de vida – na política, na economia, nas estruturas sociais e até em nossas percepções de tempo e espaço.

Fonte: (Quadro construído pela autora/ julho 2022 – com adaptação do Projeto de Remição de Pena: Ler liberta: uma perspectiva de ressocialização nas prisões do DF/2017)

Quanto à composição do acervo e quantitativo das obras literárias por níveis de ensino, observa-se uma limitação pela repetição de seis obras literárias para o atendimento dos 1º/2º níveis (Alfabetização, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II), a saber: (1) O homem que calculava – Malba Tahan; (2) A história de amor de Fernando e Isaura – Ariano Suassuna; (3) Quarto de Despejo – Carolina Maria de Jesus; (4) As cores da escravidão – Ieda Oliveira; (5) O Quinze – Rachel de Queiroz e, (6) As Horas Nuas – Lygia Fagundes Teles.

Como também, acontece essa mesma limitação com a repetição de acervo em sete obras literárias para o atendimento dos 3º/4º níveis (Ensino Médio e Educação Superior, Pós-Graduação), sendo: (1) Dom Casmurro – Machado de Assis; (2) A Metamorfose – Franz Kafka; (3) Vidas Secas – Graciliano Ramos; (4) Hamlet – William Shakespeare; (5) O Príncipe – Nicolau Maquiavel; (6) O Processo – Franz Kafka e, (7) Inteligência Emocional – Daniel Goleman.

Vale ressaltar, que a aquisição dessas obras literárias aconteceu no ano de 2018 para o atendimento das demandas iniciais de implementação e execução do projeto de remição de pena por leitura por parte da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), bem como a distribuição do acervo nas seis penitenciárias do DF. Nessa perspectiva, identificou-se que a limitação pela repetição do acervo literário nos níveis de ensino reduz e prejudica o tempo de participação do interno no projeto para fins de remição de pena por leitura, conforme descrito no projeto original elaborado e publicado pela SEEDF, cada custodiado pode solicitar

empréstimos de (1) uma obra por mês e até (12) doze por ano, podendo remir até 48 (quarenta e oito) dias da pena.

Nesse sentido, considerando a participação de um interno no 1º e 2º níveis durante um ano, somente participará do projeto de remição de pena por leitura por seis meses devido à limitação do acervo literário. Essa situação é mais agravante em relação à participação de um interno no 3º e 4º níveis, visto que o tempo de participação do interno no projeto de remição de pena por leitura é menor ainda, em apenas cinco meses. Neste viés, caso os internos não tenham progressão no nível de escolarização, possivelmente estarão excluídos da participação no projeto de remição de pena por leitura por falta de novos títulos literários.

Identificou-se também, um grande problema de gestão pública refletidos no descuido do Estado quanto à execução do projeto de leitura nas penitenciárias do DF, visto que nestes cinco anos de implementação e execução da política pública de fomento ao livro e à literatura no cárcere (2018 a 2022), o acervo literário mantém-se limitado e reduzido contendo apenas (34) em trinta e quatro títulos literários homologados pela Vara de Execuções Penais (VEP) para atendimento de uma população carcerária em cerca de dezessete mil privados de liberdade no DF, atualmente.

Nessa direção, a compreensão do ponto de vista político e governamental, sobre a análise e a execução das políticas públicas, sobretudo o papel do Estado, bem como sua relação com os interesses das classes sociais são fatores fundamentais para atender às necessidades socioeducacionais. Além disso, é necessário saber conduzir as políticas econômicas e sociais, objetivando identificar a atribuição de maiores investimentos em setores sociais ou prioridades de ordem econômica, atuando-se na formulação, regulação ou ampliação ou não dos direitos sociais. Como também, avaliar o caráter e as tendências da ação estatal e os reais interesses sobre o benefício de suas ações e decisões. (BOSCHETTI, 2009).

Pensar e executar as políticas públicas, bem como compreender os seus impactos na gestão da educação básica na rede pública de ensino, torna-se urgente a necessidade de se ampliar o debate sobre as políticas educacionais junto aos órgãos estaduais e municipais. Para além disso, faz-se indispensável a participação das organizações da sociedade civil, nas discussões e tomadas de decisões. Nesse sentido, muitos são os desafios dos gestores públicos para melhorar educação pública, principalmente, depois dos efeitos negativos produzidos pela pandemia. Nesse viés, cabe à gestão pública ter foco em: (1) assegurar e garantir o sucesso dos processos de ensino-aprendizagem, avaliados pela Prova Brasil e outras avaliações em ampla escala – resulte na melhoria dos índices do IDEB; (2) aumentar as matrículas na rede pública,

em especial para os estudantes que vivem em regiões vulnerabilidade social e econômica ou com restrição de liberdade; (3) ampliar a oferta da Educação Infantil nos estados e municípios; (4) aumentar a arrecadação recursos financeiros para a educação nos estados e municípios, por meio da implementação de projetos pedagógicos que garantam a efetivação das políticas públicas educacionais para as escolas públicas e nas prisões do DF. (CASTRO, 2021).

Diante do contexto apresentado, os recursos financeiros para o investimento na educação básica provêm do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Recentemente, publicou-se a nova Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revogando os dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Em relação à receita desses recursos públicos destinados à educação pública, foi publicada a Portaria Interministerial nº 2, de 29 de abril de 2022, a qual apresenta o valor anual estimado por aluno, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, como também, a estimativa da receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação –Valor Anual por Aluno (VAAF) para o ano de 2022.

Tabela 1 – Valor anual por aluno (VAAF)

Valor anual por aluno (VAAF) estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica (Art. 16, III, da Lei nº 14.113/2020) - R\$ 1,00

UF	ENSINO PÚBLICO																INSTITUIÇÕES CONVENIADAS								Estimativa de Receitas FUNDEB 2022 (Art. 16, I e II, da Lei nº 14.113/2020) R\$ mil							
	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO				AEE	EDUCAÇÃO		EJA		ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL	CRECHE INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA						CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS, DF E ENTIDADES	COMPENSAÇÃO DA UNIAO-VAAF	TOTAL DA RECEITA ESTIMADA	
	CRECHE INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	SER. INICIAIS URBANA	SER. INICIAIS RURAL	SER. FINAIS URBANA	SER. FINAIS RURAL	TEMPO INTEGRAL	URBANO	RURAL	TEMPO INTEGRAL	INT. ED. PROFISS. SOCIAL	AEE	ESPECIAL	INDIC./QUIL.	AVAL. PROCESSO	INT. ED. PROFISS. SOCIAL					ENSINO INF. SER. FINAIS RURAL	ENSINO M. RURAL	ENSINO M. INT. ED. PROFISS. SOCIAL	EDUC. INDIC./QUIL.	EJA - VAL. NO PROCESSO	EJA - INT. ED. PROFISS. M. MÉDIO				
AC	7.119,03	7.119,03	6.571,41	6.023,80	5.476,18	6.297,60	6.023,80	6.571,41	7.119,03	6.845,22	7.119,03	7.119,03	7.119,03	6.571,41	6.571,41	6.571,41	4.380,94	6.571,41	7.119,03	6.023,80	4.380,94	7.119,03	6.023,80	7.119,03	7.119,03	7.119,03	6.571,41	4.380,94	6.571,41	1.502.393,00	.	1.502.393,00
AL	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	3.160.786,00	784.430,20	3.945.216,20
AM	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	4.270.822,50	1.564.430,40	5.835.253,00
AP	8.391,36	8.391,36	7.745,87	7.100,38	6.454,90	7.231,3	7.100,38	7.745,87	8.391,36	8.068,62	8.391,36	8.391,36	8.391,36	7.745,87	7.745,87	7.745,87	5.163,92	7.745,87	8.391,36	7.100,38	5.163,92	8.391,36	7.100,38	8.391,36	8.391,36	8.391,36	7.745,87	5.163,92	7.745,87	1.366.781,80	.	1.366.781,80
BA	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	12.364.407,00	4.694.009,10	17.058.416,10
CE	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	7.158.384,40	3.064.801,40	10.223.185,80
DF	6.908,96	6.908,96	6.377,50	5.846,04	5.314,58	6.111,77	5.846,04	6.377,50	6.908,96	6.643,23	6.908,96	6.908,96	6.908,96	6.377,50	6.377,50	6.377,50	4.251,67	6.377,50	6.908,96	5.846,04	4.251,67	6.908,96	5.846,04	6.908,96	6.908,96	6.908,96	6.377,50	4.251,67	6.377,50	2.727.156,70	.	2.727.156,70
ES	6.852,18	6.852,18	6.325,09	5.798,00	5.270,91	6.061,55	5.798,00	6.325,09	6.852,18	6.588,64	6.852,18	6.852,18	6.852,18	6.325,09	6.325,09	6.325,09	4.216,73	6.325,09	6.852,18	5.798,00	4.216,73	6.852,18	5.798,00	6.852,18	6.852,18	6.852,18	6.325,09	4.216,73	6.325,09	4.527.630,50	.	4.527.630,50
GO	7.383,44	7.383,44	6.815,48	6.247,52	5.679,57	6.531,50	6.247,52	6.815,48	7.383,44	7.099,46	7.383,44	7.383,44	7.383,44	6.815,48	6.815,48	6.815,48	4.543,65	6.815,48	7.383,44	6.247,52	4.543,65	7.383,44	6.247,52	7.383,44	7.383,44	7.383,44	6.815,48	4.543,65	6.815,48	7.558.772,40	.	7.558.772,40
MA	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	5.436.295,10	4.296.784,60	9.733.079,70
MG	7.174,11	7.174,11	6.622,26	6.070,40	5.518,55	6.346,33	6.070,40	6.622,26	7.174,11	6.898,18	7.174,11	7.174,11	7.174,11	6.622,26	6.622,26	6.622,26	4.414,84	6.622,26	7.174,11	6.070,40	4.414,84	7.174,11	6.070,40	7.174,11	7.174,11	7.174,11	6.622,26	4.414,84	6.622,26	21.866.312,30	.	21.866.312,30
MS	7.867,42	7.867,42	7.262,23	6.657,05	6.051,86	6.959,64	6.657,05	7.262,23	7.867,42	7.564,83	7.867,42	7.867,42	7.867,42	7.262,23	7.262,23	7.262,23	4.841,49	7.262,23	7.867,42	6.657,05	4.841,49	7.867,42	6.657,05	7.867,42	7.867,42	7.867,42	7.262,23	4.841,49	7.262,23	3.951.924,60	.	3.951.924,60
MT	8.366,39	8.366,39	7.722,82	7.079,25	6.435,69	7.401,04	7.079,25	7.722,82	8.366,39	8.044,61	8.366,39	8.366,39	8.366,39	7.722,82	7.722,82	7.722,82	5.148,55	7.722,82	8.366,39	7.079,25	5.148,55	8.366,39	7.079,25	8.366,39	8.366,39	8.366,39	7.722,82	5.148,55	7.722,82	5.346.870,60	.	5.346.870,60
PA	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.703.784,10	4.657.553,20	11.361.337,30
PB	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	3.930.119,00	592.870,50	4.522.989,50
PE	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	8.185.181,30	898.676,00	9.083.857,30
PI	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	3.263.454,80	976.086,70	4.239.541,50
PR	7.091,82	7.091,82	6.546,30	6.000,77	5.455,25	6.273,53	6.000,77	6.546,30	7.091,82	6.819,06	7.091,82	7.091,82	7.091,82	6.546,30	6.546,30	6.546,30	4.364,20	6.546,30	7.091,82	6.000,77	4.364,20	7.091,82	6.000,77	7.091,82	7.091,82	7.091,82	6.546,30	4.364,20	6.546,30	12.539.628,60	.	12.539.628,60
RJ	6.755,40	6.755,40	6.235,75	5.716,10	5.196,46	5.975,93	5.716,10	6.235,75	6.755,40	6.495,57	6.755,40	6.755,40	6.755,40	6.235,75	6.235,75	6.235,75	4.157,17	6.235,75	6.755,40	5.716,10	4.157,17	6.755,40	5.716,10	6.755,40	6.755,40	6.755,40	6.235,75	4.157,17	6.235,75	14.246.412,40	.	14.246.412,40
RN	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.361,16	4.873,78	5.604,85	5.361,16	5.848,54	6.335,92	6.092,23	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	5.848,54	5.848,54	3.899,03	5.848,54	6.335,92	5.361,16	3.899,03	6.335,92	5.361,16	6.335,92	6.335,92	6.335,92	5.848,54	3.899,03	5.848,54	3.400.241,70	29.099,80	3.429.341,50
RO	7.795,21	7.795,21	7.195,58	6.595,95	5.996,32	6.895,76	6.595,95	7.195,58	7.795,21	7.495,40	7.795,21	7.795,21	7.795,21	7.195,58	7.195,58	7.195,58	4.797,05	7.195,58	7.795,21	6.595,95	4.797,05	7.795,21	6.595,95	7.795,21	7.795,21	7.795,21	7.195,58	4.797,05	7.195,58	2.374.329,30	.	2.374.329,30
RR	9.361,70	9.361,70	8.641,57	7.921,44	7.201,31	8.281,51	7.921,44	8.641,57	9.361,70	9.001,64	9.361,70	9.361,70	9.361,70	8.641,57	8.641,57	8.641,57	5.761,05	8.641,57	9.361,70	7.921,44	5.761,05	9.361,70	7.921,44	9.361,70	9.361,70	9.361,70	8.641,57	5.761,05	8.641,57	1.238.568,00	.	1.238.568,00
RS	9.012,73	9.012,73	8.319,44	7.626,16	6.932,87	7.972,80	7.626,16	8.319,44	9.012,73	8.666,09	9.012,73	9.012,73	9.012,73	8.319,44	8.319,44	8.319,44	5.546,30	8.319,44	9.012,73	7.626,16	5.546,30	9.012,73	7.626,16	9.012,73	9.012,73	9.012,73	8.319,44	5.546,30	8.319,44	14.120.691,00	.	14.120.691,00
SC	7.189,83	7.189,83	6.636,76	6.083,70	5.530,64	6.260,23	6.083,70	6.636,76	7.189,83	6.913,29	7.189,83	7.189,83	7.189,83	6.636,76	6.636,76	6.636,76	4.424,51	6.636,76	7.189,83	6.083,70	4.424,51	7.189,83	6.083,70	7.189,83	7.189,83	7.189,83	6.636,76	4.424,51	6.636,76	8.563.559,60	.	8.563.559,60
SE	6.887,56	6.887,56	6.357,74	5.827,93	5.298,12	6.092,84	5.827,93	6.357,74	6.887,56	6.622,85	6.887,56	6.887,56	6.887,56	6.357,74	6.357,74	6.357,74	4.238,50	6.357,74	6.887,56	5.827,93	4.238,50	6.887,56	5.827,93	6.887,56	6.887,56	6.887,56	6.357,74	4.238,50	6.357,74	2.511.441,20	.	2.511.441,20
SP	7.353,72	7.353,72	6.788,05	6.222,38	5.656,71	6.305,21	6.222,38	6.788,05	7.353,72	7.070,88	7.353,72	7.353,72	7.353,72	6.788,05	6.788,05	6.788,05	4.525,36	6.788,05	7.353,72	6.222,38	4.525,36	7.353,72	6.222,38	7.353,72	7.353,72	7.353,72	6.788,05	4.525,36	6.788,05	30.541.094,80	.	30.541.094,80
TO	8.127,13	8.127,13	7.501,96	6.876,80	6.251,64	7.189,38	6.876,80	7.501,96	8.127,13	7.814,54	8.127,13	8.127,13	8.127,13	7.501,96	7.501,96	7.501,96	5.001,31	7.501,96	8.127,13	6.876,80	5.001,31	8.127,13	6.876,80	8.127,13	8.127							

A tabela (Tabela 1) acima apresenta a estimativa de receita FUNDEB 2022, conforme o art. 16, incisos I e II da Lei nº 14.113/2020. Analisando os números, no Distrito Federal há uma receita para investimentos na educação pública com o valor de dois bilhões, setecentos e vinte sete milhões, cento e cinquenta e seis mil reais e setenta centavos (R\$ 2.727.156,70), com o objetivo de serem aplicados nas escolas públicas, visando a melhoria da qualidade educacional no DF. Sendo assim, o problema não é insuficiência de recursos públicos, mas sim, de uma gestão pública educacional menos política e mais técnica, que garanta eficácia na aplicação e distribuição do dinheiro público, visando à implementação das políticas públicas educacionais que garanta a qualidade da educação pública no DF em todos os espaços educacionais, em especial nas prisões do DF.

Nas prisões do DF, estima-se um mil e seiscentos (1.600) estudantes regularmente matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA); o valor anual por aluno (VAAF) pago é de quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos (R\$ 4.251,67). Entretanto, ao implementar a política pública, em cumprimento da meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) – EJA Integrada à Educação Profissional nas prisões (Cursos de Formação Inicial e continuada – FICs em 160h/a), aumentaria ainda mais receita do Estado quanto ao valor anual por aluno (VAAF) que passaria a ser pago a quantia de seis mil e novecentos e oito reais e noventa e seis centavos (R\$ 6.908,96). Sendo assim, construir um planejamento estratégico de gestão pública para melhor distribuição dos recursos do FUNDEB, com foco na melhoria da educação nas prisões do DF, corrigiria problemas sérios existentes, como: reformar as escolas prisionais, ampliação de salas-celas para aumentar a oferta matrículas na EJA, revitalização dos espaços das bibliotecas prisionais, aumentar o acervo literário para fins de remição de pena por leitura e/ou ao atendimento da formação leitura, aquisição de novos materiais didáticos pedagógicos e equipamento tecnológicos para fins educativos, investir na formação continuada para professores que atuam nas escolas prisionais do DF. Além disso, instituir um programa preventivo quanto à saúde mental de gestores escolares, professores e coordenadores. Nessa direção, atenderia assim, às reais necessidades da comunidade escolar prisional, potencializando um caminho possível para que de fato tenhamos uma educação pública eficaz, ressocializadora e transformadora nas prisões do DF.

3.2. Da metodologia aplicada ao projeto remição pela leitura

As obras literárias são disponibilizadas ao privado de liberdade inscrito de forma voluntária com (01) exemplar por mês, contemplando livros clássicos da literatura, livros de

produção científica ou livros de conteúdos filosóficos, dentre outros e de acordo o acervo disponível em cada unidade prisional.

O privado de liberdade participante do projeto de remição de pena por leitura terá (30) dias a contar da data do empréstimo, denominados ciclos de leitura e ao final desse prazo, acrescenta o prazo máximo de (15) dia para aplicação da prova presencial na modalidade textual resumo crítico, onde geralmente acontece no pátio da unidade prisional com a disponibilização e utilização de pranchetas e canetas aos privados de liberdades.

A Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) instituiu um comitê gestor vinculado à Diretoria da Educação de Jovens e Adultos (DIEJA) para realizar o monitoramento das ações do projeto de remição de pena por leitura no DF em âmbito central, bem como o acompanhamento da implementação e execução da política pública de formação leitora nos sete estabelecimentos penais.

O Centro Educacional 01 de Brasília, escola de natureza especial, vinculada à Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto (CRE/PP – SEEDF) é a unidade executora do projeto de remição de leitura no DF, abarcando os sete presídios com uma população carcerária de, aproximadamente, dezessete mil privados de liberdade. Para a organização do projeto de leitura nos presídios, bem como a distribuição de livros e a logística mensal de aplicação e correção das avaliações presenciais, a equipe é composta de seis (6) coordenadores locais que atuam diariamente nos presídios e dezoito (18) professores avaliadores os quais ficam lotados na referida sede administrativa e pedagógica, situada na 907 Sul – Brasília, DF.

Nessa direção, de acordo com o Relatório de Gestão 2018-2021 da Secretaria de Estado de Educação do DF, no que se refere ao projeto de remição de pena por leitura, intitulado “*Ler liberta: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal*”, entre os anos de 2018 a 2021 foram formados vinte e sete ciclos de leitura nos sete estabelecimentos penais do DF. Estes ciclos de leitura apontaram indicadores com os seguintes resultados: foram emprestadas 15.310 obras literárias para privados de liberdade, como também 9.569 avaliações foram aprovadas, de acordo com as demonstrações no quadro abaixo.

Quadro 5 – Total de textos aprovados para remição de 2018-2021

ANO	ATENDIMENTOS	TEXTOS APROVADOS PARA REMIÇÃO
2018	2.401	1.450
2019	6.023	4.915
2020	3.151	808
2021	3.735	2.396
TOTAL	15.310	9.569

Fonte SEEDF: Relatório de Gestão 2018-2021 (Tabela 40. Atendimentos Remição pela Leitura 2018-2021, p. 91).

O projeto de remição de pena por leitura foi construído para atender uma demanda de até 10% da população carcerária por estabelecimento penal no Distrito Federal. Vale ressaltar que desde o início de sua implementação ocorrida no segundo semestre de 2018, a cada ciclo de leitura realizados atende em média apenas 4% do total dos internos em relação à oferta do número de vagas mensais para participação no projeto de leitura em cada estabelecimento penal. (SEEDF, 2022).

Ainda de acordo com os dados do referido Relatório de Gestão 2018-2021 (SEEDF), foram realizados entre os anos de 2018 a 2021 vinte e sete ciclos de leitura, considerando os 4% percentuais atingidos quanto à oferta de vagas nos sete estabelecimentos penais, os percentuais atingidos em cada ano foram, respectivamente: em 2018 foram realizados quatro ciclos de leitura, ou seja, 16% dos internos atendidos; 2019 realizou-se onze ciclos de leitura, sendo assim, 44% dos internos atendidos. Em 2020, o início da pandemia causa impactos negativos, visto que foram realizados apenas três ciclos de leitura, então somente 12% dos internos atingidos. No ano de 2021, houve uma retomada das atividades de leitura nos presídios sendo realizados nove ciclos de leitura o que representa um percentual de 36% dos internos atingidos quanto à oferta de vagas.

Neste viés, os dados acima apresentam baixos resultados quanto à implementação de políticas públicas de fomento à leitura e à formação de leitores no cárcere. Além disso, mostra a necessidade de ampliação da oferta de vagas para a participação do interno no projeto de remição de pena por leitura, visto que grande parte da massa carcerária fica impossibilitada de participar do projeto de remição de pena por leitura por insuficiência da oferta de vagas e limitação do acervo literário. Vale ressaltar o papel e a função do Estado quanto à execução das políticas públicas educacionais e sociais a fim de promover e garantir a acessibilidade ao livro, à leitura, à literatura e à formação leitora no cárcere com ênfase na ressocialização do privado de liberdade para o retorno social produtivo.

3.3. Dos critérios de avaliação

Conforme o art. 11 da Portaria VEP010/2016, o reeducando terá o prazo de 30 dias para realizar a leitura de cada obra literária. Em seu parágrafo único, reitera que para fins de remição de pena pela leitura apenas as obras literárias constantes no rol a ser emitido e atualizado de forma periódica pelo CED 01 de Brasília e, após manifestação do Ministério Público e posteriormente, homologado por este juízo, o qual necessariamente, levará em consideração os

níveis de ensino (do 1º ao 4º níveis – Ensino Fundamental I ao Ensino Superior). Decorridos o prazo de quinze dias, a contar a data do empréstimo do livro, o Núcleo de Ensino (NUEN) de cada presídio agendará a data das provas presenciais em dias úteis, logo deverão ser aplicadas nos turnos matutino e vespertino, em salas especiais, bibliotecas ou pátios, a depender da forma de execução determinada pelo diretor de cada estabelecimento penal.

O Distrito Federal representa a única unidade da federação que optou pela modalidade textual resumo crítico no país, visto que os demais estados utilizam como instrumento de avaliação resenhas ou relatórios de leitura. Quanto aos aspectos estruturais e avaliativos, o resumo deve conter, no mínimo, dois parágrafos dissertativos-argumentativos, devendo ser redigidos em, no mínimo oito linhas e até o limite máximo de trinta linhas. Para fins de pontuação, o resumo crítico terá uma escala de 0 a 100 pontos, ficando aprovado para remição o privado de liberdade que atingir uma média igual ou superior a 60 pontos. (CASTRO; TINOCO, 2019).

A fim de estabelecer parâmetros quantitativos que variam de zero (0) a cem (100) pontos por competência e nível na avaliação da prova presencial, foi construída uma matriz de correção com base no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM-2015), utilizada como parâmetro de correção das provas dos estudantes da rede pública de ensino da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF). Nesse sentido, fica aprovado na avaliação para fins de remição de pena por leitura, o candidato/interno que obtiver nota igual ou superior a 60,0 pontos.

Atualmente, no Centro Educacional 01 de Brasília – unidade executora, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), constatou-se que os resultados das avaliações apresentam atrasos em relação aos ciclos de leitura, visto que há um número reduzido de professores-avaliadores (18) dezoito profissionais licenciados em Letras, para atender toda a demanda de correção de textos nos sete estabelecimentos penais do DF, fator que prejudica e atrasa o tempo de homologação e o resultado final em relação à análise dos órgãos judiciais competentes, quanto aos dias a serem remidos pelo interno participante do projeto de remição de pena por leitura. A exemplo disso, no mês de julho 2022, a autora realizou a pesquisa de campo na Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI). Em conversa, um policial penal do Núcleo de Ensino (NUEN) relatou um ponto dificultador na execução do projeto de remição de pena por leitura, sendo que os internos já estavam no 5º ciclo de leitura, entretanto, aguardavam os resultados das correções das avaliações em referência ao 2º ciclo de leitura para fins de encaminhamentos à homologação dos dias remidos nos órgãos competentes.

Tabela2 – Quadro de referência para correção do resumo crítico: a avaliação por competência e nível

Competência 20 pontos	Nível 0 0,0 pto	Nível 1 4,0 ptos	Nível 2 8,0 ptos	Nível 3 12,0 ptos	Nível 4 16,0 ptos	Nível 5 20,0 ptos
I – Norma culta	0	1	2	3	4	5
II – Coerência textual	0	1	2	3	4	5
III – Coesão textual	0	1	2	3	4	5
IV – Resumo	0	1	2	3	4	5
V – Construção da argumentação e posicionamento crítico	0	1	2	3	4	5
Pontuação	0	20	40	60	80	100

Fonte: (CASTRO; TINOCO, 2019, p. 43)

Outra questão importante, foi a preparação do candidato à remição de pena por leitura com foco no desenvolvimento dos processos de escrita na modalidade textual resumo crítico. Em 2017, durante a elaboração do projeto de remição de pena por leitura no DF, a autora deste estudo pontuou à comissão intersetorial, a partir de sua experiência como professora de Língua Portuguesa da Educação Básica e Educação Superior, a necessidade de realizar oficinas de leitura e escrita para modalidade textual resumo crítico, tendo em vista o baixo nível de escolaridade da população carcerária, bem como as reais dificuldades para leitura e escrita dos privados de liberdade.

Figura 1 – Material de Divulgação do Projeto Ler Liberta



(A) Manual do Candidato

(B) Folheto Explicativo

Fonte: Relatório de Gestão 2018-1021/SEEDF.

Ficou determinado pela comissão intersetorial, publicada pela Portaria Conjunta nº 01, de 19 de abril de 2017 que a execução das oficinas de produção de texto caberia à análise de cada estabelecimento penal, considerando as condições de escolta e garantia de segurança aos professores e aos privados de liberdade, bem como a disponibilidade da infraestrutura e espaços físicos adequados como salas ou auditórios para cumprir essa finalidade. Sendo assim, no segundo semestre do ano de 2017, os professores que atuavam como coordenadores centrais na Diretoria da Educação de Jovens e Adultos (DIEJA/SEEDF) e os professores de Língua Portuguesa lotados no Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01/SEEDF) produziram um manual do candidato à remição de pena por leitura que é entregue ao privado de liberdade no ato da inscrição para que possa orientar e nortear os processos de leitura e escrita para realização da avaliação presencial na modalidade textual resumo crítico.

Com o objetivo de potencializar a formação de leitores no cárcere, o comitê gestor da Secretaria de Estado de Educação propôs aos chefes dos Núcleos de Ensino (NUENs) dos sete estabelecimentos penais do DF, a realização de oficinas pedagógicas de leitura e escrita, de forma experimental, desenvolvidas pelos professores-coordenadores, vinculados à SEEDF e responsáveis pelo projeto de remição de pena por leitura em cada presídio. Sendo assim, no ano

de 2018 foram realizadas somente três oficinas de leitura e escrita para a elaboração do resumo crítico nos seis presídios do DF durante a fase de implementação do projeto, a saber: na Penitenciária do Distrito Federal II (PDF II), no Centro de Internamento e Reeducação (CIR) e no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) o qual faz parte do sistema semiaberto em que os procedimentos de segurança são diferentes dos outros estabelecimentos penais que funcionam em regime fechado. Nesta direção, houve a possibilidade do acesso dos internos à biblioteca, onde foram desenvolvidas atividades pedagógicas tais como: escrita e reescrita textual, rodas de leitura, exibição de vídeos, debates dentre outras. Esta ação pedagógica teve como desdobramento o (CPP) como o estabelecimento penal que mais contribuiu positivamente nos resultados das avaliações dos internos (SEEDF – relatório de gestão 2018-2021).

3.4. Do processo de homologação para remir a pena pela leitura

Para fins de remição de pena por leitura, o limite de obras para cada privado de liberdade é de doze (12) livros de literatura anuais, por consequência o privado de liberdade pode remir até quarenta e oito (48) dias da pena em cada ano, desde que o candidato consiga a aprovação na prova presencial. Neste sentido, após a divulgação dos resultados das avaliações pelo CED 01 de Brasília em até trinta dias decorridos da aplicação das provas presenciais nos estabelecimentos penais, ocorre o lançamento no Sistema Integrado de Administração Penitenciária (SIAPEN), como também é emitida a certidão contendo os dias a serem remidos.

Conforme o art. 13º da Portaria VEP 010/2016, estabelece que:

A certidão relativa ao período estudado, independentemente da modalidade, obrigatoriamente deverá conter: I – O nome completo, a filiação e o grau de escolaridade do sentenciado; II – O período no qual as atividades educacionais foram realizadas; III – A quantidade de dias a serem remidos, devendo ser observada a proporção de 01 (um) dia para cada 12 (doze) horas estudadas, as quais deverão ser divididas em, no mínimo, 03 (três) dias, nos termos do art. 126, §1º, I, da LEP e compatíveis com eventual horário de trabalho concomitante; IV – No caso de remição pela leitura, deverá ser observada a proporção de 4 (quatro) dias remidos para cada obra literária lida e avaliada, no prazo de 30 (trinta) dias. V – O nome da Instituição de Ensino responsável pelo curso ou módulo ministrado; VI – O nome do curso ou módulo finalizado pelo reeducando; VII – A modalidade por meio da qual o reeducando realizou o curso, devendo ser indicado se as atividades foram presenciais, à distância, ou do projeto remição pela leitura e, no caso desta, o título da obra lida com informações sobre o autor, ilustrador, editora e quantidade de páginas.

Em continuidade ao processo de homologação para redução da pena por leitura, será encaminhado o mapa de avaliação individual à Gerência de Análise Jurídica que fará o lançamento no SIAPEN da menção alcançada pelo privado de liberdade, sendo produzida uma

ficha de menção que deverá ser arquivada no prontuário de execução penal do privado de liberdade no Núcleo de Arquivo (NUARQ). Na sequência, a Gerência de Administração Penitenciária (GEAP) emitirá o relatório de remição de pena pela leitura para análise e apreciação da Vara de Execuções Penais (VEP), a qual, depois de ouvir o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), decidirá pela homologação dos dias a serem remidos, conforme os termos da Portaria VEP N°010/2016.

4. Procedimentos metodológicos

Este capítulo tem por objeto apresentar o percurso metodológico que a pesquisadora utilizou durante o desenvolvimento dessa pesquisa quanto à contextualização sobre o projeto de remição de pena por leitura no DF, aos lócus e aos sujeitos participantes desse estudo, bem como à metodologia utilizada.

4.1 Contextualização da pesquisa

Em sua fase de elaboração no ano de 2017, o projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal abarcou uma população carcerária de quinze mil e quinhentos custodiados em cumprimento de pena nos seis estabelecimentos penais do DF. Nesta perspectiva, deverá atender, prioritariamente, os custodiados não classificados para trabalho, estudo ou qualificação profissional na modalidade presencial, ou ainda que não estejam matriculados em cursos a distância, conforme Portaria VEP nº 010, de 17 de novembro de 2016.

As vagas ofertadas no projeto de remição de pena por leitura contemplam todo o complexo penitenciário e deverão ser distribuídas em blocos e alas. Devendo ser destinadas, em cada presídio, a oferta de **até** 10% das vagas, mensalmente, para atender à população recolhida nos estabelecimentos penais, conforme a relação entre população carcerária e o quantitativo de vagas iniciais às quais foram delineadas no projeto de remição por leitura no DF (quadro 1).

Tabela 3 – Relação entre população carcerária e quantitativo inicial de vagas no projeto

População Carcerária	Estabelecimento penal	Oferta de Vagas/Mensal (10%)
1.315 custodiados	CPP	131 vagas
776 custodiados	PFDF	77 vagas
3.786 custodiados	PDF I	378 vagas
3.660 custodiados	PDF II	366 vagas
2.230 custodiados	CIR	223 vagas
3.565 custodiados	CDP	356 vagas
Total: 15.332 custodiados	06 unidades	1.531 vagas

Fonte: Dados cedidos pela SESIPE à SEEDF (de acordo com a resenha diária de 08/06/2017).

O objetivo central do projeto de remição de pena por leitura centra-se na formação leitora voltada para o processo de ressocialização dos custodiados que estão recolhidos no sistema penitenciário. O direito à remição de pena por leitura atenderá ao custodiado que, prioritariamente, não participa de nenhum processo de remição, seja por estudo ou trabalho.

Sendo assim, para o atendimento desta demanda, os livros foram selecionados com base no número de custodiados que representam até 10% (dez por cento) da população carcerária em cada estabelecimento penal. Deste modo, o rol das obras, inicialmente, foi composto de doze títulos para cada um dos níveis de escolarização e totalizam 1.531 livros, quais sejam: 1º nível (alfabetizados e Ensino Fundamental I completo e incompleto); 2º nível (Ensino Fundamental II completo e incompleto); 3º nível (Ensino Médio completo ou incompleto); e, 4º nível (Ensino Superior completo ou incompleto e Pós-Graduado).

Tabela 4 – 10% da população carcerária/escolaridade/UP

10% DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA/ESCOLARIDADE/UP							
UNIDADE PRISIONAL (UP)							
ESCOLARIDADE	CPP	PFDF	PDF I	PDF II	CIR	CDP	TOTAL
NÃO ALFAB.	3	2	8	7	4	7	31
1º Nível	77	45	223	216	132	210	903
2º Nível	13	8	38	37	22	36	153
3º Nível	34	20	98	95	58	93	398
4º Nível	4	2	11	11	7	11	46
TOTAL	131	77	378	366	223	356	1531

Fonte: Dados cedidos pela SESIPE DF (de acordo com a resenha diária de 08/06/2017).

Tabela 5 – Quantidade de exemplares por título/UP

QUANTIDADE DE EXEMPLARES POR TÍTULO								
UNIDADE PRISIONAL (UP)								TOTAL LIVROS
ESCOLARIDADE	CPP	PFDF	PDF I	PDF II	CIR	CDP	TOTAL	
NÃO ALFAB.	0	0	0	0	0	0	0	0
1º Nível	7	4	19	18	11	18	76	910
2º Nível	1	1	3	3	2	3	13	153
3º Nível	3	2	8	8	5	8	33	398
4º Nível	1	1	1	1	1	1	6	70
TOTAL DE LIVROS								1531

Fonte: Dados cedidos pela SESIPE DF (de acordo com a resenha diária de 08/06/2017).

4.2 Lócus e os sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada em três estabelecimentos penais do Distrito Federal, sendo: Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI) e Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII). Estes três estabelecimentos penais foram

selecionados por apresentar características que pudessem favorecer a elaboração da resposta à questão central deste estudo: como as práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões pode influenciar na formação leitora do privado de liberdade e em sua rotina em estado de encarceramento? Observando as especificidades quanto ao gênero (feminino, masculino e outros) dos sujeitos privados de liberdade e quanto número de maior população carcerária no DF, sendo que a PFDF possui 711 sentenciadas; a PDF I o total é de 3.398 sentenciados e a PDF II com 3.260 sentenciados, excluindo-se os presos que estão sob custódia das Polícias Judiciárias, Batalhões de Polícias e Bombeiros Militares, conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. (SISDEPEN/2021).

Foi neste contexto que se delimitou os sujeitos da pesquisa a doze privados de liberdade em cumprimento de pena nos três presídios do DF, que prioritariamente, não foram classificados para o trabalho, estudo ou qualificação profissional na modalidade presencial, ou ainda que não estejam matriculados em cursos a distância. Neste sentido, foram selecionados os privados de liberdade que comprovassem de forma documental o grau de escolaridade e sua participação no projeto de remição de pena pela leitura em um dos quatro níveis de escolarização, já mencionados.

4.3 Percorso metodológico

Em relação ao percurso metodológico, este estudo fundamentou nas ideias de Godoy (1995) que entende o processo de investigação científica como um ato social que leva à construção do conhecimento. Nesta perspectiva, foi realizada a pesquisa de campo, visto que é muito utilizada entre antropólogos e sociólogos por estabelecer conexões com o ambiente natural dos sujeitos. Há pesquisadores que fazem a opção por este tipo de pesquisa por estabelecer contato direto com os sujeitos e com as possibilidades de observar, entrevistar, fazer registros de notas que posteriormente favorecem as análises dos dados, como também, foram utilizadas as respostas dos internos no questionário aplicado para análise de dados quanto ao objeto de estudo Remição de Pena pela leitura no Distrito Federal.

Para fins deste estudo, a pesquisadora entendeu que a pesquisa de campo possibilitou maior abrangência, numa perspectiva de abordagem empírica por meio de análise de comportamento, acesso aos documentos oficiais e possíveis fotos coletadas ou que serão tiradas pela pesquisadora. Nesta direção, Bourdieu (2000) aborda que a pesquisa em campo possibilita

ao pesquisador a compreensão de que ele não está sozinho ou isolado de um conjunto de relações que o direciona para pensar no mundo social de forma real.

Foram utilizados métodos mistos (qualitativos e quantitativos) por procurar responder questões específicas em relação ao objeto de estudo, com finalidade de melhor entendimento e explicação dos fenômenos pesquisados, tanto de abordagem qualitativa quanto quantitativa. Nesta vertente, buscou-se as respostas quanto ao objeto de estudo e investigação, entre os anos de 2018 a 2022 sobre a implementação e execução do projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal nos três estabelecimentos penais PDFI, PDFII e PDFDF.

Creswell (2010) apresenta a definição da pesquisa de métodos mistos.

A pesquisa de métodos mistos é uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo. (CRESWELL, 2010, p. 27).

Em relação aos objetivos da pesquisa de caráter exploratório, segundo Gil (2011), a pesquisa exploratória esclarece, modifica conceitos e ideias, com a finalidade de formular problemas mais precisos ou trabalhar com hipóteses pesquisadas para estudos futuros. Neste sentido, foi realizado um levantamento bibliográfico e uma revisão de literatura sobre a remição de pena por leitura no Brasil, selecionadas pelas palavras-chave “*remição de pena por leitura no Brasil*”, em programas de Pós-Graduação nas universidades brasileiras. Para o levantamento bibliográfico, utilizou-se a base de dados no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Biblioteca Virtual da UnB. Entre os anos 2014 a 2022 foram selecionados para leitura dez dissertações de mestrado e duas teses de doutorado, perfazendo um total de doze trabalhos científicos publicados no Brasil.

Além disso, realizou-se uma pesquisa documental quanto às leis, decretos, portarias e relatórios oficiais da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF) que versam sobre o objeto de estudo e possibilitando assim, a fundamentação do objeto em bases legais e oficiais. Nesse sentido, a pesquisa documental caracteriza-se na exploração de fontes documentais que ainda não receberam tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornais, cartas, contratos dentre outros. E outros documentos que de alguma maneira já foram analisados como relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2011).

Partindo do delineamento do problema de pesquisa: em que medida as práticas de leitura, como política pública de estímulo à leitura nas prisões, podem influenciar na formação

leitora do privado de liberdade como processo de ressocialização? Além disso, questões secundárias também foram levantadas: 1) Qual o perfil e a formação acadêmica dos candidatos à remição de pena por leitura?; 2) Como o projeto de remição de pena pela leitura será desenvolvido e quais serão as estratégias de mediação e execução envolvidas no processo de implementação desta política pública?; 3) Como acontece a prática de leitura sobre a vida deste privado de liberdade, observando sua rotina carcerária e os processos de ressocialização do apenado?; e, 4) Em que medida as práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões pode influenciar na formação leitora do privado de liberdade como instrumento de ressocialização?

Para responder às questões propostas anteriormente, foi elaborado um questionário composto de oito questões, sendo sete questões fechadas e uma questão aberta, como instrumento de pesquisa para coleta de dados. Durante o mês de julho/2022, foram aplicados o questionário de forma presencial aos doze custodiados que participam do projeto de remição de pena por leitura, com base em seus níveis de escolaridade, a saber: nível I (Alfabetização ou Ensino Fundamental I completo ou incompleto), nível II (Ensino Fundamental II completo ou Incompleto), Nível III (Ensino Médio completo ou incompleto), Nível IV (Educação Superior ou Pós-graduação completo ou incompleto).

Parte-se do princípio de que o questionário é um instrumento construído por uma série de questão relativas acerca de um tema e que deverão ser respondidos pelos sujeitos participantes da pesquisa, também chamado de respondentes, a fim de que possam responder as questões e entregá-lo preenchido ao pesquisador principal, que serão transformados em dados estatísticos. (VIEIRA, 2009). As respostas das dos sujeitos participantes no questionário aplicado subsidiaram a análise de dados, bem como os resultados encontrados para responder à problematização desse estudo: *Como as práticas de leitura nas prisões como política pública de estímulo à leitura podem influenciar na ressocialização do privado de liberdade?*

Como estratégia para a análise e a interpretação dos dados coletados, foi utilizado o método de análise de conteúdo que proporcionará uma análise mais precisa sobre as informações coletadas, baseando-se nas inferências extraídas do conteúdo das respostas dos custodiados participantes do projeto de remição de pena por leitura, a partir da aplicação do instrumento para coleta de dados utilizado neste estudo.

Bardin (2011) apresenta o conceito sobre análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às

condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48)

Para fins da realização desse estudo, foi elaborado um planejamento, contendo o cronograma das atividades desenvolvidas na pesquisa, durante o período de 2019 a 2022, durante o curso de doutoramento. Esta pesquisa foi realizada em cinco etapas: 1ª etapa) apresentação do pesquisador e solicitação de informações aos órgãos competentes para solicitação de informações e relatórios sobre a implementação do projeto de remição de pena por leitura no DF; 2ª etapa) solicitação de aplicação do questionário impresso aos doze custodiados que cumprem pena nas unidades prisionais, respectivamente, a PFDF, a PDF I e a PDF II; 3ª etapa) solicitação de visita às unidades prisionais na Vara de Execuções Penais (VEP), visando conhecimento da realidade e coleta de dados; 4ª etapa) tratamento dos dados; e, 5ª etapa) análise e discussão dos resultados, conforme cronograma de trabalho apresentados no quadro abaixo.

Tabela 6 – Cronograma de Trabalho

Semestres	1º/2019	2º/2019	1º/2020	2º/2020	1º/2021	2º/2021	1º/2022	2º/2022
Ações								
Primeiro capítulo								
Revisão de literatura								
Metodologia								
Conclusão dos créditos obrigatórios								
Qualificação								
Coleta de dados								
Análise								
Defesa								

Por fim, a contribuição deste estudo, com ênfase na produção científica, possibilitou aprofundar na construção do conhecimento sobre o projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal, como também, descobrir novos caminhos e possibilidades de ressocialização dos sujeitos privados de liberdade, por meio da leitura literária e das práticas de leitura nas

prisões do DF. Para além disso, a pesquisadora pretende promover discussões, bem como desenvolver ações conjuntas aos órgãos competentes, a saber: Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), Secretaria de Segurança Pública e Paz Social (SESIPE) e Vara de Execuções Penais (VEP/TJDFT) dentre outros órgãos competentes para efetivação e regulação da remição de leitura no DF, não como um projeto pedagógico, mas sim como uma política pública afirmativa de formação de leitores no cárcere, bem como estabelecer parcerias e ações com as universidades públicas para doar e ampliar o acervo específico, a fim de atender as demandas necessárias sobre leiturização nos sete presídios do DF.

Busca-se, também pensar em alternativas de captação de financiamento público por meio Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), fundamentado na Lei nº 14.113/2020, partindo da implementação das políticas públicas educacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas prisões do DF, prevista na meta 10 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 – EJA Integrada à Educação Profissional, com objetivo de melhorar as condições infraestruturais: revitalização das bibliotecas nos presídios, aquisição de novos livros literários, ampliação do quadro de professores-avaliadores e bibliotecários, formação continuada para professores e coordenadores, visando a melhoria da qualidade da educação pública nas prisões do DF.

4.4. Análise dos dados e resultados

Em relação à análise e tratamento dos dados, durante o mês de julho de 2022 foi realizada a coleta dos dados de forma presencial sobre o projeto de remição de pena por leitura no DF. Como instrumento, utilizou-se um questionário contendo oito questões, sendo composto de sete questões fechadas e uma questão aberta. Essa aplicação ocorreu de forma presencial a doze internos, sendo: nível 1 – quatro (04) internos do (Ensino Fundamental I completo ou incompleto), Nível 2 – dois (02) internos do (Ensino Fundamental II completo ou incompleto), Nível 3 – três (03) internos do (Ensino Médio completo ou incompleto) e do nível 4 – três (03) internos com escolaridade na (Educação Superior completo ou incompleto).

Os doze internos concordaram em participar desse estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nesse momento cumprem pena nas seguintes penitenciárias: Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I), Penitenciária do Distrito Federal II (PDF II) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). As perguntas foram elaboradas

e direcionadas, considerando a estrutura de quatro categorias de análise quanto aos objetivos específicos, estruturadas em:

- 1) Categoria I – sobre o perfil, a formação escolar e a tipificação criminal;
- 2) Categoria II – a literatura no cárcere por níveis de ensino;
- 3) Categoria III – indicadores de adesão, resumo crítico e aprovação e reprovação dos internos (2018 a 2022) por unidade prisional;
- 4) Categoria IV – livro, literatura e a política pública de ressocialização pela leitura.

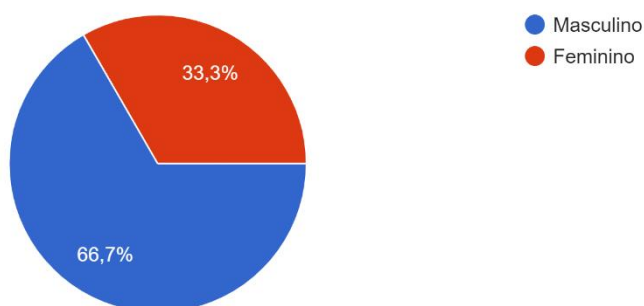
Categoria de análise I – sobre o perfil, a formação escolar e a tipificação criminal

Essa categoria de análise I tem por objetivo descrever o perfil e a formação do privado de liberdade em espaço de extremo confinamento.

Gráfico 1 – Quanto ao gênero dos internos

Questão 1. Qual é o seu gênero?

12 respostas

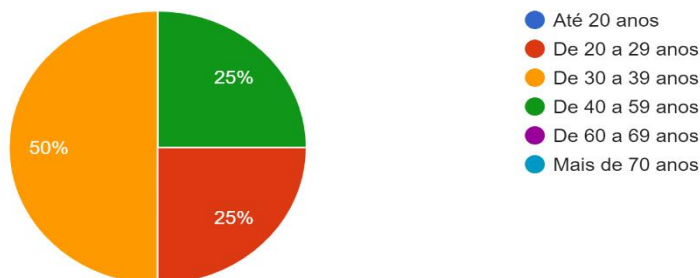


Considerando o perfil dos internos, iniciamos a análise pela questão de gênero dentre os doze internos participantes do estudo. O gráfico 1 apontou como predominância de encarceramento nas Penitenciárias do Distrito Federal (PDFI e PDFII), o gênero masculino representado em 66,7% dos participantes. Por outro lado, a massa carcerária feminina apresentou o percentual de 33,3% das internas que estão em cumprimento de sentença na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). Nesse sentido, os dados demonstraram que nos três estabelecimentos penais investigados, há mais homens do que mulheres encarceradas nos três estabelecimentos penais do DF.

Gráfico 2 – Faixa Etária dos internos presos

Questão 1.1: Qual sua idade?

12 respostas

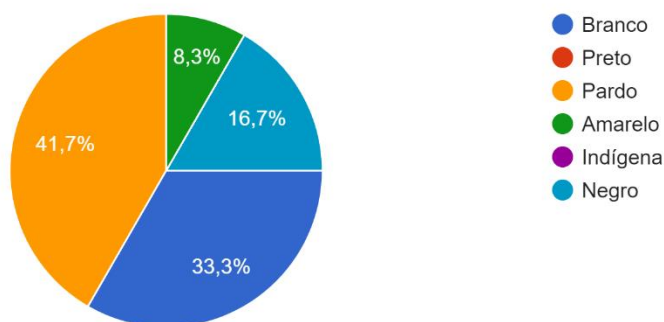


Quanto ao aspecto etário, o gráfico 2 apresenta uma população carcerária de idade mais adulta em que 50% por cento dos internos dos homens e das mulheres tem a idade entre 30 e 39 anos. Por outro lado, o percentual de 25% aponta uma população carcerária mais jovem com idades entre 20 e 29 anos, apresentando assim, um crescimento significativo de internos com essa faixa de idade. Já os internos de idade mais elevada, indicaram o percentual de 25% dos presos com idades entre 40 e 59 anos.

Gráfico 3 – Sobre a cor ou raça dos presos

Questão 1.2: Qual sua cor ou raça?

12 respostas



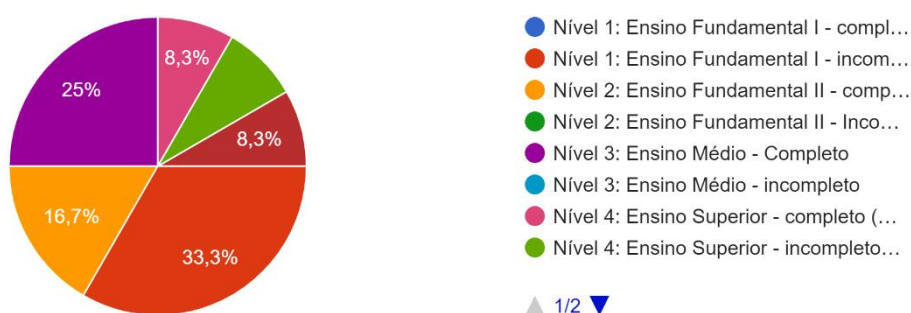
Em relação à cor dos internos participantes, o gráfico 3 demonstra o percentual da cor parda em 41,7 % dos presos. Já os internos com a cor branca apontam um índice menor em 33,3% dos presos e a cor amarela representa somente 8,3% dos internos em cumprimento de pena.

Quanto à questão racial ou étnica, a raça negra considerada (pardos e pretos) apresenta, predominância de 58,4% dos internos. Não houve participantes da raça indígena nos três presídios em que a coleta de dados foi realizada – Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI), Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF).

Gráfico 4 – Quanto à formação escolar

Questão 2: Qual sua formação escolar?

12 respostas

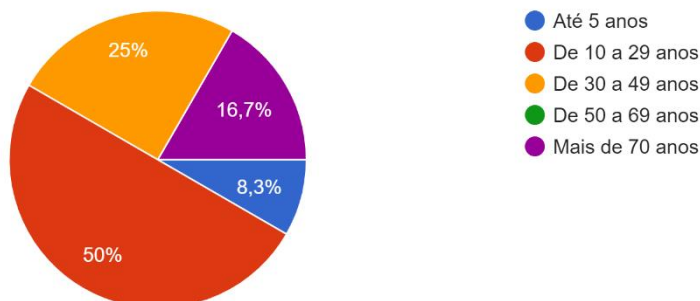


No que se refere ao nível de escolaridade dos internos participantes, o gráfico 4 apresenta o percentual de 33,3% possuem a baixa escolaridade predominante no nível 1 – Ensino Fundamental I (Anos Iniciais – incompleto). Outros 16,7% dos internos participantes possuem Ensino Fundamental II (Anos Finais – completo ou incompleto). Na modalidade de Ensino médio (completo ou incompleto), o gráfico aponta o percentual de 25% dos internos. E somente, 8,3% dos internos participantes possuem escolarização de Ensino Superior (completo ou incompleto).

Gráfico 5 – Quanto tempo de cumprimento da sentença

Questão 3: Quantos anos você foi sentenciado (a)?

12 respostas

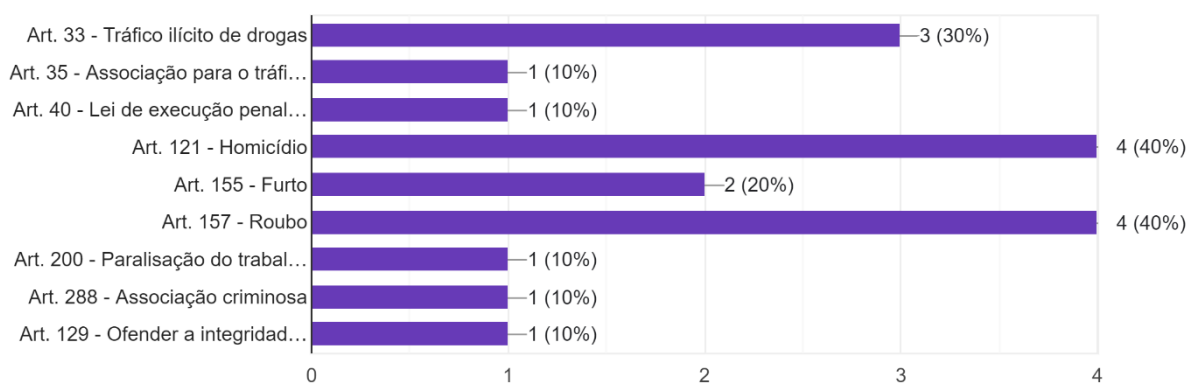


Nessa questão perguntamos sobre o tempo de cumprimento da sentença aos doze internos participantes. O gráfico 5 aponta que 50% dos internos entre os homens e as mulheres cumprem sentença que variam entre 10 a 29 anos de prisão. Outros 25% por cento dos presos cumprem sentença entre 30 a 49 anos. Já 16,7% dos participantes cumprem sentença acima de 70 anos de reclusão. Somente, 8,3% dos presos cumprem pena menor ou igual a 5 anos de prisão.

Gráfico 6 – Quanto à tipificação criminal segundo Código Penal Brasileiro

Questão 3.1: Em qual ou quais artigos você foi enquadrado no código penal brasileiro ?

10 respostas



Por fim, nessa última questão da categoria de análise 1 – buscou-se compreender quais os crimes mais cometidos pelos doze internos participantes. O gráfico 6 demonstrou as

tipificações criminais, conforme o Código Penal Brasileiro, sendo crimes cometidos socialmente em diversas tipificações e artigos, a saber: tráfico ilícito de drogas, crimes de associação para o tráfico, crimes relativos à Lei de Execução Penal (direitos e deveres) do preso, homicídio, furto, roubo, paralisação do trabalho, associação criminosa e ofensa a integridade física ou psicológica do indivíduo.

Nesse ranking criminal, 40% por cento dos internos entre homens e mulheres cometeram crimes relacionados ao homicídio e ao roubo. Outros 30% por cento cometeram crimes relativos ao tráfico ilícito de drogas. Outros 20% por cento dos participantes cometeram crimes de furto. Os demais crimes apontados neste gráfico em 10% por cento apresentam tipificações criminais relacionadas à associação para o tráfico, Lei de execução Penal como direitos e deveres do preso, paralisação do trabalho, associação criminosa e ofensa a integridade física ou psicológica do indivíduo.

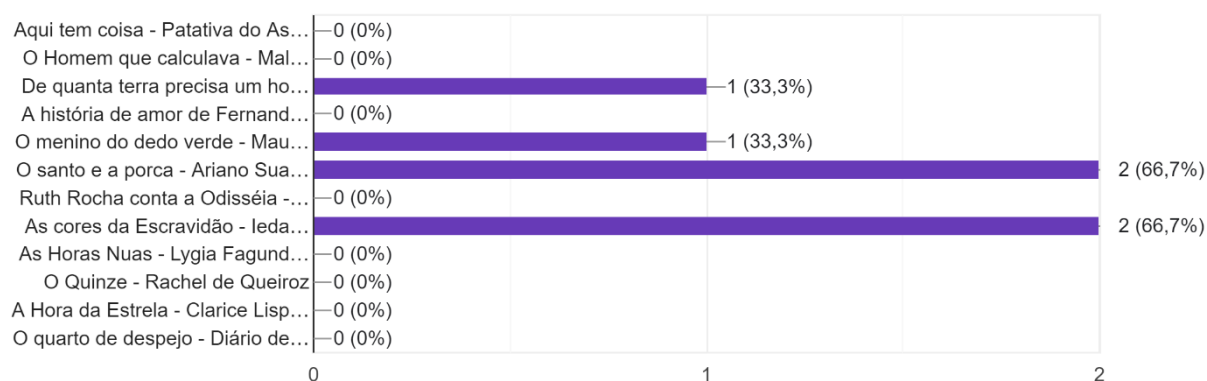
Categoria de análise II – a literatura no cárcere por níveis de ensino

Na segunda categoria objetivou analisar e descrever o projeto de remição de pena por leitura, em relação à fundamentação legal e às estratégias de mediação, bem como apresentar as obras literárias mais lidas pelos privados de liberdade nos três estabelecimentos penais.

Gráfico 7 – Literatura Nível 1 – Ensino Fundamental I (Completo ou incompleto)

4.1. (Nível 1- EFI) Quais foram os livros de literatura lidos por você?

3 respostas



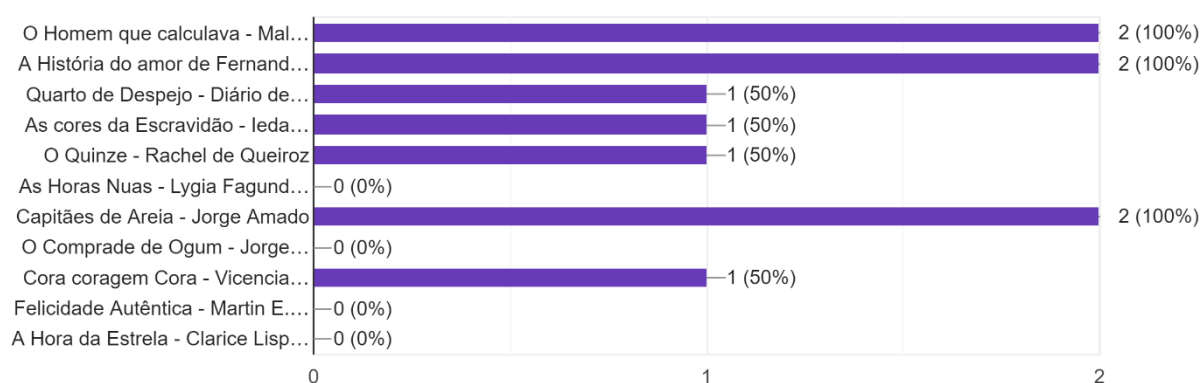
No Nível 1, voltado à literatura para o Ensino Fundamental I – Anos Iniciais (Completo ou incompleto) participaram quatro internos, das quais obtivemos três respostas e uma abstenção. Nesse sentido, as obras literárias mais lidas, respectivamente, apontam em 66,7%

por cento os livros “O Santo e a Porca” do autor Ariano Suassuna, seguido do livro “As cores da Escravidão” da autora Ieda de Oliveira. Em terceiro lugar, representando 33,3% das leituras, os livros “De quanta terra precisa um homem” do autor Liev Tolstói e “O menino do dedo verde” escrito pelo autor Maurice Druon.

Gráfico 8: Literatura Nível 2 - Ensino Fundamental II – Anos Finais (Completo ou Incompleto)

4.2. (Nível 2 - EFII) Quais foram os livros de literatura lidos por você?

2 respostas

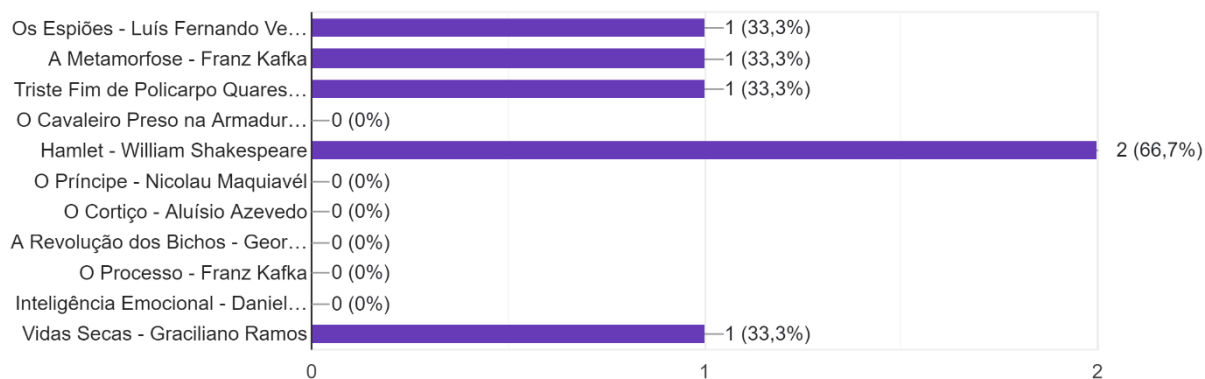


Em relação às respostas das obras literárias mais lidas voltadas ao Nível 2 – Ensino Fundamental II – Anos Finais (completo ou incompleto), somente haviam dois internos selecionados para esse nível de escolarização. Apontaram os livros mais lidos, liderando em 100% nas leituras as obras “O homem que calculava (Malba Tahan), A História de amor de Fernando e Isaura (Ariano Suassuna) e Capitães de Areia (Jorge Amado). Outros 50% dos internos leram Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada (Carolina Maria de Jesus), As cores da Escravidão (Ieda de Oliveira), O Quinze (Rachel de Queiroz) e o livro Cora Coragem Cora da escritora Vicência Bretas Tahan.

Gráfico 9: Literatura Nível 3 - Ensino Médio (Completo ou Incompleto)

4.3. (Nível 3 - Ensino Médio) Quais foram os livros de literatura lidos por você?

3 respostas

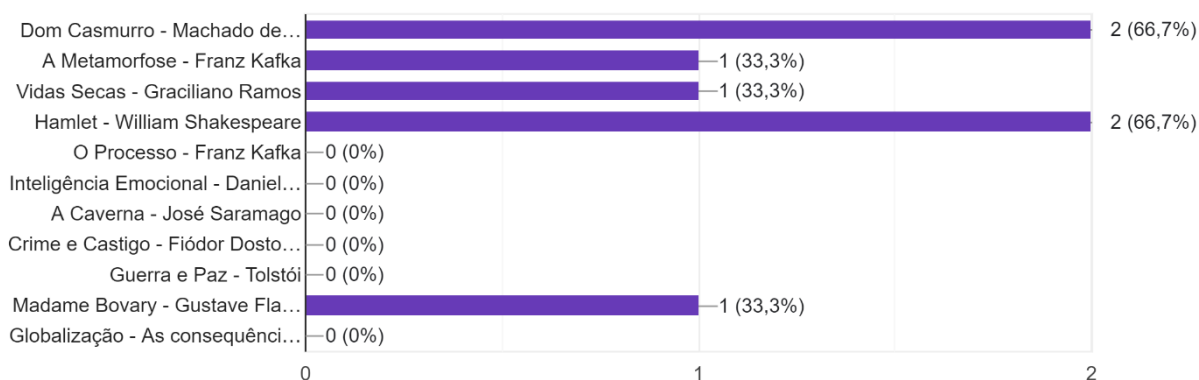


Quanto às obras literárias do Nível 3, voltada à literatura do Ensino Médio, três internos responderam sobre as obras mais lidas por eles. O Gráfico 9 apontou o percentual de 66,7% da leitura para a obra literária “Hamlet” de William Shakespeare. Outros 33,3% por cento das leituras realizadas no cárcere contemplaram as obras e autores, respectivamente: “Os Espiões” (Luiz Fernando Veríssimo), “A Metamorfose” (Franz Kafka), “Triste Fim de Policarpo Quaresma” (Lima Barreto) e “Vida Secas” (Graciliano Ramos).

Gráfico 10: Literatura Nível 4 – Ensino Superior – Graduação ou Pós-graduação (Completo ou Incompleto)

4.4.(Nível 4 - Ensino Superior) Quais foram os livros de literatura lidos por você?

3 respostas



Para a análise referente ao Nível 4, escolarização de nível Superior (completo ou incompleto), obtivemos três respostas dos internos. O gráfico 10 apresenta o percentual de

66,7% das leituras em duas obras, respectivamente: “Dom Casmurro” (Machado de Assis) e “Hamlet” (William Shakespeare). O segundo percentual mais apontado em 33,3% das obras mais lidas foram “A Metamorfose” (Franz Kafka), “Vidas Secas” (Graciliano Ramos) e “Madame Bovary” (Gustave Flaubert).

Categoria de análise III – indicadores adesão, resumo crítico, aprovação e reprovação dos internos (2018 a 2021) por unidade prisional

Na terceira categoria pautou-se em relacionar e analisar os indicadores de adesão ao projeto de remição de pena pela leitura, da produção textual resumo crítico, bem como a aprovação e reprovação dos internos nas provas presenciais aplicadas nos estabelecimentos penais: Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI), Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF).

Em continuidade aos fundamentos e análises desse estudo, considerando a dificuldade burocrática de entrada na escola de natureza especial o Centro Educacional 01 de Brasília/SEEDF para coletar dados com a finalidade de pesquisa e produção de conhecimento científico, optou-se pela utilização dos dados do relatório de Gestão 2018-2022 sobre a implementação do projeto de remição de pena por leitura nos sete estabelecimentos penais, intitulado “*Ler Liberta: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal*”, documento oficial elaborado e publicado no sítio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Tabela 7 – Dados da Implementação do Projeto de Remição – PDFI

PDFI	Vagas	Obras Emprestadas	Provas Resumo Crítico	Aprovados	Reprovados	Não Concluintes
2018 4 ciclos de leitura	600	616	578	445	137	44
2019	2.200	1.010	956	741	213	54

11 ciclos de leitura						
2020 03 ciclos de leitura	600	519	185	127	58	34
2021 9 ciclos de leitura	1800	577	389	389	106	83
Total	5.200	2.722	2.108	1.702	514	215

Fonte: Tabela construída pela autora com adaptação: baseada nos dados relatório gestão Projeto: Ler liberta: uma perspectiva de ressocialização nas prisões do DF/SEEDF (2018 a 2021)

Na penitenciária do Distrito Federal I (PDFI), os dados demonstraram um crescimento na oferta de vagas entre os anos de 2018 a 2021, considerando a sua aplicabilidade total em 27 ciclos de leitura. As vagas ofertadas entre os anos de 2018 a 2021 somam 5.200 inscrições realizadas para participação do interno no projeto de remição de pena por leitura. Especificamente, houve uma queda na oferta de vagas no ano de 2020 em função dos impactos da Pandemia Covid-19.

Em relação à acessibilidade do livro literário ao interno, foram emprestadas 2.722 obras literárias. Quanto à realização das provas presenciais, foram aplicadas 2.108 avaliações. Para fins de remição de pena por leitura, houve 1.702 aprovações, ou seja, mais da metade dos internos inscritos conseguiram ser aprovados. Outro dado importante, identificou-se o baixo índice de reprovação com 514 internos não foram aprovados, como também, apenas 215 do total de internos inscritos não concluíram o processo avaliativo.

Tabela 8 – Dados da Implementação do Projeto de Remição – PDFII

PDFII	vagas	Obras emprestadas	Provas Resumo crítico	Aprovados	Reprovados	Não concluintes
2018	800	558	503	372	131	55

4 ciclos de leitura						
2019 11 ciclos de leitura	2.200	1.537	1.362	1.001	361	175
2020 03 ciclos de leitura	600	769	192	137	55	307
2021 9 ciclos de leitura	1.800	577	495	389	106	83
Total	5.400	3.441	2.552	1.899	653	620

Tabela construída pela autora com adaptação: baseada nos dados relatório gestão Projeto: Ler liberta: uma perspectiva de ressocialização nas prisões do DF/SEEDF (2018 a 2021)

Na Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII), no que se refere à implementação e execução do projeto de remição de pena por leitura, entre os anos de 2018 a 2021, foram realizados 27 ciclos de leitura. Em relação ao quantitativo de vagas ofertadas, houve 5.400 inscrições para participação dos internos. Em relação aos empréstimos e acessibilidades aos livros de literatura, foram emprestadas 3.441 obras literárias aos internos. Registrou-se também uma queda na oferta de vagas no ano de 2020 devido à Pandemia Covid-19.

Quanto à participação dos internos na prova presencial do resumo crítico, houve uma considerável participação, totalizando 2.552 internos, sendo que mais da metade desses candidatos conseguiram aprovação na avaliação escrita, somando um total de 1.899 aprovações. Nessa etapa de avaliação, 653 internos foram reprovados e 620 do total não concluíram o processo avaliativo.

Tabela 9 – Dados da Implementação do Projeto de Remição – PFDF

PFDF	vagas	Obras emprestadas	Provas Resumo crítico	Aprovados	Reprovados	Não concluintes
2018 4 ciclos de leitura	270	258	178	148	30	80
2019 11 ciclos de leitura	990	1.038	850	739	111	188
2020 03 ciclos de leitura	270	407	232	201	31	35
2021 9 ciclos de leitura	810	99	92	81	11	7
Total	2.340	1.802	1.352	1.169	183	310

Tabela construída pela autora com adaptação: baseada nos dados relatório gestão Projeto: Ler liberta: uma perspectiva de ressocialização nas prisões do DF/SEEDF (2018 a 2021)

Na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), a implementação e execução do projeto de remição de pena por leitura entre os anos de 2018 e 2021 totalizaram a realização de 27 ciclos de leitura. Em relação às vagas para a participação das internas no projeto de remição de pena por leitura foram ofertadas 2.540 vagas. Observa-se uma queda na oferta de vagas no ano de 2020 em função da Pandemia Covid-19.

Quanto ao acesso ao livro e à leitura na prisão, totalizam 1.802 empréstimos de obras literárias. No que diz respeito à participação das internas para a realização da prova presencial na modalidade textual resumo crítico, foram feitas 1.352 inscrições, dentre as quais 1.169

internas foram aprovadas. Em relação às internas reprovadas na avaliação escrita, somente 183 reprovações e um total de 310 internas não concluintes.

Quadro 6 – Indicadores geral de adesão, resumo crítico, aprovação e reprovação dos internos (2018 a 2021)

PDFI	vagas	Obras emprestadas	Provas Resumo crítico	Aprovados	Reprovados	Não concluintes
Total	5.200	2.722	2.108	1.720	504	215
PDFII	vagas	Obras emprestadas	Provas Resumo crítico	Aprovados	Reprovados	Não concluintes
Total	5.400	3.441	2.552	1.899	653	620
PFDF	vagas	Obras emprestadas	Provas Resumo crítico	Aprovados	Reprovados	Não concluintes
Total	2.340	1.802	1.352	1.169	183	310

Tabela construída pela autora com adaptação: baseada nos dados do relatório gestão Projeto: Ler liberta: uma perspectiva de ressocialização nas prisões do DF/SEEDF (2018 a 2021).

Em relação à análise dos indicadores e resultados quanto à oferta de vagas, obras emprestadas, provas aplicadas, aprovação, reprovação e não concluintes nas três penitenciárias investigadas, constatou-se os seguintes resultados: quanto à oferta de vagas para participação do interno no projeto de remição de pena pela leitura, bem como maior quantitativo de obras emprestadas, de provas realizadas e melhores índices de aprovação, destaca-se a Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII).

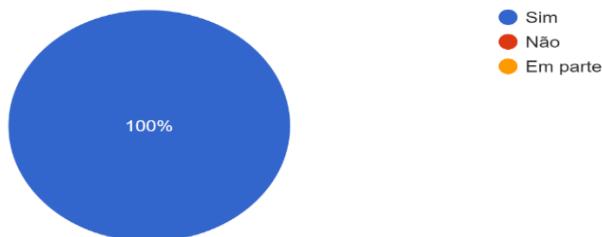
No que diz respeito ao menor índice de reprovação nas provas realizadas, observou-se que a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) apresentou que apenas 183 mulheres foram reprovadas. Além disso, os candidatos à remição de pena por leitura com o menor índice dos internos “não concluintes”, ou seja, de desistência evidenciou-se na Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI).

Em continuidade à análise dos dados obtidos, nos gráficos a seguir de números 11 ao 13, apresentaremos os resultados sobre as questões pedagógicas e estruturais tais como: dias e horários de aplicação das avaliações escritas, espaço físico de aplicação das provas presenciais (salas-celas ou pátios), recursos materiais (pranchetas, canetas, carteiras, lápis, borrachas) nas três penitenciárias participantes desse estudo: Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI),

Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF).

Gráfico 11 – Manual do candidato à remição de pena por leitura – Orientações Gerais

Questão 5: Sobre o manual do candidato à remição de pena por leitura. A linguagem e as informações ajudaram para o seu entendimento sobre como fazer o resumo crítico?
12 respostas



O gráfico 11 mostra que a construção do manual do candidato à remição de pena por leitura atingiu o objetivo no sentido de orientar o interno, por meio de um material autoexplicativo em relação aos processos de construção da escrita – resumo crítico, contendo informações relevantes bem como dicas para elaboração o resumo crítico, para a construção do parágrafo-dissertativo-argumentativo, para o uso formal e informal da linguagem, palavras ou expressões que devem ser evitadas na escrita formal.

Além disso, este material possui outras informações relevantes ao candidato, tais como: o agendamento para realizar as avaliações presenciais, os critérios de avaliação exigidos na construção da modalidade textual resumo crítico, especificamente, o padrão culto da Língua Portuguesa, os elementos de coerência e coesão textuais, a estrutura do resumo crítico e o posicionamento crítico do candidato em relação à obra lida.

Gráfico 12 – Quanto ao tempo e divulgação dias/horários destinados à realização da prova presencial nos estabelecimentos penais

Questão 6: Quanto ao tempo (dias e horários) da prova presencial para escrever o resumo crítico?
12 respostas

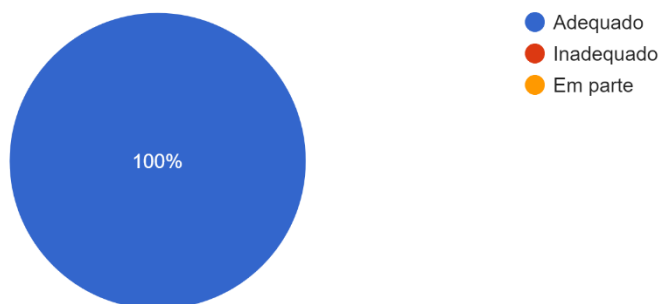


Quanto ao tempo destinados aos dias, horários e aplicação das provas presenciais, o gráfico 12 indica que 100% dos participantes consideraram ser satisfatório o tempo destinado para realizar a avaliação escrita na modalidade textual – resumo crítico. Entretanto, há um contraponto entre as repostas dos participantes e a análise realizada pelos professores desde o 1º ciclo de leitura em 2018. Estes professores identificaram que a aplicação das avaliações nos espaços abertos como pátios e quadras constitui um fator de impacto negativo em relação aos resultados do projeto, visto que os locais não são adequados para realização de atividades pedagógicas. Além disso, o tempo de uma hora e trinta minutos (1h30m) estabelecidos para realização da prova foi considerado inadequado, em especial, àqueles candidatos de menor escolarização, sendo observadas grandes dificuldades com o processo de produção escrita e finalização do texto. (SEEDF, relatório gestão 2018-2021).

Gráfico 13 – Estrutura física e materiais disponíveis para realização da prova presencial nos estabelecimentos penais

Questão 7: Quanto ao espaço físico e os materiais usados (pranchetas, canetas) para fazer a prova presencial foi:

12 respostas



O gráfico 13 mostra que os doze internos consideraram ser adequados os espaços físicos e os recursos materiais destinados à realização da prova presencial como uso de pranchetas, canetas, lápis e borracha nos três estabelecimentos penais do DF. Estes resultados demonstram que mesmo com condições precárias de realização e de execução das avaliações ligadas às questões de infraestrutura como espaços físicos e/ou recursos materiais durante a aplicação da avaliação escrita, os internos apresentaram satisfação e interesse pela oportunidade em se inscrever e participar do projeto de remição de pena pela leitura.

Categoria IV – livro, literatura e a política pública de ressocialização pela leitura

A quarta categoria teve como objetivo investigar se o acesso ao livro e à leitura promove a ressocialização na vida dos privados de liberdade, estando este sujeito em extremo estado de confinamento. Nessa direção, estruturamos as questões de número 8A e 8B do questionário de forma aberta para que os internos pudessem escrever livremente sobre os seguintes questionamentos:

8A O que o acesso ao livro e a literatura no cárcere representa para você?

8B O que sua participação no projeto de remição de pena pela leitura significou para você?

Como aporte para análise das respostas dos internos, chamamos ao diálogo epistemológico quatro autores, a saber: Albergaria (1987); Dotti(1991); Falconi (2002); Cunha (2010) os quais apresentaram conceitos relevantes sobre o processo de ressocialização do privado de liberdade. Esta análise dos dados teve por objetivo investigar e medir como as

práticas de leitura nas prisões como política pública de estímulo à leitura podem influenciar no processo de ressocialização do privado de liberdade.

Quadro 7 – Respostas dos internos às questões 8A e 8B

Autores	O que é ressocialização?	Aplicação dos questionários-Transcrição das repostas dos internos dos doze internos nos estabelecimentos penais: PDFI, PDFII e PFDF.
1. ALBERGARIA (1987)	<p>“consiste num direito fundamental do preso e está diretamente vinculada ao estado social de direito o qual possui o papel de assegurar a todos os indivíduos o bem-estar material, físico, econômico e social”</p>	<p>1. “O acesso aos livros literários nos presídios tem um impacto positivo, pois nos ajudam a melhorar nosso ponto de vista, ideologia, raciocínio lógico, é, também, traz a cultura para o nosso mundo”.</p> <p>2. “Representa mais aprendizagem e mais conhecimento aos internos”.</p> <p>3. “Um crescimento para o conhecimento”.</p> <p>4. “Além de ler obras nacionais muito conhecidas abrange o meu conhecimento em todas as áreas sociais”.</p> <p>5. “Uma grande oportunidade de conhecimento e manter a mente ocupada e aprendizado”.</p> <p>6. “Não apenas em caráter de remição, mas no meu caso em particular, poder ler e treinar a leitura e tentar preservar o vocabulário que é tanto difícil nesse lugar, manter a mente sadia e ganhar conhecimento, que me mantém firme nesse lugar”.</p> <p>7.” O primeiro benefício, não só para mim, é a remição, pois todos nós queremos remir o máximo possível para sair logo da prisão. O segundo, não menos importante, são os valores representativos que a literatura pode nos dar, como o enriquecimento vocabulário, aumento da capacidade de diálogo/argumentação etc.</p> <p>8. “Significa um conhecimento maior dos livros e mais aprendizagem”.</p> <p>9. “Significa muito porque além de melhorar minha leitura e meu conhecimento, ainda ajuda a remir minha pena”.</p> <p>10.” Uma oportunidade que não sou capaz de descrever, é um privilégio poder ler, debater, e fazer um resumo e claro adquirir dias remidos e ressocialização”</p>

<p>2. DOTTI (1991)</p>	<p>“a ressocialização é a modificação do comportamento do preso, a fim de que seja mais harmônico e aceito nas vivências sociais, sobretudo não nocivo à sociedade”.</p>	<p>1.“Além de auxiliar na remissão e redução de tempo no cárcere a leitura é uma forma de lazer e aproveitamento positivo do tempo, que, para muitos internos, passa de forma muito lenta”</p> <p>2.“Eu poderia resumir em uma palavra, liberdade, eu consigo ser livre sem sair da cela, consigo ainda conversar com os companheiros de cela sobre o livro, ao invés de planejar crimes”.</p> <p>3. “Significou acesso a leitura de clássicos que ainda não conhecia, pois apesar de sempre ter lido muitos livros estes que me foram oferecidos eram totalmente desconhecidos e isto ampliou meu universo de interesse. Gostei de ter tido acesso a estes livros. Acho o projeto muito interessante e positivo, pois oferece ao apenado oportunidade de conhecer um universo a que, muitas vezes, não tinha acesso.”</p> <p>4. Tudo diminui os meus dias de cárcere, e me ajuda conhecer mais sobre a literatura brasileira, Abrindo a minha mente para coisas que não conhecia”.</p> <p>5. “Significa que por força de vontade de aprender cada vez mais significa muito importante”.</p> <p>6. “Valorizar a família, pois a cada livro lido com suas histórias me faz lembrar o que é realmente importante para mim, vejo a importância dos estudos e como valorizar cada livro que posso ter o privilégio em ler, pois ganho conhecimento, valorizo a família e os estudos e posso sair desse lugar mais rápido, pois os dias remidos são de suma importância para o preso reeducando.”</p>
<p>1. FALCONI (2002)</p>	<p>“a ressocialização tem como meta a reinserção do privado de liberdade no meio social. Sendo assim, a reinserção social é entendida como um instituto de Direito em que se insere o espaço específico da Política Criminal (estado pós-cárcere) que visa a reintrodução do apenado no contexto social.”</p>	<p>1.“O livro representou o acesso ao conhecimento que muitas Pessoas Privadas de liberdade não tem acesso, no sistema Prizional, e isso nos ajuda muito Para obitermos mais e mais sabedoria aqui no Presidio e quando formos ter a chance de voutar a sociedade”.</p> <p>2. “A remição nos Proporsiona o conhecimento e a oportunidade de estar mais Prosimos da sociedade Por isso foi muito importante esse Projeto Para todos os internos”.</p>

2. CUNHA (2010)	“representa uma configuração de espaço onde o Estado consolida e legitima sua política pública voltada ao controle e a repressão dos desviantes”.	1. “Quando estou lendo me sinto livre, pois para mim a leitura é a chave para uma mente aprisionada ”. 2. “Uma grande oportunidade em obter ocupação mental com atividades que me levam para fora da realidade carcerária ”
-----------------	---	---

Fonte: Quadro construído pela autora, julho/2022.

Partindo da análise dos conceitos apresentados e das respostas dos participantes desse estudo, identificou-se que a **ressocialização é entendida** em duas dimensões: a primeira, como “um **direito fundamental e um estado de direito** o qual possui o papel de assegurar a todos os indivíduos o bem-estar material, físico, econômico e social” (ALBERGARIA, 1987), visto que **traduz** para o apenado uma “**oportunidade de aprendizagem, conhecimento, cultura, além de manter a mente sadia**”. Nessa direção, a legitimidade dos direitos educacionais está prevista em nossa Constituição Federal/88, em seu artigo 205, que versa sobre a educação como direito de todos e **dever do Estado** e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, a fim de **garantir o pleno desenvolvimento da pessoa**, bem como o preparo para exercer a cidadania e qualificação para o mundo do trabalho.

Em se tratando do direito educacional nas prisões do DF, a oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não atinge nem 10% da população carcerária, estimada em dezessete mil presos, atualmente. Sendo assim, inúmeras questões são limitadoras para ampliar as matrículas na (EJA), como: espaços físicos limitados para a construção de novas salas-celas, limitação do quadro de policiais penais para escolta e garantia de segurança, falta de professores e de recursos didáticos-pedagógicos adequados à realidade do sistema penitenciário e, por consequência, dificulta e/ou limita o acesso à educação formal do privado de liberdade. Nessa direção, a remição de pena por leitura traz a possibilidade de acesso e a garantia de direitos educacionais provindos de um modelo educativo informal, a medida em que o interno tenha mais acesso ao livro, a literatura e práticas de textos nas prisões do DF.

Na segunda dimensão, os resultados indicaram que a remição de pena pela leitura como política pública de estímulo à leitura pode influenciar no processo de **ressocialização**, e está relacionada à “**modificação do comportamento do preso**, ainda que o sujeito se encontre em estado de encarceramento, possa se tornar mais harmônico e aceito nas vivências sociais”. (DOTTI, 1991). Essa mudança comportamental do interno por meio do acesso ao livro, à leitura e à literatura por meio da participação no projeto de remição de pena pela leitura foram evidenciadas nas respostas, tais como: “**forma de lazer positivo do tempo**”, “**Conversar com**

os companheiros de cela sobre o livro, ao invés de planejar crimes”, “conhecer a literatura brasileira, abrindo minha mente para coisas que não conhecia”, “Valorizar a família, pois a cada livro lido com suas histórias me faz lembrar o que realmente é importante para mim, vejo a importância do estudos e valorizar cada livro , pois ganho conhecimento e posso sair desse lugar mais rápido”.

5. Considerações finais

Historicamente, a sociedade brasileira é marcada pelas desigualdades sociais em que a ausência de mecanismos das instituições democráticas não consegue diminuir a diferença entre as classes sociais. Além disso, a adoção do Estado pelo neoliberalismo e pelas classes da elite dominante cria como consequência um Estado repressor que faz uso das forças policiais e das prisões as quais buscam remediar a insegurança fomentada pela ausência do Estado nos setores políticos e econômicos. (DEMBORGURSKI, 2021).

Do ponto de vista social, somos frutos de uma ideologia social que se fomenta a cultura do ódio e da violência física e/ou psicológica. Esta por sua vez, sempre se fez presente no sistema penitenciário fator comumente noticiado nos jornais e nas redes sociais. Para além da violência, estão envolvidas mortes dentro dos presídios ocorridas entre detentos dos agentes do Estado contra os presos. A realidade dos indivíduos que cumprem pena no sistema penitenciário brasileiro é marcada por um misto de condições cruéis, desumanas, torturas, punições, controles, extorsões, superlotação, controladas por facções criminosas e grande índice de corrupção. (SENA, 2018).

É válido ressaltar os avanços nas definições e regulação do direito à educação no Brasil. Entretanto, a grande dificuldade é a garantia ao acesso e permanência ao ensino público de qualidade, ainda muito longe do ideal, para atender às demandas sociais. Por isso, é tarefa de todos os sujeitos que trabalham em prol da promoção dos direitos humanos, lutar pela efetividade e execução do direito à educação, sobretudo denunciar suas formas de violações nos estados e municípios. Nessa discussão, entende-se que o direito à educação somente será efetivado uma vez que todas as crianças, jovens e adultos tenham de fato acesso à educação básica de qualidade, bem como a sua permanência. (DIAS, 2007).

Atualmente, o Sistema penitenciário do Distrito Federal é constituído por uma massa carcerária de, aproximadamente, 17.000 (dezessete mil) custodiados, em cumprimento de pena em regimes fechado, semiaberto ou com prisão provisória. Os custodiados estão distribuídos nos sete estabelecimentos penais: 1) Centro de Detenção Provisória (CDP); 2) Centro de Internamento e Reeducação (CIR); 3) Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI); 4) Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII); 5) Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), na qual também funciona a Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP); 6) Centro de Progressão Penitenciária (CPP) e, mais recentemente, a Penitenciária Federal de Brasília.

Os impactos da implementação do projeto de remição de pena por leitura no Distrito Federal como fomento à política pública de estímulo à leitura nos sete estabelecimentos penais apresentaram os seguintes resultados quanto a sua execução. Em 2018 foram realizados quatro ciclos de leitura, ou seja (16% dos internos atendidos); já em 2019 realizou-se onze ciclos de leitura, sendo assim (44% dos internos atendidos). No ano de 2020, o início da pandemia marcou impactos negativos, visto que foram realizados apenas três ciclos de leitura, então somente (12% dos internos atingidos). Em 2021, houve uma retomada das atividades de leitura nos presídios sendo realizados nove ciclos de leitura o que representa um percentual de (36% dos internos foram atingidos) em relação à oferta de vagas e acesso dos internos na participação do projeto de remição de pena por leitura.

Em se tratando da implementação e execução do projeto de remição de pena por leitura nas três penitenciárias investigadas no DF: a Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI), Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) os resultados demonstraram que o perfil, a formação escolar e a tipificação criminal apresentam uma massa carcerária de 30 a 39 anos, com predominância da raça negra entre pardos e pretos. Identificou-se, também, um baixo nível de escolarização, sendo que 33% dos internos possuem apenas o Ensino Fundamental I (completo ou incompleto). Estes sujeitos encontram-se em cumprimento de pena que varia entre 10 a 29 anos de sentença, relacionados a crimes cometidos em relação ao tráfico de drogas, homicídio e ao roubo.

No que se refere à literatura e à leitura das obras mais lidas pelos internos no cárcere por nível de ensino, constatou-se que: no nível I (Ensino Fundamental I completo ou incompleto) apresentou o percentual de 66,7% , destacaram-se os livros “O Santo e a Porca” (Ariano Suassuna); na sequência, o livro “As cores da Escravidão” (Ieda de Oliveira).

Em se tratando do nível II (Ensino Fundamental II completo ou incompleto) liderando em 100% nas leituras as obras “O homem que calculava” (Malba Tahan), “A História de amor de Fernando e Isaura” (Ariano Suassuna) e “Capitães de Areia” (Jorge Amado). Outros 50% dos internos leram “Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada” (Carolina Maria de Jesus), “As cores da Escravidão” (Ieda de Oliveira), “O Quinze” (Rachel de Queiroz) e “Cora Coragem Cora” (Vicência Bretas Tahan).

No que se refere ao nível III (Ensino Médio completo ou incompleto), identificou-se o percentual de 66,7% da leitura mais procurada pelos internos foi a obra literária “Hamlet” (William Shakespeare). Em seguida, outros 33,3% dos internos leram mais as seguintes obras:

“Os Espiões” (Luiz Fernando Veríssimo), “A Metamorfose” (Franz Kafka), “Triste Fim de Policarpo Quaresma” (Lima Barreto) e “Vida Secas” (Graciliano Ramos).

Quanto à literatura do nível IV (Ensino Superior ou Pós-Graduação completo ou incompleto), os resultados apontaram que as obras literárias mais lidas em 66,7% das leituras realizadas, destacaram-se duas obras: “Dom Casmurro” (Machado de Assis) e “Hamlet” (William Shakespeare). O segundo indicador mais lido pelos internos em 33,3% em referência as obras literárias foram: “A Metamorfose” (Franz Kafka), “Vidas Secas” (Graciliano Ramos) e “Madame Bovary” (Gustave Flaubert).

Outro achado importante nesse estudo foi em relação ao acervo literário, especificamente, homologado e composto de trinta e quatro títulos literários em 2018 pela Vara de Execuções Penais para atender à demanda dos internos de acordo com os níveis de escolaridade, sendo: nível I (alfabetização e Ensino Fundamental I completo ou incompleto), nível 2 (Ensino Fundamental II completo ou incompleto) , nível 3 (Ensino Médio completo ou incompleto) e nível IV (Ensino Superior ou pós-graduação completo ou incompleto). Constatou-se que o acervo se mantém o mesmo desde o início da implementação do projeto de remição de pena pela leitura no DF, havendo repetição de seis títulos literários relativos aos níveis 1 e 2, como também, repetição de sete títulos literários para os níveis 3 e 4. Essa limitação do acervo literário nos níveis de ensino reduz e prejudica o tempo de participação do interno no projeto para fins de remição de pena por leitura, por consequência reflete o descuido do estado, ineficácia da gestão pública para aplicação e distribuição dos recursos provindos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) vinculado ao órgão executor, a Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF).

No que diz respeito ao acesso ao livro e à leitura como um caminho potencializador para o processo de ressocialização do interno é entendida em duas dimensões. Primeiro, como “um direito fundamental e um estado de direito o qual possui o papel de assegurar a todos os indivíduos o bem-estar material, físico, econômico e social” (ALBERGARIA, 1987), visto que traduz para o apenado uma oportunidade de aprendizagem, conhecimento, cultura, além de manter a mente ativa e ocupada. Segundo, está diretamente relacionada à “modificação do comportamento do preso, ainda que o sujeito se encontre em estado de encarceramento, possa se tornar mais harmônico e aceito nas vivências sociais”. (DOTTI, 1991). Portanto, desde que haja o acesso ao livro, à literatura e à prática de textos, torna-se possível a ressocialização do interno dentro dos estabelecimentos penais, como também, durante o cumprimento da pena,

visto que a literatura e a leitura contribuem para uma vivência mais harmônica, pacificadora e produtiva nas prisões do DF.

Nesse sentido, promover a melhoria do atendimento à grande população carcerária, por meio da execução das políticas públicas sociais e educacionais de remição de pena nos presídios, sejam formais ou complementares, contribuem para redução de presos no país, partindo de adoção de estratégias formativas e humanizadoras. Observando que as atividades de trabalho, acesso à literatura, à leitura e à escrita podem contribuir significativamente para melhor convívio, redução do índice de violência e tensão nos intramuros dos presídios. (CASTRO, TINOCO, 2019).

Um caminho possível é trabalhar com o letramento literário, a partir de textos literários, objetivando o desenvolvimento das habilidades da leitura e escrita, em especial, as que são feitas a partir dos textos literários que perpassam uma concepção essencialmente escolarizada não só do letramento como processo de aquisição da escrita, mas também do conceito de literatura, identificado com o cânone ou os textos marcados como rótulos escolares, como os literários. (COSSON, 2015).

Na mesma direção, Cosson (2015) ainda reitera que é necessário colocar a aprendizagem da literatura como subsídio ao ensino da escrita. Em se tratando dos presídios que sejam colocadas como práticas de leitura e entendida como política pública de estímulo à leitura, nas prisões pode influenciar na formação leitora do privado de liberdade e em sua rotina carcerária, bem como retorno produtivo e útil ao meio social.

Sem pretensão de esgotar a discussão sobre a leitura e a literatura como política pública e direitos humanos, ainda há muito a avançar para a garantia do desenvolvimento e potencialidades do privado de liberdade para fins de ressocialização durante o cumprimento da pena na prisão. Em especial, podemos elencar algumas necessidades, mais urgentes tais como: aumentar a contratação de agentes, os carcereiros e outros profissionais (professores, médicos, dentistas, psicólogos, assistentes sociais dentre outros) que atuam na linha de frente nas vivências diárias com os privados de liberdade; melhoria das condições estruturais e sanitárias; qualidade de alimentação; atendimento à saúde; acesso às formas e às vagas para remição, seja pelo trabalho, estudo ou pela leitura; reestruturação das bibliotecas quando não fechadas (funcionam de forma artesanal e limitada); ampliação e homologação de outros títulos literários; reforma e revitalização das bibliotecas prisionais; garantir e implementar a EJA Integrada à Educação Profissional nos presídios, prevista na meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE/ PDE 2014-2024).

É válido ressaltar que cabe ao gestor estadual promover a discussão sobre a implementação e execução de políticas públicas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e no Plano Distrital de Educação (PDE 2014-2024). Sendo assim, torna-se um caminho viável para melhoria da educação nas prisões. Desde que haja, uma gestão pública que garanta melhor aplicação e distribuição dos recursos públicos para o investimento na qualidade da educação básica no Distrito Federal. Sabe-se que a destinação desses recursos provém do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que, recentemente, publicou-se a nova Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) o qual alterou a destinação dos recursos recebidos, pelo menos em setenta por cento, dos valores do FUNDEB. Logo, devem ser investidos na contratação e pagamentos de professores, melhoria da infraestrutura das escolas públicas, aquisição de materiais e recursos pedagógicos, isto também inclui a escola prisional, para efetivar e executar as políticas públicas educacionais efetivas, por meio de programas projetos pedagógicos que promovam mais qualidade da educação pública, inclusive no contexto das prisões do DF.

Referências

- ABRUCIO, Luiz Fernando; FRANZESE, Cibele. *Federalismos e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242213262_Federalismo_e_politicas_publicas_o_impacto_das_relacoes_intergovernamentais_no_Brasil. ACESSO em: 01/07/2022.
- ALBERGARIA, Jason. *Comentários à lei da execução penal*. Rio de Janeiro: AIDE, 1987. 326 p.
- ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil – Problemas e desafios. *Revista USP*, n. 9, p. 65-78, 1991.
- AGUIAR, Vera Teixeira de. O leitor competente à luz da teoria da literatura. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 124, p. 23-24, jan./mar.1996.
- BARBOSA, Sidney. Escrituras e leituras do tempo literário. In: PRIPAS, Sérgio (org.). *Cronos ensandecido: sobre a agitação no mundo contemporâneo*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2009, p. 117- 134.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- DOTTI, René Ariel. Execução penal no Brasil: aspectos constitucionais e legais. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 664, p. 239-249, fev. 1991.
- _____. *Bases e alternativas para o sistema de penas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 251 1998. 550 p.
- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRASIL. Código Penal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.
- BRASIL. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (SISDEPEN/2021)*. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em 25 ago. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm. Acesso em: 10 maio 2020.
- _____. *Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm. Acesso em: 25 ago. 2022.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021*. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918>>. Acesso em: 26 maio 2021.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. *Grupo de trabalho interministerial-reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino-2008*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2008.

_____. *Portaria Conjunta nº 1, de 11 de abril de 2018*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/186077886/dodf-edicao-extra-13-04-2018-pg-1>. Acesso em abril de 2018.

_____. *Portaria VEP nº 010, de 17 de novembro de 2016*. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2016/dezembro/vep-df>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. *Portaria Conjunta JF/DEPEN nº 276, de 20 de junho de 2012*. Disciplina o Projeto de remição pela leitura no Sistema Penitenciário Federal. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/portaria-conjunta-jf-depen.pdf>>. Acesso em: 23/03/2019.

_____. Ministério da Justiça. *Sistema Integrado de Informações penitenciárias do Ministério da Justiça (INFOPEN)*. Dados disponíveis em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/htm>>. Acesso em: 2 jul. 2022.

_____. *Lei Estadual nº 17.329, de 30 de junho de 2011*. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=230>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, Sistema Penitenciário Federal. *I Anuário do Sistema Penitenciário Federal*, 2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 106p.

CABRAL, Wellington S. *Execução Penal e Ressocialização: Sistema Penitenciário do DF – Penitenciária do Distrito Federal -I*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. 152.p.

CALEGARI, Carlos Lizandro. O cânone literário e as expressões de Minorias: implicações e significações Históricas. *Revista de Estudos Literários da UEMS*, Ano 3, v. 2, n. 5 temático, 2012.

CANDAU, Vera; SAVINO, Suzana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, 1972.

_____. Direitos humanos e literatura. In A. C. R. Fester (Org.) *Direitos humanos E...*, Cjp/Brasiliense, 1989. Disponível em: <<https://bibliasp.org/wp-content/uploads/2014/09/direitos-humanos-eliteratura-por-antonio-candido.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2020.

CASTRO, Ana Cristina de. Professoralidade docente na EJA: Cadeados que se abrem e fecham para os processos de leiturização como prática de letramento nas prisões do DF. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 247-254, ago. 2018. ISSN 2359-2494. Disponível em:<<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/403>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

_____. *Educação, Pandemia e Financiamento Público para a educação*. Revista *Projeção, Direito e Sociedade*. v.13, nº1, ano 2022. p. 24-33.

_____. *Leituras, Literatura e Remição de Pena: Ressocialização nas Prisões do DF. Reflexão estética da literatura 2*. Ponta Grossa-PR: Atena, 2020.

CASTRO, Ana Cristina de; SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional: um panorama da implementação de políticas públicas educacionais na rede pública de ensino do Distrito Federal. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 119-124, maio 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/212>>. Acesso em: 26 maio 2021.

CASTRO, Ana Cristina de. TINOCO, Robson Coelho. *Remição de pena no Distrito Federal: leitura e literatura para minorias*. 1. ed. Alemanha: Editorial Académica Espanhola, 2019. V. 1. 65p.

CIAVATTA, Maria. *Dicionário da educação profissional em saúde*. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

COMPAGNON, Antonie. *Literatura para quê?*. Antonie Compagnon; tradução de Laura TaddeiBrandini, Belo Horizonte: Editora UFMF, 2009.

CORREIA, Gabriella Viroli Cavalcanti. *Remição da pena pela leitura: a importância da biblioteca prisional*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2019, 94p.

CORRÊA, Maiara. *Discrecionalidade e arbitrariedade: o programa ressocializador de remição de pena pela leitura*. Maiara Corrêa: orientador, Prof. Dr. Luiz Gustavo de Cunha de Souza, 2021. 163 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2021.

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Letramento literário: uma localização necessária. *Letras & Letras*, v. 31, n. 3, jul./dez. 2015). Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras>>. Acesso em: 189 de jan. 2018.

_____. Letramento literário: uma proposta para sala de aula. *Caderno de Formação: formação de professores, didática de conteúdos*. São Paulo: Cultura Acadêmica. v. 2., p. 101-10, 2018.

CRESWELL, Jonh W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artemed, 2010.

CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 157-178, mai.-ago. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 27/07/2022.

DAL BOSCO, Júlia Cerutti. *A Leitura dialógica em contexto penitenciário: vozes femininas que ecoam responsabilmente na construção se sentidos*. Julia Cerutti Dal Bosco. – Porto Nacional, TO, 2021. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional – Curso de Pós-graduação (Mestrado) em Letras, 2021. 139f.

DALCASTAGNÉ, Regina. *Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e novas vozes sociais*. Disponível em: <<http://iberical.paris-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2012/03>>. Acesso em: 18 novembro 2019.

DEMBOGURSKI, Lucas Sena de Sousa. Análise do processo de ressocialização. O método da Associação de Proteção e Assistência a Condenados. *Rev. Cien. Soc.*, Montevideo, v. 34, n. 48, jun. 2021. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382021000100131&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 04 de jun. 2021.

DIAS, Adelaide Alves. *Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo*. Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos. 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/26_cap_3_artigo_04.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2021.

DISTRITO FEDERAL/SEEDF. *Plano Distrital de Educação para pessoas privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Distrito Federal 2021 – 2024*. Brasília/2021. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/PDEPPLESP_2021_2024_SEEDF_SEAPE_DF_29mar21.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

_____. *Projeto de remição de Pena pela Leitura Ler Liberta*. 2017. 59p.

_____. *Relatório de Gestão 2018-2021*. Ler Liberta: uma perspectiva de ressocialização nos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal. 2021.99p.

_____. *Portaria Conjunta nº 01 de 19 de abril de 2017*. Disponível em: www.buriti.df.gov.br/.../diariooficial/2017/...2017/DODF%20225%2024-11-2017%2. Acesso em: 07 de nov. 2017.

_____. *Portaria Conjunta nº 05, de 19 de abril de 2017*. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/abril17/pde_sist_prisional_port_conj_5_19abr17.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2017.

_____. *Lei 5.499, de 14 de julho de 2015. Plano Distrital de Educação*. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/component/content/article/280-noticiasegeral/566-pde-plano-distrital-de-educacao.html>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. *Plano Distrital de Educação no Sistema Prisional*. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/abril17/pde_sist_prisional_abr17.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

DUMONT, Felipe Vieira Rodrigues. *Avaliação da política de ressocialização do preso no Ceará: a remição da pena pelo incentivo à leitura*. Orientador: Fernando José Pires de Sousa. 2020. 87 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FALCONI, Romeu. *Lineamento do Direito Penal*. 3º Ed. São Paulo: Editora Ícone, 2002.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989. Coleção polêmicas do nosso tempo, 4.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da Prisão. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GAUDAD, Ludmila. Marco histórico-político-legais e institucionalização da educação no sistema prisional do Distrito Federal. *Revista Com Censo*. 2. Edição Especial. nº 5, p. 37-43, maio. 2016.

GENETTE, GÉRARD. *Palimpsestos: a literatura em segunda mão*. Edições: Viva Voz. Belo Horizonte, 2010.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas. Quaderni di letteratura iberiche e iberoamericane*, n. 2, p. 199-221. 2012. Disponível em: <<http://riviste.unimi.it/index.php/tintas>>. Acesso em: 10 de maio 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p.20-29, maio/jun., 1995.

HOLFLING, Eloisa Mattos de. Estado e políticas públicas sociais. *Caderno Cedes*, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal. *A leitura entre a Liberdade e Coersão (Wolfgang Iser)*. Sociologia da Leitura/Chantal Horellou-Lafarge & Monique Sefré; tradução Mauro Gama. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2010.

JAUSS, Hans Robert. *A Estética da Recepção: Colocações Gerais. A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção* Hans Robert Jauss ... et al.; coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JULIÃO, E. F. Escola na ou da prisão? *Caderno Cedes*, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan./abr. 2016.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes et.al. Políticas educacionais e de segurança: disputa em torno da garantia do direito à educação nas prisões. *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, v. 02, n. 04, p. 21-32, jul./dez. 2019

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LORENSET, Rossaly Beatriz Chioquetta. *Leitura e cárcere:(entre) linhas e grades, a constituição do sujeito-leitor pelo dispositivo de remição de pena*. Rossaly Beatriz Chioquetta Lorenset; orientador, Sandro Braga, 2021. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021.

LOPES, Eduardo Matheus Ferreira. *Cárcere, Expressão e Liberdade: as experiências de um projeto universitário de remição de pena por leitura*. Eduardo Matheus Ferreira. 2022. 147f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Orientadora: Ana Gabriela Mendes Braga.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MBAYA, Etienne Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. Dossiê Direitos Humanos. Estudos Avançados. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 11, n. 30. Mayo/Aug. 1997.

MORAES, Adonias Cabele et.al. Remição de Pena por Leitura: A Efetivação de Políticas Públicas Educacionais no Sistema Penitenciário Brasileiro. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade - RELACult*. v. 03, ed. especial, dez. 2017.

OLIVEIRA JR, Vicente Celeste de. *As Vozes das grades e a remição da pena de prisão pela leitura na penitenciária federal em Mossoró/RN*. 2017.128f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017. Disponível em: <https://propeg.uern.br/poseduc/default.asp?item=poseduc-disserta%E7oes-2015>. Acesso em: 13 fev 2020.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/05.pdf>.> Acesso em: 20 de jul.2020.

PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. *Teoria da Pena e Execução Penal: Uma introdução Crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PEREIRA, Castro Danglei de. *A literatura e a sala de aula: importância e desafios. A formação continuada na Educação de Jovens e Adultos: cenários, buscas e desafios*. Organização: Juliana Alves de Araújo Bottechia. Campos do Goytacazes-RJ: Brasil Multicultural, 2017.

PEREIRA, Danglei de Castro. (Des)Caminhos da literatura na sala de aula: o texto *Stricto Sensu*. *Revista Projeção e Docência*, v. 10, n. 2, p. 16, 2019.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *A criação do texto literário*. 1990.

PROENÇA, Débora Maria. *Remição pela leitura: o letramento literário ressignificando a educação na prisão*. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1639>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Editora WMI-Martins Fontes Ltda, 2012.

RÊSES, Erlando da Silva; PINEL, Wallace Roza. Educação de Jovens e Adultos na penitenciária feminina do Distrito Federal: possibilidade de pesquisa através do Materialismo Histórico – Dialético. *Revista Com Censo*. v. 2. Edição Especial, p. 74-78, maio. 2016.

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. *O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal*. 160f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Departamento de Teoria Literária e Literaturas. Universidade de Brasília, 2012.

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. *Uma teia de relações: o livro, a leitura e a prisão: um estudo sobre a remição de pena pela leitura em penitenciárias federais brasileiras*. 240f. il. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, 2017.

RIBEIRO, Ormenzinda Maria. De Fernando Sabino a Machado de Assis: uma releitura de “Dom Casmurro”. *Linguagem & Ensino*, v. 7, n.1, p. 157-174. 2004.

ROCHA, Alexandre Pereira da Rocha. *O Estado e o Direito de punir: a superlotação no Sistema Penitenciário Brasileiro. O caso do Distrito Federal*. 194 f. Dissertação de Mestrado, 2006.

RODRIGUES, Gislane Valeria. *Letramento literário: uma perspectiva de humanização da literatura no espaço prisional*, 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras). Universidade Estadual de Maringá, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4340>. Acesso em: 04 jan.2020.

ROSSINI, Dolci Roberta Tayla. *O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso*. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8784/O-sistema-prisional-brasileiro-e-as-dificuldades-de-ressocializacao-do-presos>> Acesso em: 06 de jun. 2021.

SCARFÓ, Francisco José. Educación Pública de Adultos en las Cárceles: garantía de un derecho humano. *Revista Decisio*, México, Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, n. 14, p. 21-25, maio/ago. 2006.

SAMOYAUULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, 160 p. Linguagem e Cultura: 40.

SENA, Cordeiro Moraes Ângela. Educação prisional: o letramento como possibilidade de inclusão social do aluno apenado. *Revista Científica Semana Acadêmica*, Fortaleza, ano MMXVIII, n. 129, ago. 2018. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-prisional-o-letramento-como-possibilidade-de-inclusao-social-do-aluno-apanado>>. Acesso em: 06 de jun. 2021.

SILVA, Rafael Pitwak Machado. *O Projeto de remição pela leitura no sistema penitenciário federal – o caso da penitenciária federal de Porto Velho (RO)*. 2014. 71p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

SILVA, Ribamar José de. *Prisão: ressocializar para não reincidir*. Monografia. Universidade Federal do Paraná – UFPr, 2003, 60p.

SILVA, Roberto da; Moreira, F. A. Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível. *Revista Sociologia jurídica*, v. 1, p. 50-68, 2009.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20 a 45 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de julho de 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. p. 24.

SPERANDIO, Marilin Soares. *Direito, Literatura e Cárcere: uma análise crítica do projeto de remição de pena pela leitura*. 2017. 164f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2017. Disponível em: <[https://www.imes.edu.br/Uploads/MARILIN%20SOARES%20SPERANDIO%20\(parcial\).pdf](https://www.imes.edu.br/Uploads/MARILIN%20SOARES%20SPERANDIO%20(parcial).pdf)>. Acesso em 10 jan.2020.

TINOCO, Robson Coelho. Educação em Presídios e leitura literária: uma nova articulação sociodialógica. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Vitória, n. 27, jan. 2015.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Tradução Caio Meira. 5. ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 2014.

TORRES, Eli Narciso da Silva. A máquina de contar dias é a mesma de moer gente: educação, remição de pena e a dinâmica penitenciária. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*. v. 17, n. 48, 2020.

VÁZQUEZ, Daniel; DELAPLACE, Domitille. *Políticas Públicas na Perspectiva de Direitos Humanos: Um campo em Construção*. SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos/ Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo,2004.

VIEIRA, Sônia. *Como elaborar questionários*. São Paulo: Atlas, 2009.

ZACKSESKI, Cristina et al. Dimensões do Encarceramento e Desafios da Política Penitenciária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 126, dez. 2016.

ZILBERMAN, Regina. A Estética da Recepção e o Acolhimento Brasileiro. *Moara Rev. Dos Cursos de Pós-Grad. Em Letras UFPA*, Belém, n. 12. p. 7-17, jul./dez. 1999.

APÊNDICE – I

QUESTIONÁRIO – PARTE I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
interno da **Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI)**, concordo em participar, como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora responsável a estudante de pós-graduação Ana Cristina de Castro – Universidade de Brasília (UnB). Tenho ciência de que este estudo tem em vista realizar aplicação de um questionário com os internos participantes do Projeto de Remição de Pena pela Leitura neste estabelecimento penal. O estudo a ser desenvolvido por parte da referida pesquisadora contribuirá para coleta de dados e análise dos resultados para conclusão da pesquisa intitulada **“Remição de pena: leitura, literatura como política pública e direitos humanos para minorias nas prisões do DF”**.

AUTORIZO minha participação neste estudo que consistirá em preencher um questionário não identificado, entendendo que esse estudo tem por objetivo a pesquisa acadêmica. Além disso, tenho ciência, neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que os dados obtidos não serão divulgados, sendo neste caso preservado o anonimato dos participantes, assegurando deste modo o sigilo das minhas informações prestadas e privacidade.

Como também, tenho ciência de que posso interromper ou abandonar minha participação na pesquisa quando quiser, não sendo atribuído nenhuma forma de pagamento em pecúnia por esta participação. Além disso, a pesquisadora Ana Cristina de Castro providenciará uma cópia do trabalho final para a Academia de Polícia Penal do Distrito Federal.

Brasília, _____ de 2022

Pesquisadora responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE – II
QUESTIONÁRIO – PARTE I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
interno da **Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII)**, concordo em participar, como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora responsável a estudante de pós-graduação Ana Cristina de Castro – Universidade de Brasília (UnB). Tenho ciência de que este estudo tem em vista realizar aplicação de um questionário com os internos participantes do Projeto de Remição de Pena pela Leitura neste estabelecimento penal. O estudo a ser desenvolvido por parte da referida pesquisadora contribuirá para coleta de dados e análise dos resultados para conclusão da pesquisa intitulada **“Remição de pena: leitura, literatura como política pública e direitos humanos para minorias nas prisões do DF”**.

AUTORIZO minha participação neste estudo que consistirá em preencher um questionário não identificado, entendendo que esse estudo tem por objetivo a pesquisa acadêmica. Além disso, tenho ciência, neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que os dados obtidos não serão divulgados, sendo neste caso preservado o anonimato dos participantes, assegurando deste modo o sigilo das minhas informações prestadas e privacidade.

Como também, tenho ciência de que posso interromper ou abandonar minha participação na pesquisa quando quiser, não sendo atribuído nenhuma forma de pagamento em pecúnia por esta participação. Além disso, a pesquisadora Ana Cristina de Castro providenciará uma cópia do trabalho final para a Academia de Polícia Penal do Distrito Federal.

Brasília, _____ de 2022

Pesquisadora responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE – III
QUESTIONÁRIO – PARTE I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
interna da **Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF)**, concordo em participar, como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora responsável a estudante de pós-graduação Ana Cristina de Castro – Universidade de Brasília (UnB). Tenho ciência de que este estudo tem em vista realizar aplicação de um questionário com os internos participantes do Projeto de Remição de Pena pela Leitura neste estabelecimento penal. O estudo a ser desenvolvido por parte da referida pesquisadora contribuirá para coleta de dados e análise dos resultados para conclusão da pesquisa intitulada **“Remição de pena: leitura, literatura como política pública e direitos humanos para minorias nas prisões do DF”**.

AUTORIZO minha participação neste estudo que consistirá em preencher um questionário não identificado, entendendo que esse estudo tem por objetivo a pesquisa acadêmica. Além disso, tenho ciência, neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que os dados obtidos não serão divulgados, sendo neste caso preservado o anonimato dos participantes, assegurando deste modo o sigilo das minhas informações prestadas e privacidade.

Como também, tenho ciência de que posso interromper ou abandonar minha participação na pesquisa quando quiser, não sendo atribuído nenhuma forma de pagamento em pecúnia por esta participação. Além disso, a pesquisadora Ana Cristina de Castro providenciará uma cópia do trabalho final para a Academia de Polícia Penal do Distrito Federal.

Brasília, _____ de 2022

Pesquisadora responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE – IV
QUESTIONÁRIO – 1º NÍVEL: ENSINO FUNDAMENTAL I

1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Questão 1: **Marque um X** na a sua idade, gênero e raça

Faixa de Idade	Gênero		Qual sua cor ou raça?				
	M	F	Branco	Negro	Pardo	Amarelo	Indígena
Até 20 anos							
De 21 a 29 anos							
De 30 a 39 anos							
De 40 a 59 anos							
De 60 a 69 anos							
Mais de 70 anos							

2 – DADOS DA SUA FORMAÇÃO ESCOLAR

- () Ensino Fundamental I – Anos Iniciais - Completo
 () Ensino Fundamental I – Anos Iniciais – Incompleto

3 – O INGRESSO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO DF

- a. Quantos anos você foi sentenciado (a)? _____
 b. Em qual ou quais artigos você foi enquadrado? _____

4 – PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA

4.1. Quais foram os livros de literatura lidos por você?

Nº	Livro	Autor (a)	Marque um X
1	Aqui tem coisa	Patativa do Assaré	
2	O homem que calculava	Malba Tahan	
3	De quanta terra precisa um homem?	Liev Tolstói	

b) Quanto a sua participação no projeto de remição de pena pela leitura o significou para você?

APENDICE – V

QUESTIONÁRIO – 2º NÍVEL: ENSINO FUNDAMENTAL II

1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Questão 1: **Marque um X** na a sua idade, gênero e raça?

Faixa de Idade	Gênero		Qual sua cor ou raça?				
	M	F	Branco	Negro	Pardo	Amarelo	Indígena
Até 20 anos							
De 21 a 29 anos							
De 30 a 39 anos							
De 40 a 59 anos							
De 60 a 69 anos							
Mais de 70 anos							

2 – DADOS DA SUA FORMAÇÃO ESCOLAR

- () Ensino Fundamental – II – Anos Finais – Completo
 () Ensino Fundamental – II – Anos Finais – Incompleto

3 – O INGRESSO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO DF

- a. Quantos anos você foi sentenciado (a)? _____
 b. Em qual ou quais artigos você foi enquadrado? _____

4 – PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA

4.1. Quais foram os livros de literatura lidos por você?

Nº	Livro	Autor (a)	Marque um X
1	O homem que calculava	Malba Tahan	
2	A história do amor de Fernando e Isaura	Ariano Suassuna	
3	Quarto de Despejo – Diário de Uma Favelada	Carolina Maria de Jesus	
4	As Cores da Escravidão	Ieda de Oliveira	

5	O Quinze	Rachel de Queiroz.	
6	As Horas Nuas	Lygia Fagundes Telles	
7	Capitães da Areia	Jorge Amado	
8	O Compadre de Ogum	Jorge Amado	
9	Cora Coragem Cora	Vicencia Bretas Tahan	
10	Felicidade Autêntica	Martin E. P. Seligman	
11	Não Verás País	Ignácio de Loyola Brandão	
12	A Hora da Estrela	Clarice Lispector	

5 – SOBRE O MANUAL DO CANDIDATO

A linguagem e as informações ajudaram para o seu entendimento sobre como fazer o resumo crítico?

- b. sim b. não c. em parte

Se a sua resposta foi “ não ” ou “ em parte ”, escreva qual foi a dificuldade encontrada?

6 – QUANTO AO TEMPO (DIAS E HORÁRIOS) DA PROVA PRESENCIAL PARA ESCREVER O RESUMO CRÍTICO?

- a. satisfatório b. insatisfatório c. em parte

7 – QUANTO AO ESPAÇO FÍSICO E OS MATERIAIS USADOS (PRANCHETAS, CANETAS) PARA FAZER A PROVA PRESENCIAL FOI...

- b. adequado b. inadequado c. em parte

Se a sua resposta foi “inadequado” ou “em parte”. Descreva a dificuldade encontrada.
--

8 – Escreva livremente, respondendo as questões abaixo.

a) O que o acesso ao livro e a literatura no cárcere representou para você?

b) Quanto sua participação no projeto de remição de pena pela leitura o que significou para você?

APENDICE – VI
QUESTIONÁRIO – 3º NÍVEL: ENSINO MÉDIO

1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Questão 1: **Marque um X** na a sua idade, gênero e raça?

Faixa de Idade	Gênero		Qual sua cor ou raça?				
	M	F	Branco	Negro	Pardo	Amarelo	Indígena
Até 20 anos							
De 21 a 29 anos							
De 30 a 39 anos							
De 40 a 59 anos							
De 60 a 69 anos							
Mais de 70 anos							

2 – DADOS DA SUA FORMAÇÃO ESCOLAR

- () Ensino Médio – Completo
 () Ensino Médio – Incompleto

3– O INGRESSO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO DF

- a. Quantos anos você foi sentenciado (a)? _____
 b. Em qual ou quais artigos você foi enquadrado? _____

4 – PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA

4.1. Quais foram os livros de literatura lidos por você?

Nº	Livro	Autor (a)	Marque um X
1	Os Espiões	Luís Fernando	
2	A Metamorfose	Franz Kafka	
3	Triste Fim de Policarpo Quaresma	Lima Barreto	
4	O Cavaleiro Preso na Armadura	Robert Fisher	
5	Hamlet	William Shakespeare	

b) Quanto a sua participação no projeto de remição de pena pela leitura o que significou para você?

APENDICE – VII

QUESTIONÁRIO – PARTE V – 4º NÍVEL: EDUCAÇÃO SUPERIOR

1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Questão 1: **Marque um X** na a sua idade, gênero e raça?

Faixa de Idade	Gênero		Qual sua cor ou raça?				
	M	F	Branco	Negro	Pardo	Amarelo	Indígena
Até 20 anos							
De 21 a 29 anos							
De 30 a 39 anos							
De 40 a 59 anos							
De 60 a 69 anos							
Mais de 70 anos							

2 – DADOS DA SUA FORMAÇÃO ESCOLAR

- () Ensino Médio – Completo
 () Ensino Médio – Incompleto

3– O INGRESSO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO DF

- a. Quantos anos você foi sentenciado (a)? _____
 b. Em qual ou quais artigos você foi enquadrado? _____

4 – PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA

4.1. Quais foram os livros de literatura lidos por você?

Nº	Livro	Autor (a)	Marque um X
11	Dom Casmurro	Machado de Assis	
22	A Metamorfose	Franz Kafka	
33	Vidas Secas	Graciliano Ramos	
44	Hamlet	William Sheakespeare	
55	O Príncipe	Nicolau Maquiavel	

b) Quanto a sua participação no projeto de remição de pena pela leitura o que significou para você?

APENDICE – VIII

SOLICITAÇÃO DE ENTRADA NOS PRESÍDIOS PARA FINS DE PESQUISA –
COLETA DE DADOS



Ofício nº 006/2022/IL / SECPG Brasília, 01 de junho de 2022.

Para: Vara de Execuções Penais do TJDF À Doutora Leila Cury
Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais do TJDF

Solicita-se a permissão de acesso da estudante Ana Cristina de Castro, CPF no 610802091-15, RG:1335533–SSPDF, filiação Abilio Ribeiro de Castro e Maria José de Castro, Doutoranda em Literatura, vinculada ao Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília (TEL/UnB), matrícula nº: 19/002311, endereço eletrônico: anacristinacastro3@gmail.com, à **Penitenciária do Distrito Federal I e II (PDF I e PDF II)**, a fim de realizar uma pesquisa acerca do tema **“Remição de pena: leitura, literatura como política pública e direitos humanos para minorias nas prisões do DF”**.

A pesquisa pretende desenvolver procedimentos como a aplicação de um questionário a oito internos que estão participando do projeto de remição de pena pela leitura no DF, sendo aplicado o questionário a dois internos classificados por níveis de ensino: 1º nível (alfabetizados e Ensino Fundamental Incompleto); 2º Nível (Ensino Fundamental Completo), 3º Nível (Ensino Médio Completo ou incompleto e, 4ª Nível (Educação Superior– graduado ou pós-graduado), conforme a Portaria VEP no 010, de 17 de novembro de 2016.

Pretende-se fazer visita-técnica, de modo a levantar dados estatísticos de fomento ao estudo, a fim de investigar em que medida as práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões pode influenciar na formação leitora do privado de liberdade como instrumento de ressocialização, bem como subsidiar resultados que possam contribuir para a construção de novas políticas públicas educacionais educação nas prisões do Distrito Federal.

Certo da compreensão de Vossa Excelência para o firme propósito de disseminar o conhecimento científico e colaboração para as melhorias das condições de vida da população carcerária no DF, agradecemos.

Respeitosamente,

Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco - Orientador de pesquisa doutoral – Matrícula:149152

Documento assinado eletronicamente por **Robson Coelho Tinoco, Professor(a) de Magistério Superior do Instituto de Letras**, em 01/06/2022, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Maria da Gloria Magalhaes dos Reis, Coordenador(a) de Pós- Graduação em Literatura do Instituto de Letras**, em 02/06/2022, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8212444** e o código CRC **6B2B3B81**.

Referência: Processo nº 23106.005672/2021-61 SEI nº 7091087

APENDICE – IX

SOLICITAÇÃO DE ENTRADA NOS PRESÍDIOS PARA FINS DE PESQUISA –
COLETA DE DADOS



Ofício nº 005/2022/IL / SECPG Brasília, 01 de junho de 2022.

Para: Vara de Execuções Penais do TJDFTA Doutora Leila Cury
Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais do TJDFT

Solicita-se a permissão de acesso da estudante Ana Cristina de Castro, CPF no 610802091-15, RG:1335533–SSPDF, filiação Abílio Ribeiro de Castro e Maria José de Castro, Doutoranda em Literatura, vinculada ao Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília (TEL/UnB), matrícula nº : 19/002311, endereço eletrônico: anacristinacastro3@gmail.com , à **Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF)**, a fim de realizar uma pesquisa acerca do tema “**Remição de pena: leitura, literatura como política pública e direitos humanos para minorias nas prisões do DF**”.

A pesquisa pretende desenvolver procedimentos como a aplicação de um questionário a quatro internas que estão participando do projeto de remição de pena pela leitura no DF, sendo um sujeito participante por níveis de ensino: 1º nível (alfabetizados e Ensino Fundamental Incompleto); 2º Nível (Ensino Fundamental Completo), 3º Nível (Ensino Médio Completo ou incompleto e, 4ª Nível (Educação Superior– graduado ou pós-graduado), conforme a Portaria VEP no 010, de 17 de novembro de 2016.

Pretende-se fazer visita-técnica, de modo a levantar dados estatísticos de fomento ao estudo, a fim de investigar em que medida as práticas de leitura como política pública de estímulo à leitura nas prisões pode influenciar na formação leitora do privado de liberdade como instrumento de ressocialização, bem como subsidiar resultados que possam contribuir para a construção de novas políticas públicas educacionais educação nas prisões do Distrito Federal.

Certo da compreensão de Vossa Excelência para o firme propósito de disseminar o conhecimento científico e colaboração para as melhorias das condições de vida da população carcerária no DF, agradecemos.

Respeitosamente,

Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco - Orientador de pesquisa doutoral – Matrícula:149152

Documento assinado eletronicamente por **Robson Coelho Tinoco, Professor(a) de Magistério Superior do Instituto de Letras**, em 01/06/2022, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Maria da Glória Magalhaes dos Reis, Coordenador(a) de Pós- Graduação em Literatura do Instituto de Letras**, em 02/06/2022, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8212367** e o código CRC**5530906E**.

Referência: Processo nº 23106.005672/2021-61 SEI nº 7091087

APENDICE – X
CARTA DO COORDENADOR POSLIT



Programa de Pós-Graduação em Literatura

Brasília, 06 de junho de 2022.

Para: Vara de Execuções Penais do TJDF à Doutora Leila Cury
Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais do TJDF

O Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literatura da UnB, aprovou a qualificação do projeto de pesquisa em nível de doutorado da estudante/pesquisadora Ana Cristina de Castro, CPF no.610802091-15, RG no. 1335533 – SSPDF, filiação Abilio Ribeiro de Castro e Maria José de Castro, doutoranda em literatura brasileira, vinculada ao Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília (TEL/UnB), matrícula nº 19/0022311, em 24 de agosto de 2021, conforme SEI – UNB nº 23106.089756/2021-40.

A coordenadora do curso acadêmico aprova a continuidade da realização dos trabalhos de pesquisa que se encontra de procedimentos para fins coletas de dados estatísticos, por meio da aplicação de um questionário nos seguintes estabelecimentos penais: Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) com abrangência de quatro internas participantes, Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI) e Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII), com abrangência de oito internos participantes.

Contando com a compreensão e apoio de Vossa Excelência para o firme propósito de disseminar o conhecimento científico e mesmo a colaboração para as melhorias das condições de vida da população carcerária no DF, agradeço.

Respeitosamente,

Profa. Dra. Maria da Glória Magalhães dos Reis (matrícula 1037609)
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Literatura TEL – Departamento de teoria literária e literaturas IL – Instituto de Letras UnB – Universidade de Brasília

ANEXO – I



PORTARIA CONJUNTA N° 1, DE 19 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a constituição de Comissão Intersetorial para a elaboração, acompanhamento da implantação e implementação de Projeto de Acesso e Fomento à Leitura para Pessoas Privadas de Liberdade, em cumprimento de pena nas unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com vistas à remição de pena pela leitura.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL (SSP/DF) e o SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF), no uso das respectivas competências legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a Lei de Execução Penal assegura ao preso o direito à assistência educacional e ao exercício de atividades intelectuais compatíveis com a execução da pena;

CONSIDERANDO o disposto na Nota Técnica Conjunta de n. 125/2012, expedida pelos Ministérios da Justiça e da Educação, em 22 de agosto de 2012;

CONSIDERANDO o que preconiza o art. 3º, inciso III, da Resolução de n. 02, da Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui diretrizes curriculares para o ensino fundamental e procura valorizar os diferentes momentos e tipos de aprendizagem;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, inciso IV, da Resolução de n. 03, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que associa a oferta de educação às ações complementares de fomento à leitura no contexto prisional;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação n. 44, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão de remição pela leitura;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria 10, de 17 de novembro de 2016, que regulamenta as modalidades de remição de pena pelas atividades de ensino presencial, pela realização de cursos a distância e pela leitura de obras literárias no âmbito do sistema penitenciário do Distrito Federal; RESOLVEM:

Art. 1º Instituir Comissão Intersetorial para planejar, acompanhar e avaliar a implantação, assim como implementar os processos, as estratégias e as atividades referentes à remição de pena pela leitura de obras e obras literárias no âmbito do sistema penitenciário do Distrito Federal.

Parágrafo Único. Caberá às equipes do Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01 de Brasília) executar os processos, as estratégias e as atividades delineadas pela Comissão Intersetorial a que se refere o Art. 1º.

Art. 2º Integram a Comissão Intersetorial a que se refere o Art. 1º, os representantes abaixo relacionados, indicados seus órgãos de origem, sob coordenação do primeiro membro:

I - ELAINE DE FÁTIMA ANDRADE - Matrícula 223401-7 - Subsecretaria de Educação Básica/SEEDF;

II - ANA CRISTINA CASTRO - Matrícula 200379-1 - Subsecretaria de Educação Básica/SEEDF;

III - KELLY CRISTINA RIBEIRO - Matrícula 201406-5 - Subsecretaria de Gestão de Pessoas/SEEDF;

IV - WAGDO DA SILVA MARTINS - Matrícula 200272-8 - Centro Educacional 01 de Brasília/SEEDF;

V - MARCOS AURÉLIO SLONIAK - Matrícula 59.180-7 - Escola Penitenciária do Distrito Federal (EPEN)/ Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal/SSPDF;

VI - BRUNO DE SOUZA MOURA - Matrícula 178329-7 - Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal (SESIPE-DF)/SSPDF.

Art. 3º Compete à Comissão Intersetorial:

I - elaborar o Projeto de Acesso e Fomento à Leitura para Pessoas Privadas de Liberdade, em cumprimento de pena nas unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com vistas à remição de pena pela leitura, obedecendo à legislação vigente;

II - encaminhar o Projeto de Acesso e Fomento à Leitura para Pessoas Privadas de Liberdade à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP/DF), para apreciação e manifestação de anuência;

III - constituir, a partir do quadro efetivo de profissionais da educação atuantes no CED 01 de Brasília e do quadro de servidores efetivos da SESIPE-DF, uma Equipe Executora do projeto a que se refere o inciso I;

IV - definir abrangência, atribuições, critérios, estratégias, mecanismos e instrumentos de atuação da Equipe Executora;

V - alterar a composição da Equipe Executora, de acordo com necessidades devidamente justificadas e registradas em meio próprio;

VI - delinear junto à Equipe Executora, um plano de trabalho padrão, a ser avaliado e atualizado anualmente;

VII - orientar, acompanhar e subsidiar a Equipe Executora na implantação e implementação do Projeto de Acesso e Fomento à Leitura para Pessoas Privadas de Liberdade;

VIII - assegurar a publicidade do referido Projeto, de maneira que todas as pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena no Sistema Penitenciário do Distrito Federal tomem conhecimento dele, assim como dos critérios, condições e aproveitamento da participação;

IX - providenciar recursos necessários à execução das atividades do Projeto de Acesso e Fomento à Leitura para Pessoas Privadas de Liberdade, quando forem essenciais ao bom andamento dos trabalhos, desde que, planejados previamente, e a Equipe Executora não puder fazê-lo diretamente;

X - propor aos responsáveis, e apresentar minutas de redação de atos administrativos e normativos imprescindíveis à execução do Projeto de Acesso e Fomento à Leitura para Pessoas Privadas de Liberdade;

XI - propor aos responsáveis por sua instituição, alterações em sua composição e em suas atribuições.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 90 dias, a partir da publicação desta Portaria, para a elaboração do Projeto de Acesso e Fomento à Leitura para Pessoas Privadas de Liberdade.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de 10 dias, a partir da aprovação do Projeto de Acesso e Fomento à Leitura para Pessoas Privadas de Liberdade pela VEP/DF, para designar os servidores que comporão a Equipe Executora.

Art. 6º Fica estabelecido o prazo de 15 dias, a partir da aprovação do Projeto de Acesso e Fomento à Leitura para Pessoas Privadas de Liberdade pela VEP/DF, para delineamento do Plano de Trabalho com vigência até o fim do ano em exercício.

Art. 7º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoguem-se as disposições anteriores em contrário.

EDVAL DE OLIVEIRA NOVAES JUNIOR
Secretário de Estado de Segurança Pública e da Paz Social

JULIO GREGÓRIO FILHO
Secretário de Estado de Educação

Este texto não substitui o publicado no DODF nº 76, seção 1, 2 e 3 de 20/04/2017 p. 30, col. 2

Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=419ae23e40c6474db1d64513f6eb88d7

ANEXO – II

AUTORIZAÇÃO PARA EXECUTAR A PESQUISA

PODER JUDICIÁRIO

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DISTRITO FEDERAL - SEEU

FÓRUM PROFESSOR JÚLIO FABBRINI MIRABETE, SRTVS - QD. 701 - LOTE 8R, - BLOCO N, 2º ANDAR, SALA

205 -

BRASÍLIA/DF - CEP: 70.340-000 - Fone: 6131031511 - E-mail: vep@tjdf.jus.br

Autos nº. 0403973-12.2022.8.07.0015

Processo: 0403973-12.2022.8.07.0015

Classe Processual: Pedido de Providências

Assunto Principal: Execução Penal e de Medidas Alternativas Data da Infração: Data da infração não informada

Polo Ativo(s): Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Polo Passivo(s): Programa de Pós Graduação da UnB pesquisadora Ana Cristina de Castro

Trata-se de pedido formulado por **Ana Cristina de Castro**, doutoranda em Literatura, vinculada ao Departamento de Teoria Literária e Literaturas da UnB (TEL/UnB), para realização de pesquisa acadêmica no interior da PFDF, PDF-I e PDF-II, visando a conclusão do projeto da tese de doutorado, cujo título é “Remição de pena: leitura, literatura como política pública e direitos humanos para minorias nas prisões do DF” (mov. 1.6).

Informa que a metodologia de pesquisa a ser empregada será feita através da aplicação de questionário nos seguintes estabelecimentos penais: Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), com abrangência de quatro internas participantes; Penitenciária do Distrito Federal I (PDFI) e Penitenciária do Distrito Federal II (PDFII), com abrangência de oito internos participantes.

O pedido, assinado pela pesquisadora e pelo professor orientador da pesquisa, foi instruído com a cópia do projeto de pesquisa, com a declaração da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literatura da UnB (mov. 1.3), atestando o seu vínculo formal com a instituição de ensino, a aprovação da qualificação do projeto de pesquisa em nível de doutorado e sua autorização para a realização dos trabalhos.

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal – SEAPE se manifestou pela ausência de óbices à realização da pesquisa acadêmica pretendida (mov. 6.1).

Instado a se manifestar, o Ministério Público também oficiou favoravelmente ao requerimento (mov. 11.1).

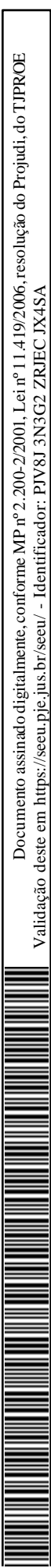
Relatei. DECIDO.

Compulsando os autos, verifico que o projeto de pesquisa está devidamente comprovado nos autos, conforme se verifica no mov. 1, bem como que a SEAPE se manifestou favoravelmente à metodologia a ser empregada na pesquisa, de forma que não se vislumbra nenhum óbice do ponto de vista da segurança de todas as pessoas envolvidas.

Quanto ao mérito, entendo que não há óbice ao desenvolvimento da pesquisa proposta, sobretudo diante da sua relevância para o embasamento de políticas públicas voltadas ao

sistema prisional, sobretudo na área da educação, imprescindível à ressocialização das pessoas privadas de liberdade, objetivo da execução penal.

Por outro lado, não se deve olvidar que ainda vivenciamos uma pandemia, o que exige a observância aos protocolos de biossegurança destinados.



SOLICITAÇÃO DE ENTRADA NOS PRESÍDIOS PARA FINS DE PESQUISA – COLETA DE DADOS

Por todo o exposto, considerando o preenchimento dos requisitos exigidos na Portaria VEP/DF nº 8/2016, DEFIRO o pedido formulado, condicionando a realização das entrevistas à coleta de termo de consentimento livre e esclarecido, do qual deverá constar expressamente se haverá autorização para publicação dos dados coletados, se haverá omissão do nome ou características que permitam a identificação do participante, devendo uma cópia ser arquivada nos respectivos prontuários prisionais.

Além disso, a autorização à realização da pesquisa pretendida também fica condicionada ao compartilhamento dos dados e resultados com a Academia da Polícia Penal do Distrito Federal.

Por fim, consigno que as coletas de dados presenciais da requerente no interior dos presídios devem ser previamente ajustadas com as respectivas direções prisionais, na forma como esclarecido pela SEAPE no ofício de mov. 6.1.

Nesse sentido, relevante destacar que, para a realização dos trabalhos no interior dos estabelecimentos prisionais do DF, devem ser observados os protocolos de biossegurança, em razão da pandemia da COVID-19, inclusive mediante a comprovação de que o(s) pesquisador(es) tenha(m) sido vacinado(s) com imunizante contra a COVID-19 de dose única, ou da segunda dose daquele que assim exige, há pelo menos 14 (quatorze) dias, o afastamento entre as pessoas e a vedação de contato físico, devendo o(s) pesquisador(es) passar(em) por triagem das equipes de saúde locais, além de obviamente se submeter(em) às regras de segurança.

FICA VEDADA, POR QUESTÃO DE SEGURANÇA, A REPRODUÇÃO DE IMAGENS DA ESTRUTURA ARQUITETÔNICA OU DAS PESSOAS PRESAS, DEVENDO OS PESQUISADORES SEREM INFORMADOS DE QUE NÃO É PERMITIDO USO DE APARELHO CELULAR DENTRO DAS GALERIAS E, INCLUSIVE, SOBRE O TEOR DO ARTIGO 349 - A DO CÓDIGO PENAL.

Comunique-se à SEAPE, à PFDF, à PDF-I e à PDF-II. Comunique-se à requerente.
Após, não havendo novos requerimentos, arquivem o feito com as cautelas de praxe.

BRASÍLIA, data da assinatura digital.

Leila Cury
Juíza de Direito

Por todo o exposto, considerando o preenchimento dos requisitos exigidos na Portaria VEP/DF nº 8/2016, DEFIRO o pedido formulado, condicionando a realização das entrevistas à coleta de termo de consentimento livre e esclarecido, do qual deverá constar expressamente se haverá autorização para publicação dos dados coletados, se haverá omissão do nome ou características que permitam a identificação do participante, devendo uma cópia ser arquivada nos respectivos prontuários prisionais.

Além disso, a autorização à realização da pesquisa pretendida também fica condicionada ao compartilhamento dos dados e resultados com a Academia da Polícia Penal do Distrito Federal.

Por fim, consigno que as coletas de dados presenciais da requerente no interior dos presídios devem ser previamente ajustadas com as respectivas direções prisionais, na forma como esclarecido pela SEAPE no ofício de mov. 6.1.

Nesse sentido, relevante destacar que, para a realização dos trabalhos no interior dos estabelecimentos prisionais do DF, devem ser observados os protocolos de biossegurança, em razão da pandemia da COVID-19, inclusive mediante a comprovação de que o(s) pesquisador(es) tenha(m) sido vacinado(s) com imunizante contra a COVID-19 de dose única, ou da segunda dose daquele que assim exige, há pelo menos 14 (quatorze) dias, o afastamento entre as pessoas e a vedação de contato físico, devendo o(s) pesquisador(es) passar(em) por triagem das equipes de saúde locais, além de obviamente se submeter(em) às regras de segurança.

FICA VEDADA, POR QUESTÃO DE SEGURANÇA, A REPRODUÇÃO DE IMAGENS DA ESTRUTURA ARQUITETÔNICA OU DAS PESSOAS PRESAS, DEVENDO OS PESQUISADORES SEREM INFORMADOS DE QUE NÃO É PERMITIDO USO DE APARELHO CELULAR DENTRO DAS GALERIAS E, INCLUSIVE, SOBRE O TEOR DO ARTIGO 349 - A DO CÓDIGO PENAL.

Comunique-se à SEAPE, à PFDF, à PDF-I e à PDF-II. Comunique-se à requerente. Após, não havendo novos requerimentos, arquivem o feito com as cautelas de praxe.

BRASÍLIA, data da assinatura digital.

Leila Cury
Juíza de Direito



ANEXO – IV
REGISTRO DE AVERBAÇÃO DE AUTORIA DO PROJETO DE REMIÇÃO DE
PENA POR LEITURA NO DF

 **MINISTÉRIO DA CULTURA**
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL
Escritório de Direitos Autorais

Certidão de Registro ou Averbação

Nº Registro: 776.893 Livro: 1.508 Folha: 66

LER LIBERTA: UMA PERSPECTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO NAS (...)

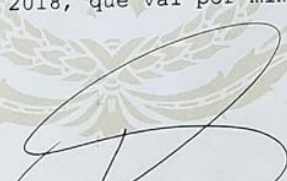
Protocolo do Requerimento: 2018DF_453.
84 página(s)
Obra não publicada.

OBS.: A proteção do direito autoral recai sobre a literalidade da obra apresentada a registro, excetuada(s) a(s) ideia(s) e/ou proposta nela expressa(s).

Dados do Requerente

ANA CRISTINA DE CASTRO (Autor(a))
CPF - 610.802.091-15

Para constar lavra-se o presente termo nesta cidade do Rio de Janeiro,
em 18 de Junho de 2018, que vai por mim assinado.



O referido é verdade e dou fé.
Igor Calaça Martins
Coordenador Substituto
Mat. SIAPE: 2062005